

Joelmir Pinho

**IN**

**SUR**

**REI**

**ÇÕES**



  
IBIKARIRI

JOELMIR PINHO

# INSURREIÇÕES

IBIKARIRI

CRATO | 2021

©IbiKariri 2021, para a presente edição.

©Joelmir Pinho 2021

Revisão ortográfica e gramatical: Luciana Bessa

Diagramação: Joelmir Pinho

Capa: Joelmir Pinho

Pinho, Joelmir

Insurreições / Joelmir Pinho. -- Crato :

IbiKariri, 2021.

<http://joelmirpinho.com>

ISBN 978-65-00-20608-1

Selo editorial IbiKariri

Crato | Cariri | Ceará

ascom.epuca@gmail.com

[www.portalepuca.org](http://www.portalepuca.org)

À memória do educador **Paulo Freire**, no ano em que celebramos o centenário de seu nascimento. Paulo tem sido inspiração para muitas lutas e uma referência para meus fazeres como educador e como militante em defesa da vida.

Para o poeta e missionário **Pedro Casaldáliga**, bispo católico cuja vida pastoral foi marcada pelo compromisso com os pobres e marginalizados da América Latina e, em especial, do Brasil. Pedro faleceu em agosto de 2020, aos 92 anos de idade.

À memória de minha irmã de sangue e de sonhos, **Jandete Pinho**, a mais nova das três Marias, o que lhe rendeu o carinhoso apelido de “Nenê”, pelas mais velhas. Filha de outra Maria, fez e continuará fazendo parte de um núcleo de mulheres muito especiais na minha vida, cada uma a seu modo e com suas peculiaridades.

Sobre este livro

Prefácio

Que democracia é essa?

Não senhor, capitão!

A urgência de uma educação centrada na vida

O império contra-ataca

Meu Jesus é insurgente

É urgente agir, antes que seja tarde

Até quando?

Nada será mesmo como antes?

Por uma pedagogia da interdependência e do cuidado

Amazonizemo-nos, antes que seja tarde!

Um país entre facínoras e hipócritas

O racismo nosso de cada dia

2020: um ano para não ser esquecido

Sobre o autor

## **SOBRE ESTE LIVRO**

Escrever tem sido, cada vez mais, um processo de acolhimento de minhas dores, lutas e sonhos. Uma forma de seguir mirando o horizonte, de reafirmar que é necessário manter-se caminhando e ver para além dos muros e cercas que ergueram e erguemos para nos separar uns dos outros e de nós mesmos. *Insurreições* é, ao mesmo tempo, um livro de denúncias e anúncios, porque aprendi que tão importante quanto denunciar as injustiças de um sistema que se nutre da exploração, do medo e da indiferença, é anunciar um tempo de comunhão, partilha e cuidado, essenciais à nossa permanência neste planeta-mãe que, tão generosamente, ainda nos acolhe e nos nutre, mesmo sob ataque permanente da arrogância antropocêntrica que tem pautado a existência humana por aqui ao longo dos séculos.

O livro reúne treze artigos de opinião, publicados originalmente no meu blog entre 25 de agosto de 2019 e 31 de dezembro de 2020. Afora a revisão ortográfica e gramatical, cuidadosa e generosamente realizada pela querida amiga Luciana Bessa, foram feitas pequenas atualizações ou notas para facilitar a contextualização de cada artigo selecionado.

Uma destas atualizações se refere à substituição da palavra/expressão [des]governo, presente originalmente em alguns artigos escritos ainda em 2019 e até meados de 2020, sempre que me referia ao governo Bolsonaro. A expressão foi substituída pela palavra governo, uma vez que fica cada vez mais evidente tratar-se de um projeto de necropolítica muito bem definido, sendo, portanto, um equívoco referir-se a Bolsonaro, seus ministros e assessores diretos como integrantes de um desgoverno, como se estes fossem incompetentes ou não agissem de forma deliberada para promover a barbárie, cercear direitos dos mais pobres, perseguir desafetos, garantir privilégios e proteção para os seus e ameaçar frontalmente a vida.

Registro minha gratidão a todas as vidas e energias que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a gestação e o parto das *insurreições* aqui instigadas. Em especial quero agradecer pela generosidade do amigo Renato Roseno, que assina o prefácio desta edição, pela dedicação de Luciana Bessa, que cuidou da revisão, e pela parceria e cumplicidade diária de Socorro Souza, Vinícius Pinho e Walesvick Pinho, três presentes muito especiais que a vida me deu.

Por fim, desejo que a leitura deste livro possa lhe provocar alguma inquietação e, quiçá, lhe animar a seguir sempre fazendo acontecer, aqui e agora, outro mundo: possível, necessário e urgente. Afinal, são tempo difíceis estes que estamos atravessando e um dos objetivos do *Insurreições* é lhe convidar a mirar o horizonte com inquietação e esperança. Um fraterno abraço!

*Joelmir Pinho*

## PREFÁCIO

Nenhum de nós, por melhor analista da história que fosse, poderia antever o desastre que se abateria sobre o Brasil a partir da eleição de 2018. É certo que muitos partilhávamos há tempos a convicção de que a crise que ora atravessamos é uma crise civilizatória, a um só tempo econômica, política, social e ambiental. Sabíamos que a crise é um projeto de exceção permanente nessa sociedade tão brutalmente desigual. Mas a materialidade da crise em nossos corpos, em nossas relações, na nossa vida era imprevisível. Quando escrevo essas linhas, o Brasil já contabiliza mais de 520 mil mortos pela pandemia e pelo desprezo assassino com que ela foi tratada. O sistema vigente convocou o que há de pior para efetivar o golpe de 2016 – movido por ódio, manipulação e violência –, implementou uma agenda de destruição dos poucos direitos reconhecidos e abriu espaço para a assunção da política exterminista como política oficial a partir da eleição de Bolsonaro.

Mais ainda: encontrou-nos [o nosso campo político e social] em grave hiato de utopias, pois nossa própria força criativa e de resistência tinha sido consumida nas lógicas de conciliação do sistema. O conjunto de artigos aqui reunidos por Joelmir, ativista e educador profundo e sensível, tem uma linha muito necessária: se a crise é civilizatória, não há como sair dela sem a construção de novas ferramentas que superem os limites estruturais das formas políticas tradicionais e suas armadilhas de cooptação. Joelmir vai aos grandes temas. Nos lembra que a história se faz a contrapelo. Daí, o título **Insurreições**. A correta crítica à democracia liberal advém do reconhecimento que essa parca democracia faz parte de um pacto civilizatório que pede obediência das maiorias e concentra poder nos de cima, como diria Florestan Fernandes. Um pacto racista, patriarcal e destruidor. Quando esse pacto entre em exaustão e diminui a rentabilidade das classes proprietárias, a saída nunca é ampliar poder popular, mas, ao contrário, abrir guerra contra os de baixo, apelando para chauvinismos, mentiras, ódio antipovo, ancorado muitas vezes na cumplicidade da aliança das vivandeiras da ditadura com os sepulcros caiados da teologia da prosperidade [aliança esta que sustenta ainda hoje o Governo].

Joelmir defende - com uma escrita que é indignada, mas carregada de amorosidade - que a história se faz pelas insurgências. É o direito inalienável de recusa da morte [seja a morte social ou física] e a desobediência autoconsciente das maiorias organizadas que permitem abrir frechas e inventar novos modos de vida. Somente um educador popular comprometido com a sua classe social, que compreende as lutas ancestrais, que valoriza os modos de vida não capitalistas e que compreende que nosso reencontro com a natureza dar-se-á somente com a superação da civilização da mercadoria poderia nesse momento tão crítico ver mais longe e nos convocar a não somente lutar contra um governo, mas contra o sistema que o produziu. O que

vivemos hoje, sob a égide do bolsonarismo, é consequência. Portanto, é imprescindível irmos às causas e dedicarmos o melhor do nosso sentimento e de nossa inventividade contra aquilo que diminui a potência da nossa vida comum. O futuro é sempre aberto e as insurreições de antes e que nos abriram caminhos nos questionam hoje que outras insurreições seremos capazes de fazer para ver o mundo “virado em festa, trabalho e pão”. A presente obra é um competente e sensível chamado a essa aposta.

*Renato Reseno*

Militante de direitos humanos

## QUE DEMOCRACIA É ESSA?

25 AGO 2019

Para além do fato de ser uma sucessão de pataquadas sem precedentes na história do Brasil, o governo Bolsonaro [PSL] tem escancarado o grande engodo que é a chamada democracia liberal burguesa ou qualquer outro nome que se queira dar a esse simulacro de democracia que, nas palavras do escritor português José Saramago, está limitada, no plano político, a tirar um governo do qual não se gosta e a colocar um outro do qual, talvez, venhamos a gostar. O fato é que, em várias partes do mundo e de modo particular no Brasil, essa democracia está em degradação.

Por aqui, embora não seja de hoje que grandes grupos econômicos controlam o Estado e determinam, por vários meios, as decisões de seus principais agentes [com judiciário e tudo], a suposta democracia que sempre serviu de escudo e máscara para esse controle, experimenta um processo autofágico nunca antes visto na nossa história.

Enquanto a democracia é bradada nas tribunas das casas legislativas por oradores e oradoras muito bem pagos com dinheiro público, mais de cinco milhões de pessoas passam fome em todo o país<sup>1</sup>, ainda que Bolsonaro tenha o desprazer de afirmar que não há fome no Brasil. Ao mesmo tempo, os debates sobre a demolição da Previdência Social como direito, indevidamente chamada de Reforma da Previdência, escancara os conluios feitos sob as bênçãos da democracia liberal burguesa e deixa claro quem, de fato, dita as regras do jogo nesse cenário de ilusões democráticas.

Argui-se a defesa da democracia nos tribunais e nas pilhas de processos que se acumulam nas comarcas de todo o país, enquanto carne humana – na grande maioria jovem, negra e periférica – apodrece em celas imundas do sistema carcerário brasileiro. Dados do Banco Nacional de Monitoramento Prisional do Conselho Nacional de Justiça [CNJ] apontam que no início de julho desse ano o Brasil já somava 812.564 presos<sup>2</sup>. Desse total, mais de 41% são presos provisórios, que ainda aguardam julgamento.

---

<sup>1</sup> Os dados são do *Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe* [2018], uma publicação anual preparada pelo Escritório Regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO].

<sup>2</sup> A contabilização do CNJ considera presos já condenados e os que aguardam julgamento. Entram na conta os que estão nos regimes fechado, semiaberto e aberto em Casa do Albergado, uma espécie de abrigo

A chamada grande mídia estampa em seus editoriais textos artificiais em defesa da democracia, embora apenas cinco grupos ou seus proprietários individuais concentrem mais da metade dos veículos de comunicação no Brasil. Dentre os 26 principais veículos, nove pertencem ao grupo Globo, cinco ao grupo Bandeirantes, cinco à família Macedo [considerando o grupo Record e os veículos da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD], quatro ao grupo de escala regional RBS e três ao grupo Folha. Os dados são do portal *Media Ownership Brasil* e indicam também que “a concentração de audiência no Brasil é gravíssima, sobretudo no tipo de mídia mais consumido no país: a televisão”. Mais de 70% da audiência nacional está concentrada nos 4 principais proprietários.

Discute-se democracia, ainda que forma muito superficial e acanhada, nas escolas e universidades, enquanto nosso modelo de ensino é recheado de práticas autoritárias, a partir mesmo da prevalência dos interesses burocráticos, em detrimento da dimensão pedagógica. Some-se a isto, as próprias relações de poder que são estabelecidas nos ambientes escolar e acadêmico, adoecidas pela competição, pela alienação e pela negação do outro.

Que democracia é essa, que sucumbe à ganância de poucos e fecha os olhos para a violência física e simbólica, em várias partes do mundo, contra os povos originários, seus territórios tradicionais, seus usos e costumes e sua autodeterminação? Que democracia é essa que legitima a reificação da mãe terra e da própria vida? O ideário de democracia subjacente rejeita a diversidade, naturaliza a eugenia social e joga na conta dos astros as consequências da perversa lógica capitalista de acumulação e lucros ilimitados, ao tentar transformar tragédias como as de Mariana e Brumadinho em desastres.

E que democracia é essa que, em nome do progresso e do dinheiro, permite que cerca de 1,18 bilhões de árvores da maior floresta tropical do mundo tombem em um ano? Estamos falando de uma área que corresponde a aproximadamente 8 milhões de km<sup>2</sup> ou quase mil campos de futebol. Como nos alerta o *Greenpeace Brasil*, junto com essas árvores perdemos a rica diversidade da floresta amazônica, o que resulta no aumento da emissão de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas. O desmatamento e as mudanças climáticas aumentaram a área sensível a fogo na Amazônia e com o governo Bolsonaro, entre janeiro e agosto de 2019, as queimadas tiveram um aumento de 145% quando em comparação ao mesmo período de 2018.

---

público destinado a cumprimento de pena, previsto na Lei de Execuções Penais. O monitoramento exclui os presos com tornozeleira eletrônica e os que estão em regime aberto domiciliar.

Enquanto a Amazônia arde em chamas, o ministro Ricardo Salles [Meio Ambiente] e o próprio presidente Jair Bolsonaro bradam asneiras e insanidades que deixam o mundo boquiaberto e em alerta. Por aqui, as falas e atitudes do ministro e do presidente chegam aos ouvidos dos latifundiários, mineradores, grileiros e empresários rurais da região como uma autorização expressa para seguirem com sua sanha de destruição da floresta e de toda a sua biodiversidade, sem qualquer preocupação com o presente e o futuro dos povos originários, das comunidades locais e do próprio planeta. Nos dias 10 e 11 de agosto deste ano, fazendeiros do entorno da BR-163, no sudoeste do Pará, anunciaram que fariam um “dia de fogo”. Noticiadas por vários jornais e sites locais e nacionais, as ameaças se concretizaram e os efeitos estão sendo catastróficos.

Um sistema que permite que os interesses do agronegócio e da indústria de venenos sejam colocados acima do direito à saúde e à vida, definitivamente não pode ser tido como democrático. O Brasil ocupa a triste posição de campeão no consumo de agrotóxicos, com crescimento assustador, nos últimos meses, do número de liberações de venenos por parte do Ministério da Agricultura, totalizando quase 300 novos registros apenas em 2019. Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva [ABRASCO], 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão “contaminados” por agrotóxicos.

Tereza Cristina [DEM/MS], titular da pasta da Agricultura no governo Bolsonaro, quando deputada federal recebeu como prêmio por sua atuação na coordenação da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária [leia-se bancada ruralista] o assustador apelido de “menina veneno”. A então deputada presidiu a comissão especial que analisou proposta de mudanças na legislação brasileira sobre agrotóxicos [PL 6299/02] e o relatório do deputado Luiz Nishimori [PR/PR], aprovado pela Comissão Especial em junho de 2018, rechaça a palavra agrotóxicos, adota o termo pesticida e prevê que esses produtos possam ser liberados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] mesmo se outros órgãos reguladores, como o IBAMA e a ANVISA, não tiverem concluído análises sobre os eventuais riscos. Já como ministra, em entrevista ao programa Roda Vida [TV Cultura] e em vários outros momentos, Tereza Cristina defendeu de forma escancarada a liberação de mais agrotóxicos.

Nesse ponto é fundamental entendermos por que Bolsonaro é a expressão mais moribunda da falência da democracia liberal burguesa, pelo menos entre nós. Para tanto, é preciso refletir sobre as circunstâncias que o levaram à presidência da República e, sem qualquer pretensão de esgotar a análise dos fatos e suas consequências, tomo por base duas questões que a mim parecem importantes.

Para a primeira, recorro ao jornalista e ativista italiano Antônio Gramsci [1891-1937], segundo o qual, “a crise [de autoridade] consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer”. Nesse interregno, afirma Gramsci, “uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.<sup>3</sup> Assim, quando um velho paradigma está em ruínas, em demolição, mais ainda não faleceu, e um novo paradigma ainda se encontra em gestação e seu parto ainda é inconcluso, o que se instala nessa transição é a barbárie. E aqui é muito importante não confundir barbárie com caos, já que este é criador, enquanto aquela se alimenta do medo, da violência, da paralisação de energias e da inibição de impulsos criativos.

Nos anos recentes que antecederam a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, era exatamente o império da barbárie que se impunha [e ainda se impõe] no Brasil e em várias partes do mundo. Guardemos aqui, por alguns instantes, esse olhar.

A segunda questão tem relação com a quebra do pacto estabelecido anos antes, com a primeira eleição de Lula para a presidência da República. O chamado “pacto lulista” possibilitou inegáveis e importantes avanços no campo das políticas sociais, a exemplo do Bolsa Família, das políticas de segurança alimentar e nutricional, do fortalecimento da agricultura familiar e da ampliação do acesso à universidade para os mais pobres.

Ao mesmo tempo, manteve privilégios da classe média e dos mais ricos e conciliou com os interesses de grandes grupos econômicos, especialmente os banqueiros e a turma do agronegócio, além de ter ignorado ou agido de forma acanhada em desafios históricos do Brasil, como a tributação das grandes fortunas, a regulação dos meios de comunicação e a reforma agrária. Coloque-se nessa conta, ainda, megaempreendimentos como Belo Monte<sup>4</sup> e as obras

---

<sup>3</sup> Antonio Gramsci escreveu seus “Cadernos do Cárcere” [*Quaderni del carcere*] durante o período em que esteve preso sob a tutela do regime fascista italiano. Somente no início de 1929 [mais de dois anos depois de preso], quando já fora encaminhado para o cárcere de Túri, na província de Bári, Gramsci obteve autorização para dispor em sua cela do material necessário para escrever. A partir de então e até abril de 1935, enquanto suas condições de saúde lhe permitiram continuar trabalhando, Gramsci utilizou 33 cadernos escolares, todos de capa dura, que lhe iam sendo fornecidos à medida que os requisitava ao diretor do presídio. Quando morreu, em 27 de abril de 1937, Gramsci não podia ter a menor ideia de que esses apontamentos carcerários, que ocupam cerca de 2.500 páginas impressas, se tornariam uma das obras mais influentes, comentadas e discutidas do século XX.

<sup>4</sup> Recomendo ver o documentário “Belo Monte: anúncio de uma guerra” [2012], dirigido por André D’Elia.

da Copa do Mundo de 2014<sup>5</sup> e dos Jogos Olímpicos de 2016, que geraram violentos processos de exclusão e desterritorialização.

A segunda década do século XXI chega trazendo consigo os efeitos da crise financeira mundial de 2008 e os primeiros sinais de rompimento do “pacto lulista”, alimentados, sobretudo, pelos impactos da referida crise na vida da classe média brasileira e pelo desejo de grupos políticos liberais e neoliberais, representados principalmente pelo PSDB de Aécio Neves, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, de voltar a governar o país.

Esse grupo sabia que a única forma de retomar o comando do governo federal, pelo menos a curto prazo, seria destruindo a imagem de seu principal adversário eleitoral, o que passaria, necessariamente por uma ampla aliança que incluía o MDB de Michel Temer, Romero Jucá e Eduardo Cunha e o DEM de Onyx Lorenzoni e Rodrigo Maia. Nascia assim, com Supremo e com tudo, a escalada de construção do antipetismo, na qual a Lava Jato de Moro e Dallagnol e a grande mídia tiveram papel decisivo.

A estes se somaram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, que no início da década de 1960 contribuíra para o golpe que levou à deposição do então presidente João Goulart, além de grupos de perfil mais neoliberais, como o Partido Novo e o Movimento Brasil Livre – MBL, uma das mais evidentes expressões de oportunismo político-ideológico que nossa história já pariu.

Ocorre que o ódio antipetista foi tão forte que levou seus mentores, executores e seguidores à cegueira e, posteriormente, ao suicídio político. Ao preocupar-se exacerbadamente com a destruição da imagem do seu principal adversário eleitoral, o grupo esqueceu de construir seus próprios nomes para a disputa eleitoral de 2018. Embora candidaturas como a de Geraldo Alckmin [PSDB], de João Amoedo [Novo] e de Henrique Meirelles [MDB] servissem muito bem aos interesses do mercado, lhes faltava capilaridade e densidade eleitoral. Outra opção para a agenda liberal poderia ser Ciro Gomes [PDT], que enfrentava as dificuldades geradas por sua intempestividade e o histórico de desagregação que tem marcado a trajetória política do clã de Sobral.

Juntemos agora as partes da breve análise apresentada nos parágrafos anteriores: com o medo e a desesperança rondando o imaginário nacional, com o PT e o lulismo fora do jogo e na ausência de uma candidatura que unificasse os interesses liberais e neoliberais que haviam

---

<sup>5</sup> Aqui a dica é o documentário “A Caminho da Copa” [2012], produzido pelo Ponto de Mídia Livre do Instituto Pólis, com direção de Florence Rodrigues e Carolina Caffé.

patrocinado o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff [PT], o resultado foi a eleição de Jair Bolsonaro [PSL], o que lançaria o país no mais vergonhoso momento de sua história recente, escancarando as fragilidades da falácia democrática liberal e o sequestro de suas instituições.

Bolsonaro é, em boa medida, fruto das fraturas expostas da democracia liberal burguesa, que pariu a pior de suas aberrações, uma “piada” muito séria, perigosa e totalmente fora de controle. Um espírito mesquinho brincando de ser presidente, enquanto usa o governo para proteger e promover sua prole masculina, formada pelos patéticos e arrogantes B1, B2 e B3.

Com a velha democracia em crise e o Estado de exceção em ascendência, a resistência passou a ser a palavra de ordem de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, povos originários e comunidades tradicionais, além de outros grupos e indivíduos identificados com uma perspectiva popular de democracia e de poder. Nesse momento, é fundamental resistir a todas as tentativas de desmonte e retirada de direitos e de ameaça à vida humana e não humana, em marcha no Brasil desde anos anteriores recentes e acentuada nos últimos meses.

Contudo, resistir já não basta. É preciso deslegitimar, negar pela ação, esse modelo apodrecido de democracia e construir novas agendas e novas perspectivas de poder, pautadas na solidariedade, no afeto, no cuidado e no amor, signos com os quais o autoritarismo não consegue dialogar.

Esta precisa ser a nossa principal agenda de agora em diante porque, enquanto estivermos “apenas” resistindo, os neofascistas e oportunistas políticos de plantão seguirão definindo a agenda contra a qual continuaremos a nos posicionar, até que, um dia, eles nos vençam pelo cansaço.

Da mesma forma, considero fundamental entendermos que não é tarefa nossa, das camadas populares, dos mais pobres economicamente, tirar o Brasil da crise multifacetada em que o país foi mergulhado. Esta, assim como todas as outras crises, não foi causada por nós e nem é nossa, embora a conta esteja, mais uma vez, sendo cobrada nas mãos dos que nada devem. A questão é: até quando aceitaremos pagar uma conta alheia e impressa com tinta vermelha do sangue de inocentes?

Essa democracia, que agora entra em colapso, definitivamente não nos serve. Nunca nos serviu, embora tenha sido comprada por muitos intelectuais e militantes progressistas como boa e até ideal. E aí de quem ousasse questioná-la. Isso seria encarado, por alguns não poucos, como uma heresia.

Contudo, urge construirmos uma democracia que se coloque a serviço da vida, que acolha a diversidade como nossa maior fortaleza, que perceba a interdependência de todos os seres vivos, que nos possibilite entender a importância do afeto, da comunhão e da partilha, que nos possibilite reaprender a amar e que reconheça e acolha o nosso vínculo sagrado com a mãe Terra e com toda a grande teia da vida.

Porque, se o parto dessa outra perspectiva de democracia, já em gestação aqui e acolá, tardar a chegar, o autoritarismo, no seu viés mais sombrio e ignóbil, ocupará o lugar deixado pela falência da democracia liberal burguesa e não será tarefa fácil vencê-lo pois, aprisionados pelo medo, já não vislumbraremos qualquer possibilidade de insurgência e nos tornaremos presas fáceis para a cadela do neofascismo.

Andemos, então, na direção da luz e impulsionados pelo amor, fazendo acontecer, aqui e agora, um novo tempo, antes que seja tarde.

## NÃO SENHOR, CAPITÃO!

15 OUT 2019

Em mais uma patética e descabida performance, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apareceu recentemente em um vídeo ao lado do deputado federal Filipe Barros [PSL/PR], fazendo a propaganda do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, instituído pelo decreto 10.004/2019. Até 2023, o governo federal pretende implantar mais 216 escolas cívico-militares em todo o país.

Contudo, o que ganhou proporções e maior repercussão com o decreto de Bolsonaro não é uma invenção dos últimos dias e, segundo um levantamento da revista Época, entre 2013 e 2018 o número de escolas sob gestão de corporações militares estaduais cresceu 212%. De acordo com matéria publicada em 13 de setembro último por outra revista, a *IstoÉ*, são 203 escolas militarizadas em funcionamento no Brasil atualmente. Embora essas escolas estejam presentes em 23 unidades da Federação, de acordo com dados da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação os estados de Goiás, Amazonas, Minas Gerais e Roraima e o Distrito Federal concentram o maior número delas. As escolas militarizadas goianas, por exemplo, saltaram de oito em 2013 para sessenta em 2019.

É necessário dizer que o genérico decreto de setembro último é recheado de confusões, talvez propositais, como o é o próprio governo do antipresidente<sup>6</sup> Bolsonaro, para usar um conceito bastante adequado trazido pela jornalista Eliane Brum. O documento confunde, por exemplo, objetivos com princípios e diretrizes, replica textos pontuais de documentos anteriores sem estabelecer qualquer conexão com as outras partes do decreto, além de recorrer a termos próprios do jargão militar como “prestadores de tarefas” ao se referir a atividades ou campos específicos dos processos de educação, inclusive a gestão didático-pedagógica. Pelo menos uma questão fica clara: de acordo com o artigo 11 do decreto de Bolsonaro, a proposta é “baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares”.

Além do autoritarismo disciplinar, os colégios militares são duramente criticados pela imposição de uma visão da história que rejeita qualquer perspectiva crítico-reflexiva e busca impor versões

---

<sup>6</sup> Recorro aqui a um conceito bastante significativo e adequado, trazido pela jornalista, escritora e documentarista Eliane Brum. Em artigo publicado em sua coluna no *El País* no dia 12 de abril de 2019 Eliane Brum explica: - Quando chamo Bolsonaro de “antipresidente”, não estou fazendo uma graça. Ser antipresidente é conceito.

dos fatos históricos e atuais que atendam aos interesses dos círculos militares e de algumas elites nacionais. “Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a Revolução de 1964 foi levada a efeito, não por extremistas, mas por grupos moderados, respeitadores da lei e da ordem”. Assim o golpe civil-militar de 1964, que mergulhou o Brasil em mais de duas décadas de uma sangrenta ditadura, é apresentado no livro didático “História do Brasil — Império e República”, da Coleção Marechal Trompowsky, utilizado por cerca de 15 mil alunos de mais de uma dezena de colégios militares do país. Editadas pela Biblioteca do Exército, as obras da coleção têm como principal característica a omissão e/ou distorção de fatos históricos de acordo com os interesses dos militares.

A obra sequer reconhece a existência de torturas por agentes do regime durante o período da ditadura e afirma que, “quer na área urbana quer na rural, o Governo reprimiu e eliminou as facções comunistas engajadas na luta armada, porque a preservação da ordem pública era condição necessária ao progresso do País”. Em 2013, Silvana Schuler Pineda, professora de História do Colégio Militar de Porto Alegre, negou-se a utilizar o livro e por isso foi realocada para outras funções, voltando à sala de aula somente após decisão judicial que acolheu um mandado de segurança impetrado por ela.

Para a historiadora do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, Pâmella Passos, “um livro didático que reproduz o discurso legitimador de um estado ditatorial incorre diretamente nos riscos de contribuir com a formação de jovens que naturalizam o desrespeito às instituições democráticas e as práticas de tortura, visto que os trechos desse livro não aprofundam nem problematizam episódios importantíssimos, como AI-5 e guerrilhas”. A avaliação de Pâmela foi publicada no jornal *O Globo* de 31 de março de 2014, em matéria assinada por Leonardo Vieira.

Além disso, um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da militarização das escolas tem relação com o aumento da violência nos ambientes escolares e a indisciplina dos estudantes. Contudo, é urgente repensar o próprio conceito de disciplina, devendo este se pautar pelo entendimento de que disciplina é respeito ao coletivo e ao bem comum e não a obediência cega a comandos gritados em tom de ordem unida, marca dos processos de formação de agentes das forças armadas e das policiais em todo o país.

Em nota de repúdio publicada no último dia 3, o Comitê Ceará da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, alerta que “não está entre as atribuições da polícia e dos bombeiros militares administrarem as escolas públicas. Existe aqui um nítido desvio de função nas atividades desenvolvidas. Tal desvio pode configurar, inclusive, crime de improbidade administrativa do gestor que autorizar tal medida, conforme Lei nº 8429/1992”.

A nota lembra ainda que “segundo o art. 144 da Constituição Federal, cabe às polícias militares o policiamento ostensivo, não havendo guarida constitucional para os órgãos de segurança pública atuarem na gestão educacional”. Assim, “o desvio de finalidade é flagrante como, por exemplo, na proposta de vincular militares da reserva [sem qualquer acúmulo na área educacional]”, destaca a nota.

Ademais, é fundamental compreender que a violência escolar não pode ser percebida e analisada fora de um contexto mais amplo, de violência estrutural, não estando restrita ao ambiente escolar. O que se apresenta no dia a dia das escolas é, quase sempre, reflexo de contextos sociais de negação, invisibilização e silenciamento de comunidades, grupos e indivíduos, historicamente e até hoje excluídos e marginalizados por muitos meios e de múltiplas formas. A rebeldia, a insurgência e a insubordinação expressas, por exemplo, através do corpo [nas roupas, nos adereços, no cabelo, etc.], são tratadas de forma descontextualizada como atitudes violentas, quando na verdade representam, elas próprias, respostas às violências físicas e simbólicas do cotidiano, que eclodem quando submetidas a processos de pressão em espaços inibidores de criatividade e sob a égide de relações autoritárias ou pouco dialógicas.

Diante desse cenário, a reação da sociedade conservadora e do Estado, através de suas instituições, entre as quais se inclui a escola, tem sido, na maioria dos casos, pelo caminho da proibição, do castigo e da repressão aos corpos que gritam e se fazem expressão pulsante, latente. Em 1975, o filósofo francês Michel Foucault apresentou ao mundo sua famosa obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, em que trata, de forma profunda, da disciplina e do poder no mundo moderno e analisa as técnicas de disciplina e vigilância que se espalharam de maneira gradual e imperceptível pela sociedade ao longo de séculos recentes.

Nos dias atuais, a palmatória que em séculos passados punia os alunos por “mal comportamento” ou por não serem “capazes de aprender”, foi substituída pela vigilância e por outros métodos de punição, presentes em escolas particulares e públicas do Brasil [e de outras partes do mundo], inclusive naquelas que não foram militarizadas, embora seja justo e necessário reconhecer e evidenciar os vários avanços que tivemos nos processos de educação formal e informal no Brasil, nos últimos tempos, ainda que de forma pontual e na contramão da lógica subjacente e em desobediência aos modelos oficiais.

Há alguns anos, recebi o convite para uma atividade numa escola da rede pública estadual de ensino do Ceará. Como costume fazer, cheguei antes do horário marcado para a atividade e comecei a preparar o espaço físico da sala para receber a turma, o que incluía dispor as cadeiras em círculo, já que a proposta era fazermos uma roda de conversa. Quando estava nessa

atividade solitária de reorganização das cadeiras foi interrompido por uma servidora administrativa da escola que, de forma muito educada e com certo constrangimento, me informou que as cadeiras não poderiam ser mudadas de posição, uma vez que isso alteraria o “mapa de sala” e infringiria uma das normas da escola.

Perguntada sobre o motivo dessa norma, a servidora, apontando mecanicamente para os cantos superiores da frente da sala como se estivesse a indicar as saídas de emergência de uma aeronave, me explicou que as salas eram monitoradas por câmeras de segurança e que cada estudante deveria sentar sempre na mesma cadeira/lugar, o que facilitaria a vigilância e ajudaria na “identificação do autor de alguma dano”. Embora exista toda uma discussão sobre a necessidade e a validade desse recurso, ali ficou evidente que, pelo menos naquela escola, a principal função do mapa de sala era ajudar na vigilância do comportamento dos estudantes.

O mapa de sala e suas câmeras dialogam, à cerca baixa, com o *Panóptico de Bentham*, apresentado por Foucault na obra aqui já referida. Como nos lembra o filósofo francês, “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder”. A partir daí uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. E Foucault arremata, lembrando que, “não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas”. São novas formas de violência, a gerar mais violência.

Contudo, Bolsonaro, parece se realizar mesmo é com os velhos métodos de controle, com a velha violência que recorre à força física, à truculência, ao grito e à tortura. Talvez por isso esteja tão decidido a espalhar por todo o país as experiências de escolas militarizadas, acentuando ainda mais a cultura de medo já presente em nossas escolas e transformando espaços que deveriam se dedicar à aprendizagem e à reflexão crítica em ambientes servis e de obediência cega e alienada.

De acordo com matéria publicada no último dia 13 pela *CartaCapital*, até aqui já foram registradas 120 denúncias de abusos morais e sexuais, além de violências físicas praticadas pelos militares que trabalham nas escolas administradas pela Polícia Militar no Amazonas contra professores, estudantes e familiares. Segundo a matéria, assinada por Ana Maria Basílio, “os casos acumulam-se ao menos desde 2015 e só foram encaminhados ao Ministério Público estadual no início do mês. [...] As violações aconteceram nos nove colégios da PM em Manaus [...]. O Colégio Militar da Polícia Militar 1, na Zona Sul da capital, tornou-se, porém, o caso mais extremo”, envolvendo, inclusive, denúncia de tortura contra um professor.

Em Goiás, o Comando de Ensino Policial Militar [CEPM] tem um regimento com 276 artigos que precisam ser seguidos por alunos, professores, servidores administrativos e serviços gerais das escolas a ele vinculadas. De acordo com esse regimento, é vedado ao aluno das unidades do CEPM, dentre outras atitudes ou posturas, “andar com as mãos nos bolsos ou com o uniforme em desalinho”, “sentar-se no chão ou em locais não apropriados para tal”, “deixar de cortar o cabelo e/ou usar costeletas” e “usar adereços como gargantilhas, pulseiras, tornozeleira, óculos escuros, etc.”. Ainda nos termos do regimento do CEPM, “as alunas poderão usar brincos discretos que não fujam a extensão inferior da orelha [sendo proibidos brincos que fiquem pendurados], só “poderão usar maquilagens leves quando uniformizadas” e “só poderão usar esmaltes de cores e desenhos discretos”.

“Quando os alunos estiverem em sala de aula [ou o equivalente] ao adentrar o professor/instrutor que irá ministrar a instrução, a turma colocar-se-á de pé, o Chefe de Turma [ou mais antigo] comanda ‘Sentido’ faz a apresentação regulamentar mencionando o total de alunos presentes e faltosos”, diz o regimento das escolas vinculadas ao CEPM. Qualquer semelhança com a caserna não é mera coincidência.

Os discursos dos defensores da militarização das escolas públicas se assemelha, em grande medida, aos que pautavam a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1916, com o objetivo de “congregar os sentimentos patrióticos dos Brasileiros de todas as classes”, difundindo “nas escolas primárias, profissionais secundárias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”.

Além disso, a Liga se propunha a “aconselhar e facilitar a instrução militar em collegios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orphanatos, institutos de assistência pública e particular, associações de commercio, indústria, beneficência, sports e diversões”. Uma das principais conquistas da Liga, que ainda mantém núcleos espalhados pelo Brasil até hoje, foi a implantação do Serviço Militar Obrigatório no país.

Olavo Bilac, um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional, em um de seus discursos<sup>7</sup> publicados pela própria Liga em 1917, chegou a afirmar: “Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo”.

---

<sup>7</sup> BILAC, Olavo. A defesa nacional [discursos]. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1917.

No dia 31 de julho desse ano, durante evento em comemoração aos 13 anos do Batalhão de Polícia Tática [BPOT] da Polícia Militar do Pará, a tropa de elite da PM paraense [ROTAM], enquanto marchava em frente ao palanque em que estava o governador Helder Barbalho [MDB], entoava uma das suas canções de TFM [treinamento físico militar] no qual os policiais gritavam, em coro: – “Arranca a cabeça e deixa pendurada. É a Rotam patrulhando a noite inteira. Pena de morte à moda brasileira”. Ressalte-se que o Pará é um dos estados com maior índice de morte por policiais, com 612 mortes em 2018, representando um aumento de quase 40% em relação a 2017. Embora o comando da PM do Pará tenha informado, em nota, que não se trata de um cântico oficial da corporação, o episódio registrado em vídeo e repercutido nas redes sociais e na chamada grande mídia, é revelador da formação que impera nos quartéis brasileiros.

O coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Ibis Pereira<sup>8</sup>, uma importante voz a ser ouvida em temas como desmilitarização das polícias e formação de agentes de segurança pública, por exemplo, tem alertado para a necessidade de discutirmos, antes de qualquer outra questão, a desmilitarização das próprias políticas públicas. Ibis também vem nos lembrando, insistentemente, que policiais militares no Brasil têm sido formados, exclusivamente ou prioritariamente, para a guerra. Antes para a guerra aos “subversivos” que ameaçavam a ordem vigente, que questionavam o poder daqueles que comandavam o país durante o período da ditadura instalada com o golpe civil-militar de 1964; depois, em nome de uma suposta guerra às drogas, o alvo passou a ser a população pobre das periferias, especialmente a juventude negra. Uma guerra sem sentido cujos resultados estatísticos estão revelados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, publicado em setembro último, com dados de 2018. Para além dos dados apresentados no Anuário e aqui resumidos, há uma dimensão simbólica da temática, que não pode ser representada de forma gráfica e que merece ser refletida coletivamente.

No prefácio do livro “Porque os policiais se matam?”, publicado em 2016 como resultado de uma pesquisa realizada com a colaboração de vários profissionais das áreas de sociologia, segurança pública e da saúde, Ibis Pereira escreve que a concepção do trabalho policial como guerra, a percepção do criminoso como o inimigo – como esse outro que deve ser varrido a

---

<sup>8</sup> Íbis Silva Pereira é graduado em Direito pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, pós-graduado em filosofia pela PUC/RJ, pós-graduado em gestão de segurança pública pela FGV e mestre em História Política pela UERJ. É doutorando em História pela UERJ. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea da UERJ e membro do Fórum Permanente de Segurança Pública e Execução Penal da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

canhonadas –, reflete a demanda histórica brasileira de gestão dos excluídos. “É o fruto maduro de uma sociedade hierarquizada, onde a cidadania se confunde com o direito do consumidor. Essa mentalidade desumana e antidemocrática atravessa as instituições policiais, contagiando seus agentes, legitimando seus abusos; transformando policiais, um pouco mais a cada dia, em máquinas de matar e de morrer, até o ponto no qual do humano não sobra nada além de ruínas”. Em 2018, foram 6.220 mortes provocadas pelas polícias no Brasil, o que representa 11 a cada 100 mortes violentas intencionais. Foram 17 pessoas mortas por dia em decorrência de ação policial, representando um crescimento de 19,6% em relação a 2017. O perfil das vítimas dessas mortes é muito revelador da seletividade da ação policial e, portanto, do Estado: 99,3% eram homens, 77,9% tinham idade entre 15 e 29 anos e 75,4% eram negros.

Ao mesmo tempo, 343 policiais civis e militares foram assassinados em 2018. Embora esse número represente uma redução de 8% em relação a 2017, não podem ser ignorados. Afinal, foram quase 350 vidas perdidas, sendo 75% fora de serviço. A análise do perfil dos policiais mortos aponta que 97% eram homens, 51,7% negros e 65,5% tinham entre 30 e 49 anos de idade. Outro dado que salta aos olhos e gera preocupação especial refere-se ao número de suicídios entre policiais. Foram 104 suicídios em 2018, o que significa que morreram mais policiais vítimas de suicídio do que assassinados no horário de trabalho.

O livro prefaciado por Ibis Pereira discute o diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro [PMERJ] e revela dados, no mínimo, preocupantes. O trabalho teve como ponto de partida o projeto de pesquisa “Suicídio e Risco Ocupacional: o caso da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro”, realizado no Laboratório de Análise da Violência [LAV/UERJ].

A pesquisa revelou, por exemplo, que 64% dos policiais militares que já pensaram, mas não tentaram suicídio têm idade entre 30 e 39 anos. Esse mesmo intervalo de idade concentra o maior percentual de agentes que tentaram suicídio [59%]. O intervalo de 40 a 49 anos de idade aparece em segundo lugar nos dois casos.

Os resultados da pesquisa sugerem que as ideações suicidas e tentativas de suicídio “declaradas” estão relacionadas a fatores sociodemográficos, institucionais, organizacionais, relacionais e individuais. Um deles tem relação com “as vivências de agressões verbais e físicas não letais [perseguições/amedrontamento, xingamentos, insultos, humilhações por pessoas do seu convívio]”. Além disso, o treinamento oferecido pela Instituição, a falta de reconhecimento profissional por parte dos seus superiores, a ausência de oportunidades de ascensão na carreira

e a desvalorização da sociedade aparecem como fatores que contribuíram para algumas ideias e tentativas de suicídio entre o público pesquisado.

O documento aponta ainda que “a prevenção do comportamento suicida [ideias suicidas, tentativa de suicídios e o suicídio consumado] entre profissionais de segurança pública da PMERJ está para além dos tratamentos médico e psicológico”. A prevenção envolve inclusive mudanças organizacionais que interferem no cotidiano do trabalho policial, conclui a pesquisa.

Todas as questões apresentadas até aqui suscitam uma série de perguntas. E a primeira delas é: como policiais treinados para a guerra poderão responder às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal de adolescentes e jovens da periferia, até então tratados como inimigos?

Embora se saiba que alguns poucos e algumas poucas policiais, por razões diversas, conseguem se proteger, emocional e espiritualmente, da violência a que são submetidos e submetidas nos quartéis e nas ruas, é necessário interrogar quais as condições pedagógicas e psicológicas da maioria dos policiais que irão integrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares para lidar com o dia a dia de uma escola, ainda que em papéis administrativos e de apoio pedagógico.

Quem milita na Educação sabe o quanto a adequada formação pedagógica e um compromisso ético com a centralidade da vida e com a defesa dos direitos humanos e da Terra são essenciais para o fazer pedagógico cotidiano e para a educação de crianças, adolescentes e jovens. Educação pressupõe diálogo, afeto, cuidado, solidariedade e empatia, valores esquecidos e, por vezes, rechaçados durante os processos de formação a que são submetidos os militares.

Voltando ao decreto de Bolsonaro, até o fim do prazo estabelecido pelo Ministério da Educação para a adesão pelos governos estaduais e do distrito federal ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, 16 unidades da Federação haviam aderido, segundo informações do próprio site oficial do programa. Destas, quatro são do Centro-Oeste [DF, GO, MT e MS], sete são da região Norte [AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO], três da região Sul [PR, RS e SC], uma da região Sudeste [MG] e uma do Nordeste [CE]. O anúncio foi feito em entrevista coletiva realizada na sede do MEC no dia 1º de outubro.

Embora dois dias depois o governador Camilo Santana [PT] tenha vindo a público afirmar que o Ceará não aderiu ao programa, até o fechamento deste artigo, no início da noite de 15/10, a informação continuava disponível no site do programa e, de acordo com o site da Revista Fórum, o MEC “apresenta documento mostrando que foi procurado pela secretaria de educação do Ceará, que manifestou interesse no programa de escolas militares”. O documento a que se

refere o site é o ofício GAB Nº 4531/19, de 27 de setembro de 2019, assinado pela titular da pasta da Educação cearense.

A manifestação de interesse do Governo do Estado do Ceará “na implantação do piloto do modelo de Escola Cívico-Militar” proposto pelo MEC se coaduna com a perspectiva de escola que tem pautado as políticas educacionais do Ceará desde governos anteriores, cujo foco central tem sido a formação profissional e a busca da melhoria dos indicadores de ensino como o IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] e o SPAECE [Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica]. Nessa lógica, prevalece o modelo de escolas pautadas, prioritariamente, pela burocracia, com ênfase secundária na dimensão pedagógica, além do foco excessivo na formação técnica o que, por vezes, pode comprometer seriamente a formação ética e cidadã. Ferramentas como o IDEB e o SPAECE não medem aspectos fundamentais da vida da comunidade escolar e seu entorno, com o qual ela deve estar comprometida e engajada. Falo aqui de aspectos como felicidade, empatia, solidariedade e sororidade.

Contudo, o que me preocupa não é o decreto de Bolsonaro, já que este escolheu a violência e o estímulo à barbárie como *modus operandi* de governo e assim seguirá enquanto durar o seu império. Voltando a Michel Foucault, o que me assusta, isso sim, é a adesão de governos estaduais e locais, gestores educacionais, professores e pais à insana proposta de transformação de nossas escolas em máquinas “de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos” a partir da censura a seus corpos, da alienação de suas mentes e do aprisionamento de seus espíritos.

## A URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CENTRADA NA VIDA

01 NOV 2019

O título do artigo surgiu como mote de uma roda de conversa realizada na cidade do Crato, no Cariri cearense, na noite de 30 de outubro desse ano, dentro da agenda do Ciclo de Palestras 2019, promovido pelo projeto de Formação Contínua de Educadores do SESC Crato. Assim, o artigo é, em alguma medida, uma retomada e um aprofundamento das reflexões iniciadas naquele momento.

Ao tratarmos da urgência de uma educação centrada na vida estamos partindo da premissa de que o que temos atualmente, pelo menos na educação formal, não dialoga com essa perspectiva, já que na perversa lógica capitalista a educação deve estar voltada ao atendimento das necessidades do capital, sua expansão e acumulação. Não por acaso, um dos fetiches de capitalistas e governos de vários matizes ideológicos em pleno século XXI e em todo o mundo é o modelo de escolas profissionais ou profissionalizantes, mantendo vivas e pujantes as teorias dos precursores da Economia Política Neoclássica nascida no século XIX. Na visão do filósofo e economista britânico John Stuart Mill [1806-1873], responsável pela formulação das bases de uma teorização sobre o capital humano, a qualificação escolar técnica poderia ser equiparada a um meio de produção, sendo primordial investir na educação profissional dos trabalhadores para alavancar a expansão capitalista.

Nossos processos de ensino, sobretudo os formais levados a cabo por instituições públicas e particulares, em todas as suas etapas, têm nos afastado cada vez mais da centralidade da vida e nos empurrado progressivamente e por vários meios para a robotização e o esvaziamento dos sentidos da vida, nos adoecendo e nos alienando do mundo.

Nos afastamos da vida quando, por exemplo, tratamos estudantes, de todas as idades, como seres sem luz [alunos] e ignoramos seus saberes e fazeres cotidianos, as marcas que estão em seus corpos e em suas almas, suas origens, seus lugares de fala e as histórias de vida que cada um carrega a partir de suas experiências e suas interações com o mundo. Quando lhes impomos conteúdos desconectados de suas realidades e apartados do lugar onde vivem. Quando nos fechamos ao diálogo e à reflexão crítica dos conteúdos apresentados, limitando nosso fazer pedagógico a relações autoritárias e vazias de cuidado e encantamento.

Rejeitamos a vida quando reproduzimos uma educação bancária comprometida, prioritariamente, com uma formação tecnicista, numa lógica competitiva que nega o outro, evidencia a meritocracia em detrimento de outros aspectos e vende a ilusão do sucesso a qualquer custo como fim último. Quando forçamos nossas crianças, adolescentes e jovens ao

estudo de conteúdos quase sempre encarados por estes como inúteis ou desnecessários, apenas para que ao final do ciclo se submetam a um exercício de prova que prova apenas a ineficácia do próprio método de avaliação e deixam cicatrizes emocionais profundas em suas vidas.

Negamos a vida quando afirmamos que a escola não deve discutir temas como gênero, raça e etnia, perpetuando assim o patriarcado, o machismo, o preconceito e a intolerância que nos levaram ao adoecimento individual e coletivo a que estamos submetidos. Quando negamos a uma pessoa trans o direito de ser chamada pelo seu nome social na escola ou em qualquer outro espaço e quando ignoramos ou somos incapazes de ouvir, por razões diversas, os pedidos de socorro que adolescentes e jovens nos fazem diariamente antes de chegarem à depressão e ao suicídio.

Rejeitamos a vida quando reproduzimos, no dia a dia, o antropocentrismo como uma das pilstras de sustentação do paradigma sobrejacente, quando reafirmamos a reificação da terra e negamos sua sacralidade e sua condição de sistema vivo, nos afastando da Pachamama [Mãe Terra] como casa comum, fonte de vida e representação máxima da fertilidade, da maternidade e da criação.

Nos tornamos cúmplices das ameaças à vida quando fechamos os olhos e os ouvidos para as injustiças do mundo e o clamor dos injustiçados, quando ficamos indiferentes à dor alheia e rejeitamos a solidariedade e a empatia como caminhos necessários à própria permanência e fortalecimento da condição humana no planeta. Quando ignoramos toda e qualquer possibilidade de nos deixarmos afetar, individual e coletivamente, por essas injustiças para - uma vez afetados e afetadas - nos movermos na direção da justiça e do bem comum.

Recusamos a vida quando ignoramos os saberes ancestrais dos povos e comunidades tradicionais, quando rechaçamos os saberes e fazeres acumulados por parteiras, rezadeiras e rezadores, mestres e mestras da cultura popular tradicional, guardiões e guardiãs da história e da memória de cada território. Quando nos enclausuramos entre os muros e paredes das escolas e nos afastamos das comunidades onde as mesmas estão inseridas, trocando a boniteza e a alegria da partilha pela feiura, a tristeza e o desencantamento de gaiolas que nos permitem o contato com o mundo exterior apenas pelas limitadas frestas de uma arquitetura que aprisiona nossos corpos e espíritos e cerceia nossas criatividade.

Fugimos ao compromisso ético com a centralidade da vida quando nos calamos e nos acovardamos frente ao fascismo e ao autoritarismo que se impõem através da barbárie alimentada pela violência e pelo medo. Quando permitimos que a eugenia social se naturalize e já não nos provoque qualquer desconforto e indignação. Quando nos calamos frente ao racismo,

à homofobia, à xenofobia, à misoginia, ao feminicídio, ao genocídio, ao etnocídio e todas as outras formas de violência física e simbólica pautadas pela intolerância e o ódio nascido do medo.

Nos distanciamos da vida quando damos espaço para a intolerância religiosa, quando pautamos nossa fé pelo fundamentalismo e renunciamos ao amor universal como princípio básico da nossa espiritualidade. Quando rejeitamos a diversidade e a pluralidade de pensamentos e ideias e quando nos deixamos alienar e conduzir cegamente por falsos messias, sedentos de poder, comerciantes da fé em templos onde se vende a ilusão da prosperidade individual como graça divina.

Rejeitamos a vida quando abandonamos qualquer perspectiva de bem comum e nos afastamos dos espaços coletivos de organização e luta por dias melhores para todos e todas. Quando renunciamos ao direito e ao dever de desobedecer coletivamente sempre as leis e as normas nos parecerem injustas ou sempre que alguma tirania nos ameace as liberdades e os direitos fundamentais, inclusive o próprio direito à vida.

Portanto, uma educação centrada na vida precisa estar eticamente comprometida com uma pedagogia acolhedora, crítica, reflexiva e libertária, colocando-se para muito além das estruturas físicas e formais de escolas, tal como as conhecemos, que nos aprisionam a papéis e padrões de relacionamento que se perpetuaram ao longo de séculos, em que pese o esforço individual e coletivo de alguns e algumas para dar novos significados e novos sentidos a esses espaços e aos processos neles vivenciados cotidianamente.

Em seu livro “Aprender em comunidade” [2014], o educador e escritor português José Pacheco nos convida a refletir sobre a ideia de comunidade de aprendizagem e lembra que “o espaço de aprender é todo o espaço, tanto o universo físico como o virtual, é a vizinhança fraterna”. E Pacheco interroga: “E quando se aprende? Nas quatro horas diárias de uma escola-hotel? Duzentos dias por ano? Que sentido faz uma ‘idade de corte’, se não existe uma idade para começar a aprender?”. E arremata, enfatizando que “a todo momento aprendemos, desde que a aprendizagem seja significativa, integradora, diversificada, ativa, socializadora”.

As mais de três décadas de militância na educação – desde o trabalho com comunidades [educação popular], passando pela alfabetização de adultos, até a atuação como professor universitário – me ensinaram que não há neutralidade no fazer pedagógico e que é fundamental que minhas práticas como educador estejam visceralmente comprometidas com a vida, o que significa rejeitar tudo que a ameace, sem que isso me conduza a fechar-se ao encontro com quem pensa diferente. Uma educação pautada pelo amor e pela centralidade da vida deverá

comprometer-se com o diálogo e a escuta atenta a todos e todas, ainda que, às vezes, isso pareça impossível ou sobre-humano. Há limites para isso, dirão alguns. Sim, há limites e o principal deles é a própria ausência de vontade ou disposição do outro e nossa própria para esse exercício, para o encontro e para a troca respeitosa de ideias e opiniões.

Em tempos tão estranhos o convite é, pois, para fazermos da vida a nossa grande escola, tendo o amor como ato pedagógico permanente, conscientes de que é urgente rompermos os grilhões que nos aprisionam à educação [ou à escola] do século XIX e nos lançarmos no voo livre, ainda que aparentemente incerto, da pedagogia do abraço, do acolhimento, da partilha e da celebração da vida.

## O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

21 NOV 2019

Durante as décadas de 60 e 70 do século XX a América Latina se viu mergulhada em ditaduras militares resultantes de golpes apoiados, em maior ou menor intensidade, pelo governo dos EUA. Entre os países do cone sul esse processo foi inaugurado ainda na década de 50, com o golpe paraguaio que em 1954 derrubou o presidente Federico Chaves e levou ao poder o general Alfredo Stroessner. Além do apoio da base política do Partido Colorado e da oligarquia agropecuária local, Stroessner contou com o apoio direto dos EUA, que fizeram do Paraguai um laboratório da Doutrina de Segurança Nacional. Um dos primeiros atos do ditador paraguaio foi a assinatura de um pacto com oficiais estadunidenses e brasileiros, comprometendo-se a barrar o avanço dos comunistas no país. A ditadura paraguaia foi a mais longa dos países sul-americanos, indo de 1954 a 1989, totalizando 35 sombrios e sangrentos anos de repressão aos movimentos populares e perseguição política a quem se opusesse ao regime autoritário instalado naquele país.

Ao golpe no Paraguai se seguiram o do Brasil em 1964, os do Chile e do Uruguai em 1973 e o da Argentina em 1976. Naquele mesmo ano se deu o recrudescimento do regime autoritário no Equador, após o golpe militar que derrubou o ditador nacionalista Guillermo Rodríguez Lara, que assumira o poder em 1972.

Embora com características muito específicas, a partir de 1964 a Bolívia também passou a experimentar uma sucessão de governos ditatoriais orientados pela repressão e desarticulação das organizações de trabalhadores. Vale ressaltar que a história da Bolívia, desde antes dos governos autoritários do século XX, foi marcada por intensos conflitos internos e com países vizinhos, patrocinados pelos interesses de grandes corporações mineradoras e petrolíferas estrangeiras e de determinados segmentos das elites nacionais, especialmente a agrária.

Como denunciou o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano, em sua memorável obra *As veias abertas da América Latina* [1971], “o subsolo também produz golpes de Estado, revoluções, histórias de espionagens e aventuras na floresta amazônica”. Galeano lembra que “no Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co”. Seguindo com sua denúncia, o jornalista uruguaio lembra que na Bolívia o ditador René Barrientos, após sua chegada ao poder em 1964, outorgou à firma Philips Brothers a concessão da mina Matilde, “rica em chumbo, prata e grandes quantidades de zinco com um teor doze vezes mais alto do que nas minas

estadunidenses”. Não por acaso, o livro de Galeano foi banido na Argentina, no Chile, no Brasil e no próprio Uruguai.

No bojo das ações articuladas e integradas entre os regimes autoritários da América do Sul, sob as bênçãos do império, a Operação Condor surgiu como uma estratégia supranacional com o objetivo de partilhar informações sobre movimentos e opositores às ditaduras em vigor nos países do chamado cone Sul, difundir métodos de repressão que incluíam a tortura e o desaparecimento de militantes e presos políticos, além de estabelecer regimes de cooperação em operações no território que abarcava os seis países integrantes da Operação [Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia] e até para além destes.

De acordo com o jornalista John Dinges, autor do livro *Os Anos do Condor – Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*, publicado no Brasil pela Cia das Letras em 2005, “o encontro para criar o sistema da Operação Condor foi realizado numa das elegantes mansões decadentes ao longo da avenida mais larga de Santiago, a Alameda”. Tratava-se do Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional, patrocinado pelo governo chileno do ditador Augusto Pinochet e coordenado pelo chefe da Direção de Inteligência Nacional do Chile [DINA], coronel Manuel Contreras.

Era final de novembro de 1975 e “durante quase uma semana inteira, coronéis, majores e capitães de seis países se reuniram todas as manhãs embaixo do teto arqueado do que talvez tivesse sido outrora uma sala de banquete formal”. Segundo John Dinges, “eram todos funcionários do Serviço de Inteligência, a maioria com treinamento militar tradicional, alguns com formação policial, homens cujo trabalho consistia em derrotar aquilo a que se referiam por designações variadas, como subversão, terrorismo ou comunismo internacional”.

Segundo um Oficial de Inteligência, presente ao encontro organizado pela DINA e citado por Dinges em seu livro, “o Chile propões operações para eliminar os inimigos em todo o mundo [...] para eliminar aqueles que estavam causando dano a nossos países, pessoas como Letelier”, numa alusão ao diplomata chileno Orlando Letelier del Solar, ativista político contra a ditadura de Augusto Pinochet. Menos de um ano depois do encontro que discutiu os termos da Operação Condor, em 21 de setembro de 1976 Letelier foi assassinado, juntamente com sua assistente, Ronni Muffet, em Washington [EUA], por agentes secretos da DINA.

O convite para o Brasil participar do Encontro veio do próprio Pinochet e foi dirigido a João Baptista de Figueiredo, à época chefe do Serviço Nacional de Informações [SNI]. Figueiredo, que mais tarde se tornaria presidente do Brasil e que passou a ser considerado a pessoa chave da Operação Condor no maior país do cone sul, não compareceu ao encontro de 1975, tendo

enviado um representante. Contudo, segundo apurou Dinges, o Brasil não assinou o documento que criou a Operação Condor naquela ocasião, por reservas pontuais especialmente em relação a possíveis ações fora dos seis países, tendo se juntado oficialmente ao grupo a partir do segundo encontro, em junho de 1976.

Muito se tem discutido sobre o envolvimento e o papel dos EUA na Operação Condor. Um cabograma enviado a Washington em 20 de julho de 1976 por Ernest Siracusa, então embaixador dos EUA no Uruguai, é bastante revelador. “Que essas nações enfrentam uma ameaça terrorista regional e coordenada, é fato, não ficção. [...] A abordagem mais racional para lidar com um inimigo regional coordenado é organizar-se segundo linhas semelhantes. Os Estados Unidos têm recomendado há muito tempo que esses países aumentem a cooperação para a sua segurança. Agora que agem desse modo, a nossa reação não deve ser de opróbrio”, escreveu o embaixador em documento ao qual o jornalista John Dinges teve acesso durante o trabalho de pesquisa para o seu livro.

No documento final do Encontro de Santiago, submetido à aprovação do presidente de cada país participante, havia uma referência, ainda que velada, à cooperação da CIA e do FBI. Mais tarde, o próprio Contreras revelaria que as duas agências estadunidenses tinham conhecimento da Operação, colaboraram com a atualização do banco de dados construído na primeira fase da mesma e chegaram a recorrer a esses dados em determinadas situações.

Cerca de quatro décadas depois, os países da América Latina voltaram a ser palco de golpes orquestrados ou apoiados pelos EUA. No Haiti, após uma série de episódios de desestabilização, em fevereiro de 2004 um golpe de Estado – realizado por uma força conjunta de rebeldes locais e de tropas dos EUA, França, Canadá e Chile – destituiu o presidente Jean-Bertrand Aristide e, em seguida, militares estadunidenses sequestraram Aristide e entregaram o país à intervenção da Organização das Nações Unidas [ONU], que chegou ao território haitiano com o pomposo apelido de Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti [Minustah].

As chamadas forças de paz no Haiti foram comandadas, na fase inicial, pelo general Augusto Heleno Ribeiro, o mesmo que ocupa o cargo de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República desde o início do governo Bolsonaro. Heleno foi responsável, por exemplo, por uma missão em Cité Soleil, um bairro pobre de Porto Príncipe, a capital haitiana, onde vivem cerca de 200 mil pessoas. A missão, batizada de “punho de ferro”, pretendia capturar o líder de uma gangue e sete horas depois restou um rastro de violência que incluiu 22 mil cartuchos disparados e 27 civis mortos, sendo 20 mulheres adolescentes,

segundo reportagem especial assinada por Emilly Dulce e publicada em outubro desse ano pelo Brasil de Fato.

Para Miguel Borba de Sá, professor do Departamento de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ] e do Instituto de Relações Internacionais [IRI] da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro [PUC-Rio], citado na reportagem de Emilly Dulce, “os saldos mais alarmantes da Minustah foram mais de 30 mil mortes em decorrência da cólera – doença jamais registrada no país até então –, mais de duas mil vítimas de abusos sexuais, entre outras violações de direitos humanos praticadas pela indústria humanitária”.

Vale lembrar que, de acordo com uma pesquisa realizada pela Haiti Grassroots Watch [HGW]<sup>9</sup>, publicada em meados de 2012, “a corrida do ouro que vem se formando silenciosamente nos últimos anos promete produzir cerca de US\$ 20 bilhões em riqueza”. Mas para onde vai o dinheiro? Quem ficará rico e a que custo? Interrogam os autores do relatório que denunciam o fato de quase 2.400 km<sup>2</sup> de território haitiano [15% do país] já estarem sob licença de pesquisa, exploração ou “convenções de mineração” controladas por empresas estadunidenses e canadenses, ainda que contrariando a legislação local sobre mineração.

O relatório da HGW aponta que a Eurasian Minerals, pertencente à investidora canadense EMX Royalty Corporation, já coletou, sozinha, 44 mil amostras para análise. O documento revela ainda que o ex-ministro da Economia e Finanças do Haiti é agora consultor pago da Newmont Mining, vinculada à estadunidense Newmont Goldcorp, a segunda maior produtora e operadora de ouro do mundo. Fica claro aqui o interesse dos EUA e do Canadá no golpe de Estado de 2004 que derrubou Jean-Bertrand Aristide.

Em 2009 foi a vez do hondurenho Manuel Zelaya, do Partido Liberal de Honduras [PLH], eleito em novembro de 2005 como candidato das oposições, experimentar o poder de intervenção do império. Zelaya havia derrotado o candidato governista Porfirio Lobo Sosa, do Partido Nacional de Honduras [PNH], aliado declarado dos EUA. Durante o período em que esteve no governo, Zelaya teve que lidar com uma série de problemas internos que envolviam uma delicada e instável relação com o Congresso Nacional, com o próprio partido e com seu vice-presidente, Elvin Santos, representante da corrente mais conservadora do PLH.

---

<sup>9</sup> A Haiti Grassroots Watch é uma associação entre a AlterPresse, a Sociedade de Animação e Comunicação Social (Saks), a Rede de Mulheres de Rádios Comunitárias (Refraka), rádios comunitárias e estudantes do Laboratório de Jornalismo da Universidade do Estado do Haiti.

Contudo, a situação se complicou mesmo com a entrada de Honduras na Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America [ALBA] e no Petrocaribe, após intensas negociações com o Congresso Nacional, provocando o acirramento da questão ideológica, já que essas adesões foram vistas por grupos conservadores locais e pelos EUA como uma aproximação de Zelaya ao então presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Há uma série de outras questões que não cabem neste artigo e que precisam ser consideradas para o melhor entendimento da história daquele país centro-americano.

O fato é que os EUA sempre tiveram forte presença no território hondurenho, seja para defender os interesses econômicos de empresas como a United Fruit Company, seja para preparação de operações militares contra seus inimigos no cone sul durante a chamada guerra fria, uma vez que os sucessivos governos conservadores de Honduras tinham como característica comum, dentre outras, a forte disposição para colaborar com o império.

Entretanto, depois da repercussão negativa dos efeitos do golpe no Haiti em 2004 e do insucesso da tentativa de golpe pela via tradicional na Venezuela em 2002, para os EUA era hora de experimentar outros métodos. Assim, em Honduras o caminho escolhido foi o golpe jurídico, com a estreita colaboração das forças armadas, tendo como pivô do processo a chamada quarta urna. Para uma melhor compreensão dessa e de outras questões recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Sílvia Alvarez Cardoso.<sup>10</sup>

Como amplamente noticiado pela imprensa internacional, Zelaya foi retirado de sua residência por militares na madrugada do dia 28 de junho de 2009 e expatriado, sendo recebido por Oscar Arias, presidente da Costa Rica, trajando apenas pijamas. A Corte Suprema de Justicia foi avisada da expatriação de Zelaya às sete horas da manhã, por ninguém menos que o embaixador dos EUA em Honduras, Hugo Llorens, segundo depoimento do próprio presidente da Corte à Comisión de la Verdad y la Reconciliación, criada em abril de 2010. “Horas mais tarde, invocando o artigo 242 da Constituição, que estabelece a linha de sucessão, o Congresso Nacional emite um decreto dando a Roberto Micheletti, então presidente da casa, o cargo de presidente interino de Honduras”, nos narra Sílvia Alvarez em sua dissertação. Cabe lembrar que os EUA, através de sua então Secretária de Estado, Hillary Clinton, teve papel de destaque na legitimação do golpe hondurenho como apontou, em abril de 2016, a revista semanal The

---

<sup>10</sup> CARDOSO, Sílvia Alvarez. Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras [2009] e a recomposição hegemônica neoliberal. Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados sobre as Américas. UnB/ICS/CEPPAC, 2012.

Nation, em artigo assinado por Greg Grandin, escritor, professor de história da Universidade de Nova York e membro do conselho editorial da Nation.

O próximo golpe em países latino-americanos viria em 2012, desta feita contra o presidente do Paraguai Fernando Lugo, eleito em 2008 após seis décadas de mando do Partido Colorado do ditador Alfredo Stroessner, das quais, três décadas e meia foram de ditadura militar.

O “bispo dos pobres”, como era conhecido o então religioso católico e engajado militante da Teologia da Libertação, precisou governar sob um ambiente político muito peculiar e desafiador. Dos oitenta deputados federais, a Frente Guazú – coalizão de esquerda à qual Fernando Lugo se vincula – tinha apenas três, enquanto no senado o apoio direto vinha de apenas três dos quarenta e cinco parlamentares da segunda casa legislativa. Afora isso, uma frágil aliança com o Partido Liberal de seu vice-presidente, Federico Franco, que não tardaria em manifestar suas ambições de tornar-se presidente.

Não demorou para que a vida pessoal do ex-bispo fosse virada pelo avesso e cada nova descoberta sobre seu passado transformado em escândalo. “Nenhum governo foi interpelado pelo Congresso tantas vezes quanto o nosso”, afirmou Esperanza Martinez, que fora ministra da Saúde do governo de Fernando Lugo, em entrevista para Natália Viana, publicada pela agência de jornalismo investigativo Pública, em novembro de 2012. Esperanza foi responsável pelo rompimento de uma das práticas mais oligárquicas do Paraguai, ao avançar na construção de uma política pública de saúde gratuita e universal, colocando em discussão o tradicional clientelismo e a corrupção na saúde.

Outra importante contribuição foi dada por Miguel Lovera, diretor do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e Sementes [SENAVE]. Entre suas principais bandeiras estava o combate ao uso de agrotóxicos, contrariando os interesses de colorados, liberais e do setor agroexportador, especialmente os produtores de soja, já que o Paraguai é o quarto maior exportador mundial desse produto.

Num país de forte tradição oligárquica, bandeiras como essas eram inaceitáveis para as elites econômicas e políticas locais. Contudo, a pá de cal no mandato de Fernando Lugo veio com o lamentável episódio que ficou conhecido nacionalmente como “a matança de Curuguaty”, um trágico conflito entre policiais e trabalhadores sem-terra, durante uma ação de desocupação de um terreno reivindicado pela empresa Campos Morumbi S.A., de propriedade de Blas Nicolás Riquelme Centurión, ex-presidente do Partido Colorado. A conta do conflito foi jogada no colo de Lugo, destituído da presidência uma semana depois, num golpe parlamentar cujo processo durou mesmo de 24 horas.

O libelo acusatório contra Fernando Lugo possui apenas nove páginas e no tópico 3, onde deveriam ser apresentadas as provas que sustentariam a acusação, se lê que “todas as causas mencionadas acima são de pública notoriedade, motivo pelo qual não necessitam ser provadas, conforme o nosso ordenamento jurídico vigente”.

Em 2016 foi a vez do Brasil ser visitado pelo tsunami de golpes que varria a América Latina do século XXI. O processo que levou ao golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e suas nefastas consequências são amplamente conhecidas da maioria dos leitores. Aqui interessa entender qual o interesse e o papel dos EUA no seu afastamento, o que pode ter como ponto de partida o artigo do escritor e geógrafo Brian Mier, publicado originalmente no portal BrasilWire e republicado pelo portal OutrasPalavras, com tradução de Rejane Carolina Hoeveler.

Vale lembrar que o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff veio no bojo da onda antipetista, cuja construção contou diretamente com a contribuição da Operação Lava Jato que, por sua vez, encontrou a estreita e direta parceria dos EUA, através das instituições ligadas ao chamado Estado profundo<sup>11</sup>.

Ao assumir a presidência da República em 2003, uma das primeiras medidas de Luiz Inácio Lula da Silva foi a priorização do uso de software livre para os sistemas de informática do governo federal, com impactos diretos no orçamento e na geração de novos empregos nessa área. “Seis semanas após tomar o poder, em outubro de 2016, enquanto cortava o financiamento para mulheres vítimas de violência doméstica, de R\$ 42 milhões para R\$ 16 milhões, sob o pretexto de que não poderia arcar com este gasto, o presidente Michel Temer anunciou que o governo gastaria R\$ 140 milhões para realizar a migração dos sistemas de computação para os produtos da Microsoft”, escreve Brian Mier.

E a entrega do patrimônio nacional após o golpe alçou voos ainda mais altos. Boeing Brasil – Commercial é o nome da empresa resultante da compra da divisão de aviação comercial da brasileira Embraer, terceira maior fabricante de aviões do mundo, pela gigante estadunidense Boeing. Além disso, no início de 2018 o governo Temer anunciou, após um encontro com diretores da multinacional Monsanto, sediada nos EUA, a disposição de legalizar o uso do

---

<sup>11</sup> Para Mike Lofgren, ex-assessor do Congresso dos EUA, o Estado profundo [deep State] “é um híbrido de segurança nacional e agências de aplicação da lei: o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado, o Departamento de Segurança Interna, a Agência de Inteligência Central [CIA] e o Departamento de Justiça”. Lofgren inclui no seu conceito “o Departamento do Tesouro, por causa de sua jurisdição sobre os fluxos financeiros, sua aplicação de sanções internacionais e sua simbiose orgânica com Wall Street”.

pesticida glifosato, declarado “provavelmente cancerígeno” pela Organização Mundial de Saúde [OMS], proibido na Europa e objeto de mais de 13 mil processos nas cortes estadunidenses. Desde Kátia Abreu, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo governo de Dilma Rousseff, o uso de agrotóxicos no Brasil só tem aumentado e ganhou proporções alarmantes no governo Bolsonaro. Até início de outubro último já se contabilizava 382 novas liberações somente em 2019.

O artigo assinado por Brian Mier destaca que “logo após leiloar oito campos de petróleo offshore para corporações petroleiras internacionais tais como Chevron e Shell em outubro de 2017, Michel Temer providenciou um decreto presidencial com cerca de R\$ 1 trilhão em abatimento de impostos para companhias petrolíferas estrangeiras atuantes no Brasil”. Como podemos perceber, Microsoft, Monsanto, Boeing, Chevron e Shell são grandes corporações que ganharam muito com os desdobramentos do golpe de 2016 no Brasil. “O que mais elas têm em comum? São todas membros corporativos da Americas Society/Council of the Americas, think tank que apoia políticas de austeridade e governos de direita na América Latina desde sua fundação por David Rockefeller nos anos 1960”, denuncia Mier.

Como destacou o jornalista Glenn Greenwald, em artigo publicado pelo site The Intercept Brasil, em abril de 2016, “por anos, o relacionamento de Dilma com os EUA foi instável, e significativamente afetado pelas declarações de denúncia da presidente à espionagem da NSA [a agência de Segurança Nacional dos EUA], que atingiu a indústria brasileira, a população e a presidente pessoalmente, assim como as estreitas relações comerciais do Brasil com a China”.

No caso da Bolívia, o golpe que destituiu Evo Morales e abriu espaço para a extrema direita fundamentalista de Luis Fernando Camacho e Jeanine Áñez traz, em si, uma série de elementos específicos que carecem de tempo para serem compreendidos, especialmente por quem está de fora do processo. Contudo, é muito revelador o fato de uma das primeiras atitudes dos golpistas ter sido retirar da sede do governo e queimar com estardalhaço a *wiphala*, bandeira que representa os povos indígenas dos Andes. Há aí uma dimensão simbólica que, além de representar um rompimento deliberado com a plurinacionalidade do país e negar a cidadania dos povos originários, evidencia a carga de preconceito e ódio fundamentalista que tempera o golpe boliviano.

Para o diplomata brasileiro Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores, “o golpe na Bolívia foi uma reação aos levantes populares no Chile e no Equador e à eleição de Alberto Fernández na Argentina e integra a disputa intestina pelo poder na América do Sul”. A declaração de Amorim foi dada em entrevista ao redator chefe da *CartaCapital*, Sergio Lirio.

Para além dos interesses do império e das grandes corporações internacionais nas riquezas do país, há outras questões em jogo na Bolívia e no golpe contra Morales. A nova Constituição Política do Estado boliviano, submetida a referendo popular em janeiro de 2009, introduz o conceito de Estado plurinacional e intercultural, reconhecendo regimes diferenciados de justiça, autoridade, conhecimento e propriedade para as comunidades originárias e camponesas, apontando radicalmente na contramão da visão capitalista sobre a importância e o papel dos povos originários, das comunidades tradicionais e do campesinato.

Além disso, em seu artigo 307 o novo texto constitucional boliviano reconhece a existência de uma economia plural em seu território e afirma que esta articula as diferentes formas de organização econômica sobre os princípios de complementariedade, reciprocidade, solidariedade, redistribuição, igualdade, sustentabilidade, equilíbrio, justiça e transparência. E afirma, de forma categórica, que a economia social e comunitária complementarizará o interesse individual com o bem viver coletivo.

Ao promulgar em outubro de 2012 a Ley de Derechos de la Madre Tierra, cumprindo o que dispõe o artigo 346 da Constituição boliviana, Evo Morales deu um passo à frente e colocou em xeque a velha lógica utilitarista do capital que levou à reificação da terra e da vida.

O texto da lei reconhece a Mãe Terra como um “sistema vivo dinâmico formado pela comunidade indivisível de todos os sistemas de vida e os seres vivos, inter-relacionados, interdependentes e complementares, que compartilham um destino comum”. O objetivo é reconhecer os direitos da Mãe Terra e as obrigações e deveres do Estado Plurinacional e da sociedade para garantir o respeito a esses direitos, acolhendo como princípios a harmonia, o bem coletivo, a garantia de regeneração da Mãe Terra e o respeito e defesa de seus direitos, além da não mercantilização e da interculturalidade.

Como nos lembra a ativista e dirigente ambientalista colombiana Tatiana Roa Avendaño, em entrevista para Moisés Sbardelotto, publicada na edição 340 [ago/2010] da *Revista IHU on-line*, o Sumak Kawsay [Bem-Viver] “nos desafia a estabelecer outras relações com a natureza e entre os seres humanos, a recuperar o diálogo que os povos tradicionais tiveram com a terra”. Ao mesmo tempo, diz Avendaño, “nos coloca diante da encruzilhada de estabelecer um novo contrato social que recupere as relações éticas entre os seres humanos”.

A ativista colombiana defende o Sumak Kawsay como expressão da descolonização do poder e enfatiza que “para falar do Bem-Viver como processo de descolonização do poder, devemos refletir sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais indígenas, negros, camponeses, de mulheres, de ambientalistas e de operários, para que esse conceito – assim como outros que

o integram: o direito da natureza, o direito à água, à soberania alimentar, o estado plurinacional – seja realidade”. E ela arremata nos convidando a “reconhecer que são elas e eles os verdadeiros protagonistas dessas lutas contra hegemônicas, aqueles que trabalham na construção de alternativas frente à homogeneização das culturas e da vida”.

As investidas contra a soberania dos países da América Latina e a violência contra seu povo, antes e agora, partem do mesmo ponto: o saque das riquezas desses países e a submissão de seus governos e de suas gentes aos interesses do império e do grande capital, ainda que agora apresentem novas configurações e performances. Nesse cenário de golpes e intervenções do século XXI, três elementos se sobressaem: a perversa lógica neoliberal e seu capital improdutivo, a onda de fundamentalismo religioso e os tentáculos cada vez mais longos e cibernéticos do Estado profundo e seus novos patrocinadores, que inclui entre suas táticas de guerra a disseminação de *fake news*.

Como nos ensina Eduardo Galeano no prefácio à edição em português de 2010 do seu *As veias abertas da América Latina*, publicada pela L&PM editores, “a história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje –, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia”.

Talvez, o maior e mais urgente desafio que se apresente para os povos do continente nesse momento seja a [re]construção da unidade geopolítica latino-americana, a partir de uma perspectiva de poder popular, do conceito de bem-viver trazido pelos povos originários e da defesa intransigente da sacralidade da Mãe Terra e de todas as formas de vida que nela coexistem.

## MEU JESUS É INSURGENTE

27DEZ2019

Celebrado em 25 de dezembro – ou 7 de janeiro no caso dos cristãos ortodoxos – o natal deveria lembrar o nascimento de uma criança negra, filha de família sem posses, que veio ao mundo sob condições precárias e logo se tornou um perseguido pela ira do Estado e dos poderosos. O menino a quem conhecemos como Jesus<sup>12</sup> cresceu, viveu de forma intensa seu tempo, foi preso, torturado e morto e se tornou um dos principais líderes espirituais e políticos da história da humanidade, deixando um legado de amor, espírito de justiça, solidariedade, perdão, partilha e comunhão que se impôs ao tempo.

Mais de 20 séculos depois de seu nascimento, afastados de todos os preceitos e ensinamentos de Jesus, muitos líderes religiosos de várias partes do mundo o transformaram em um produto vendido à prestação no vasto e plural comércio da fé. Além disso, os vendilhões dos templos atuais fizeram das igrejas espaços de propagação do ódio, da intolerância e do preconceito, movidos por um fundamentalismo religioso que é a própria negação de Jesus e seus ensinamentos.

Aqui vale destacar que o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, em seu livro *Fé e Saber* [2013] define fundamentalismo como um fenômeno cultural exclusivamente moderno que, embora tenha uma linguagem religiosa-protestante, pode ser situado no início do século XX e identificado na política, na economia, na religião e em outras formas de expressão cultural.

No Brasil, no mesmo mês em que se celebra o nascimento de Jesus, algumas igrejas vêm sendo usadas como palco para a coleta de assinaturas com o objetivo de viabilizar a criação de um partido político que elegeu como representação numérica o 38, em alusão ao mais conhecido calibre de balas de resolver. Resultado de um desejo pessoal e da própria tentativa de sobrevivência política do clã Bolsonaro, o Aliança pelo Brasil teve sua logo apresentada aos participantes da convenção de lançamento, realizada no dia 21 de novembro desse ano, através de uma escultura feita por Rodrigo Camacho em que foram usados cartuchos [balas de armas de fogo] de diversos calibres. Trata-se de uma aliança com o fascismo, sob as bênçãos de líderes

---

<sup>12</sup> De acordo com a Enciclopédia Católica Popular, Jesus é o latim originado do grego Iesous que, por sua vez, é a transliteração do hebraico Jeshua, Joshua ou ainda Jehoshua, que significa: “[Deus] é a salvação”

de um fundamentalismo religioso que é a própria antítese das origens do cristianismo, narradas na Epístola de Mathetes a Diogneto<sup>13</sup>.

Para se viabilizar como partido legalmente constituído a tempo de participar das eleições municipais de 2020, o *Aliança pelo Brasil* precisará coletar até antes do próximo mês de abril quase 500 mil assinaturas, além de atender a uma série de outras exigências legais. Entre os líderes evangélicos que prometeram mobilizar seus fiéis para a coleta das assinaturas estão o presidente da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil [CONCEPAB], bispo Robson Rodovalho, e o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara [Republicanos/AM], irmão do pastor Samuel Câmara, que dirige a igreja Assembleia de Deus de Belém. Ao *O Globo*, Silas afirmou que não vê problemas em auxiliar na coleta de assinaturas para criação do Aliança, declarando que “se for convocado, se precisar, eu ajudo com alegria”.

Além de presidente da CONCEPAB, Rodovalho é líder da Sara Nossa Terra que conta com mais de 1080 igrejas e mais de 1,3 milhão de fiéis ao redor do mundo. “Para chegar a estes milhares de seguidores, a Sara construiu uma ampla estrutura de comunicação, que hoje conta com: emissora e retransmissoras de TV [Rede Gêneses], rádios [Rede Sara Brasil], editora [Sara Brasil Produções e Edições], além de uma gravadora gospel [Sara Music]”, enfatiza a publicação do próprio site oficial da SNT.

Embora tenha relação próxima com Jair Bolsonaro e a Record tenha sido a rede de televisão que mais recebeu recursos do governo federal em 2019 [ver dados publicados pela Folha de S. Paulo, com base em relatório do TCU], o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus [IURD], vive um dilema. Se por um lado precisa manter-se próximo a Bolsonaro para não perder as verbas publicitárias do governo federal que elevou a participação da Record no bolo de recursos financeiros destinados às TVs de 26,68% em 2017 para 42,61% em 2019 [com base em dados parciais do relatório do TCU, concluído em 31 de outubro]<sup>14</sup>, por outro, Edir Macedo não quer correr o risco de ver enfraquecido o próprio partido da IURD, o Republicanos.

---

<sup>13</sup> Segundo a enciclopédia livre Wikipédia, a Epístola de Mathetes a Diogneto é uma exortação escrita por um cristão anônimo, por volta do ano 120 d.C., respondendo à indagação de um pagão culto, que buscava conhecer melhor a nova religião que revolucionava os valores da época, particularmente os da fraternidade e solidariedade de relacionamento entre os seres humanos, e se espalhava com tanta rapidez pelo Império Romano. Mathetes não é um nome próprio e significa apenas “um discípulo”.

<sup>14</sup> A Instrução Normativa Nº 2, de 20 de abril de 2018, disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares. Segundo essa IN a audiência é um dos critérios para a definição de quais veículos televisivos receberão investimento em mídia do governo federal e em

Sim, a Igreja Universal do Reino de Deus tem seu próprio partido, que nas eleições de 2018, ainda sob a sigla PRB, elegeu 42 deputados estaduais/distritais, 30 deputados federais, um senador [RR] e um vice-governador [MA]. Em 2016, o Partido Republicano Brasileiro havia conquistado a prefeitura de 106 municípios e 1.618 cadeiras nos parlamentos municipais, além de 148 cargos de vice-prefeito.

Entre as principais lideranças do Republicanos estão o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella [sobrinho do Edir Macedo], e o vice-presidente da Câmara dos Deputados e presidente nacional da legenda, Marcos Pereira [SP], ambos religiosos licenciados da IURD. Como afirmou o jornalista Jânio de Freitas em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, no dia 8 de dezembro desse ano, “Marcelo Crivella é um pastor evangélico em missão na prefeitura do Rio”. Mais que isso, entretanto, Crivella é parte de um projeto ambicioso de poder que envolve líderes e militantes ultraconservadores e fundamentalistas de determinados segmentos evangélicos e católicos.

Para o antropólogo Ronaldo de Almeida, um dos organizadores do livro *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – Análises conjunturais* [2018], o fenômeno do fundamentalismo no Brasil tem sido pautado, nos últimos tempos, por quatro dimensões que se integram e se complementam entre si. A primeira delas está relacionada à economia, de inspiração liberal e meritocrática, enquanto a segunda vincula-se à regulação moral no âmbito público. A terceira é representada pela dimensão securitária, pautada por princípios repressivos e punitivos, enquanto a quarta dimensão guarda relação direta com o caráter belicoso e intolerante das interações sociais.

Todas essas dimensões estão presentes no fundamentalismo político-religioso que vem ganhando força no Brasil nos últimos anos e que assumiu proporções assustadoras após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, resultando em práticas de intolerância religiosa, preconceito, ódio e ameaças à vida radicalmente distantes do legado de Jesus.

Lúcio Barreto, conhecido no mundo gospel como pastor Lucinho, é um mineiro de 48 anos de idade que responde pelo ministério “Loucos por Jesus”, vinculado à Igreja Batista da Lagoinha, em Minas Gerais. Lucinho tem como público principal de seu trabalho jovens e adolescentes a

---

que proporção. Além disso devem ser considerados o perfil do público, segmentos da população atingidos e alcance daquela emissora no País. De acordo com dados do Ibope divulgados na reportagem da Folha, de janeiro a outubro de 2019, a Globo deteve 33,1% de toda a audiência televisiva, enquanto o SBT, na vice-liderança, teve um share de 14,5%. A Record, por sua vez, teve no período um share de audiência de 13,10%. A análise dos dados de audiência computa a média de público das 24 horas diárias nas 15 regiões metropolitanas mapeadas pelo instituto de pesquisa.

quem ele define como “o melhor departamento de qualquer igreja”. Em vídeo que circulou no *facebook* em 2015, o pastor Lucinho narra como recrutou e treinou adolescentes, ao longo de vinte dias, “para dar uma busca e apreensão no Preto Velho”. Lucinho se referia à Festa dos Pretos Velhos, celebração que acontece há 37 anos na praça 13 de Maio, no bairro da Graça, em Belo Horizonte. O festejo denominado “Noite de Libertação” foi reconhecido como patrimônio imaterial de BH em 2019 e reúne centros de Umbanda da capital mineira e da Região Metropolitana, sempre no mês de maio.

Em janeiro de 2017, uma postagem no *facebook* creditada ao um grupo autodenominado “Gladiadores do Altar” ganhou repercussão e provocou reações, inclusive, no meio jurídico. Na postagem o grupo declara que com a permissão de Deus, organização e planejamento da IURD “limparemos nosso país de tantos falsos profetas e tornaremos a Igreja universal única religião dominante em nosso território! [...] Destruiremos cada religião enganosa até que desapareça do nosso país! Essas religiões pagãs e de origens africana ou muçulmana não serão toleradas em nosso país! Nem o homossexualismo! Faremos o trabalho que o governo não teve competência pra fazer! Junte-se a nós!”. A postagem foi removida do *facebook* dias depois, junto com a própria página do grupo. Os Gladiadores já tinham ocupado espaço na mídia em 2015, quando um vídeo publicado pela IURD mostrava jovens em formação militar dentro de um templo da igreja em Fortaleza [CE], batendo continência e afirmando, em ordem unida, estarem prontos para a batalha.

Manifestações de intolerância e agressividade na fala são marcas registradas do pastor Silas Malafaia [53], líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. O religioso pentecostal desenvolve uma cruzada diária contra a comunidade LGBTQI+ e em 2013, durante o programa de entrevistas *De Frente com Gabi* [SBT], afirmou não acreditar que dois homens e duas mulheres tenham a capacidade de criar um ser humano, para logo adiante declarar que ama os homossexuais assim como ama os bandidos e assassinos. As declarações de Malafaia provocaram reações de vários grupos e movimentos, inclusive do Conselho Federal de Psicologia, uma vez que o pastor é graduado na área. A manifestação do CFP veio através de uma nota de repúdio publicada no sitio oficial da entidade na internet.

Sobre a possibilidade de perder o registro profissional, Malafaia declarou à revista *Piauí* que “o que falo, digo no púlpito, não em consultório, por isso o Conselho nada tem a ver com isso”, acrescentando que “toda hora eles conseguem reviver essa história porque ali tem um bando de viado que foi fazer psicologia para se descobrir”.

Aliado de Bolsonaro, em janeiro desse ano Malafaia saiu em tom exaltado em defesa da ministra Damares Alves [Mulher, Família e Direitos Humanos], após declarações da ministra de que “menina veste rosa e menino veste azul”. No vídeo o pastor deixou vir à tona o seu já conhecido machismo ao afirmar que “toda civilização humana está construída em homens fortes, não em maricas”, enfatizando que, para ele, “a mulher e a família precisam de homens fortes”.

Como revelou a edição 60 [setembro 2011] da revista *Piauí*, em matéria assinada por Daniela Pinheiro, em 2010 a Associação Vitória em Cristo, entidade sem fins lucrativos que financia as ações do ministério religioso de Malafaia, “adquiriu por 4 milhões de dólares, nos Estados Unidos, um jato Gulfstream III de segunda mão. [...] O avião tem doze lugares, sofá, cozinha, sistema individual de entretenimento e autonomia de oito horas de voo”. Segundo a mesma fonte “é nele que Malafaia e sua família se locomovem pelo Brasil e no exterior”.

Entre os católicos, enquanto o Papa Francisco se aproxima de uma perspectiva teológica comprometida com a vida, engajada na defesa dos direitos humanos e da mãe Terra, grupos ultraconservadores se articulam em oposição ao seu papado e mirando a retomada do poder no próximo conclave. Para isso, os católicos ultraconservadores e fundamentalistas têm buscado apoio entre líderes políticos e outros atores alinhados com seus interesses, o que inclui a aproximação com Steve Bannon, testa de ferro do magnata das sombras Robert Mercer e responsável pela projeção de Donald Trump, além de conselheiro, ainda que de forma indireta, de outros políticos de extrema direita como Jair Bolsonaro.

Em artigo publicado no sítio do *IHU-online*, em abril de 2018, o sociólogo Jorge Alexandre Alves<sup>15</sup> escreve que o fundamentalismo católico ganha espaço, ou ao menos anda fazendo muito barulho pela internet. Ele afirma que “longe de ser um bloco homogêneo, o que temos são variados grupos que hoje estão irmanados por percepções da realidade muito próximas, o que nos permitiria classificá-los todos com uma expressão carregada de picardia: Catolibãs”. Alexandre se refere a “católicos que agem com elevado grau de intolerância e agressividade a ponto de os tornarem comparáveis aos talibãs afegãos”.

Enquanto este artigo estava sendo escrito, a sede da produtora do grupo Porta dos Fundos, na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi atacada com coquetéis molotov, revelando uma nova onda de violência motivada pelo fundamentalismo religioso. A autoria do ataque, que estaria associado ao especial de Natal *A Primeira Tentação de Cristo*, produzido pelo Porta dos Fundos e disponível

---

<sup>15</sup> Jorge Alexandre Alves é sociólogo, professor do IFRJ, participante do Movimento Fé e Política e colaborador voluntário do ISER-Assessoria.

na Netflix, foi reivindicada por um grupo que se autodenomina Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Família Integralista Brasileira.

Além disso, muitos dos envolvidos [como executores, mandantes ou legitimadores] na morte de lideranças indígenas, de trabalhadores rurais, de jovens negros da periferia das grandes cidades, de moradores de rua, de mulheres e de pessoas da comunidade LGBTQIA+, por exemplo, também se dizem cristãos e neste período do ano se apresentam contagiados pelo espírito natalino.

Como explicar a vinculação da fé cristã a ideias e práticas que negam, de forma tão contundente e escancarada, a própria vida? O que leva alguém a acreditar que, em nome de Deus, se possa negar, rejeitar e até violentar outra pessoa, movido por interesses econômicos, por diferenças político-ideológicas ou pelo simples fato desta praticar uma fé diferente da sua ou adotar modos de vida diferentes daqueles que a sua moral julga como corretos?

Contudo, é importante destacar que não podemos tomar o fundamentalismo religioso ou as igrejas vinculadas à chamada Teologia da Prosperidade<sup>16</sup> como referência da plural comunidade evangélica. No livro *O Amor como Revolução*, publicado esse ano pela editora Objetiva, o pastor Henrique Vieira lembra que “o sentido mais generoso do Evangelho tem sido deixado de lado ou subvertido pelo fundamentalismo religioso”, enfatizando ainda que “sua mensagem, que traz uma ética profunda de amor e entrega pelo outro, acabou se tornando um pacote moral de regras de conduta, vigilância de comportamentos e aversão à diversidade”. Henrique alerta que “é urgente fazer um contraponto a esse tipo de narrativa e resgatar aspectos da vida de Jesus que podem nos ajudar a entender o potencial fraterno da espiritualidade”. Assim como Henrique Vieira, muitos evangélicos dialogam à cerca baixa com uma fé que se pauta, de forma prática, pelo amor, pela solidariedade e pelo respeito à diversidade, inclusive de crenças.

Também entre os católicos há muitos exemplos de religiosos e leigos comprometidos com uma teologia crítica e libertária, engajada nas causas populares, como aquela trazida por Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia [MT], cuja história está contada

---

<sup>16</sup> Segundo Carolyne Santos Lemos, em artigo publicado pela Revista Eletrônica Espaço Teológico [ISSN 2177-952X. Vol. 11, n. 20, jul/dez, 2017, p. 80-96], no Brasil, as vertentes da TP foram recebidas pelo bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em 1977. Após a IURD, outras igrejas abraçaram essa doutrina, entre as quais se inclui a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Renascer em Cristo, a Comunidade Evangélica Sarando a Nossa Terra, o Ministério Palavra da Fé e a Missão Shekinah.

no livro *Um bispo contra todas as cercas – a vida e as causas de Pedro Casaldáliga*, da jornalista Ana Helena Tavares, publicado no início desse ano pela Gramma Editora.

Casaldáliga é um dos principais representantes da chamada Teologia da Libertação, movimento progressista católico que contou com nomes como Gustavo Gutierrez [Peru], Leonardo Boff [Brasil], Frei Betto [Brasil], Manuel Perez [Espanha], Oscar Romero [El Salvador] e tantos outros e outras. Foi esse mesmo compromisso com uma igreja ao lado dos pobres que marcou a vida da missionária estadunidense Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005, em uma estrada rural do município de Anapu [PA], a mando de fazendeiros da região.

Em novembro de 1969, sob o comando do delegado Sérgio Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo [DOPS], foi desencadeada a última etapa da operação Batina Branca, cujo objetivo era a prisão de frades dominicanos do Convento das Perdizes [SP] em virtude da possível colaboração dos mesmos com a Ação Libertadora Nacional [ALN] de Carlos Marighella. O alvo final era mesmo Marighella, assassinado pela equipe do delegado Fleury no mesmo dia. A história do jovem frade cearense foi contada por Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles no livro *Um homem torturado: Nos passos de frei Tito de Alencar*, publicado em 2014 pela Editora Civilização Brasileira.

Preso no Rio Grande do Sul, dias depois da prisão de Frei Tito e de outros dominicanos das Perdizes, ao ser perguntado pelo delegado sobre como um cristão pode colaborar com um comunista [referindo-se a Marighella], o também dominicano Frei Betto respondeu: “Para mim, os homens não se dividem entre crentes e ateus, mas sim entre opressores e oprimidos, entre quem quer conservar a sociedade injusta e quem quer lutar pela justiça”.

O menino negro e pobre, nascido sem teto e celebrado por todos os seres vivos que assistiram sua chegada a esse mundo, a quem acolho em qualquer dia do ano, foi também um jovem subversivo, que se opôs aos opressores e comprometeu-se visceralmente com a justiça e o amor. É esse o Jesus que nasce em mim todos os dias e me anima a seguir buscando um mundo melhor, ainda que para isso precise lidar com a ira e a ignorância dos falsos cristãos de plantão, em número cada vez maior.

## É URGENTE AGIR, ANTES QUE SEJA TARDE

28FEV2020

Não resta a menor dúvida de que Jair Bolsonaro [sem partido] já passou de todos os limites aceitáveis dentro das regras da própria democracia liberal burguesa que permitiu sua eleição.

Não bastasse a claríssima associação do clã Bolsonaro a milicianos e as ofensivas toscas e violentas do próprio presidente e seus asseclas contra tudo que possa representar resistência ao projeto de retirada de direitos dos mais pobres, entrega do patrimônio nacional e ameaça à vida, em curso atualmente no Brasil, agora Bolsonaro resolve endossar as ameaças de mais um golpe, ao partilhar vídeo com chamamento às manifestações de rua previstas para o próximo dia 15, que ganharam eco após comentário do general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, tornado público pela *Folha de S. Paulo*.

Durante uma cerimônia no Palácio da Alvorada na manhã de terça-feira [18/2], em conversa informal com os ministros Paulo Guedes [Economia] e Luiz Eduardo Ramos [Secretaria Geral da Presidência da República], Heleno reclamava, em tom irritado, das pressões que o executivo estaria recebendo de parlamentares para liberação dos recursos do chamado orçamento impositivo. O áudio da transmissão já estava ligado e a conversa logo virou notícia, abrindo mais uma polêmica protagonizada pelo atual governo.

As postagens de mobilização para o provável ato do dia 15 têm assumido forte tom de oposição ao Congresso Nacional e sinalização da possibilidade ou do desejo de intervenção militar no país. Em uma das chamadas, postada nas redes sociais nos últimos dias, aparecem as fotos de alguns oficiais, acompanhadas da data anunciada para o evento e a citação: “Vamos as ruas em massa. Os generais aguardam as ordens do povo. Fora Maia e Alcolumbre”, referindo-se a Rodrigo Maia [DEM/RJ] e Davi Alcolumbre [DEM/AP], presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente. Ao final, a peça de divulgação informa tratar-se da “convocação de todos Movimentos patriotas e Conservadores do Brasil”. Ao apoiar a iniciativa e divulgá-la, Bolsonaro se torna avalista do movimento de extrema direita voltado a colocar em xeque a nossa já fragilizada democracia que, se não nos basta, tampouco dela poderemos prescindir em tempos em que a cadela do fascismo nos ronda de forma tão ameaçadora.

A questão é tão grave que, finalmente, representantes das tão propaladas instituições, sobre as quais se teima afirmar estarem funcionando normalmente, começam a reagir, embora tenham silenciado diante de tantos outros absurdos vindos do próprio **p**residente, de seus filhos, ministros e assessores mais próximos.

Aliás, já de algum tempo as instituições – que não têm vontade própria, mas dependem da vontade política de quem as representa ou as integra – vêm mostrando sua incapacidade de responder aos frequentes “desvios” de Bolsonaro. Falharam as instituições quando permitiram que alguém que faz apologia escancarada à tortura e a torturadores, crime previsto no artigo 287 do Código Penal, fosse candidato à presidência da República. Falharam quando fingiram nada estar acontecendo diante do evidente envolvimento da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro ou quando ignoraram os vários crimes de responsabilidade e quebra de decoro cometidos por Bolsonaro já no exercício do cargo de presidente. Ficaram a dever quando se acovardaram diante das ofensas de Bolsonaro à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, ou mesmo antes, diante das frequentes incitações do presidente ao genocídio indígena, só para citar alguns casos.

A pergunta que não quer calar é: por que razão Bolsonaro vem sendo sustentado no cargo, quando existem fartos elementos para seu afastamento? Para responder a essa pergunta precisamos voltar um pouco no tempo.

A história do Brasil é, em dada medida, a história dos pactos das elites, a exemplo do pacto da Independência [1822], que trocou a condição de colônia de Portugal pela de monarquia regida pelos descendentes da família imperial portuguesa, adiando a chegada da República [1889] por quase sete décadas. Nesse intervalo de tempo foi proclamada a Lei de Terras [1850], tornando possível a legalização de todas as terras nas mãos dos latifundiários que, na sua maioria, as obtiveram através de processos violentos de grilagem. Décadas depois a conta vai ser cobrada dos negros que, embora aparentemente livres em decorrência do fim oficial da escravidão [1888], seguem agora como “escravos livres” dos donos das terras griladas e legalizadas ao longo dos anos anteriores.

A proclamação da República vem também pelas mãos das elites, na forma de golpe militar. Esse segundo pacto deixa de fora, mais uma vez, o povo. E assim seguimos, com as elites estabelecendo seus pactos sempre que alguma situação ameaçava seus privilégios ou colocava em questão a forma de dominação. Bastava então um novo pacto para que tudo se acomodasse e as coisas mudassem sem mudar.

Embora com algumas conotações distintas dos anteriores, o chamado pacto lulista, de forte viés policlassista, se insere no bojo desses arranjos de perpetuação das elites no poder e promete uma conciliação de interesses, expressa em vários pontos da histórica *Carta ao Povo Brasileiro* [2002], que não sobreviveria aos primeiros sinais de uma nova crise econômica.

Estamos agora diante um novo pacto das elites. Como escrevi em artigo publicado aqui no blog anteriormente, embora Bolsonaro não fosse, em um primeiro momento, a opção das elites políticas e econômicas que arquitetaram o golpe de 2016, não foi difícil para elas se adaptarem às circunstâncias impostas pelo resultado eleitoral de 2018.

Aliás, o pacto ultraliberal já estava selado antes mesmo das eleições de 2018 e inclui a agenda de reformas que havia sido sinalizada na carta de Lula de 2002 e que não avançou satisfatoriamente durante os governos do PT, só ganhando força e celeridade com o programa *Uma Ponte para o Futuro*, do MDB de Michel Temer e Cunha, documento que confirmava os reais objetivos e motivos do golpe que derrubou Dilma Rousseff.

Embora não seja peça fundamental para fazer avançar a agenda ultraliberal, que tem como principal representante no governo o ministro Paulo Guedes [Economia], Bolsonaro está protegido pelo risco de instabilidade política e econômica, ainda maior, que um novo processo de impeachment representa aos olhos do deus mercado. Por isso, não será de estranhar que, para preservar essa agenda, um novo pacto seja feito, incluindo também a preservação da família Bolsonaro e os interesses das bancadas e grupos de extrema direita que hoje dão sustentação ao atual governo.

A questão é que, como escreveu a jornalista Eliane Brum em artigo publicado no *El Pais* nesta cinzena quarta-feira [26], “os Bolsonaro têm projeto de poder e sabem o que estão fazendo”.

E nesse momento, ao lançar mão do criminoso e preocupante artifício da ameaça, ainda que velada, de golpe, Bolsonaro está calculadamente buscando, pelo menos de imediato, a sua própria proteção e a de seus filhos, acuados pela crescente onda de revelações que lhes colocam cada vez mais no olho do furação de esquemas de corrupção como as “rachadinhas” no gabinete do então deputado estadual [RJ] e hoje senador Flávio Bolsonaro [sem partido] e a relação próxima [muito próxima] com milicianos, entre eles Adriano da Nóbrega, líder do escritório do crime assassinado recentemente na Bahia sob condições ainda não esclarecidas e com fortes indícios de queima de arquivo.

E quando mergulhamos mais fundo na extensa e imbricada teia de conexões da família Bolsonaro e seus amigos milicianos, chegamos cada vez mais perto do assassinato da vereadora Marielle Franco [PSOL/RJ], cujo pergunta sobre quem mandou matá-la e porque, até hoje não foi respondida, embora já se saiba quem puxou o gatilho e até como o crime foi preparado e por qual endereço os assassinos passaram antes de seguirem ao local planejado para a execução.

O fato é que Jair Bolsonaro se comporta como idiota porque ele é um idiota, não no sentido dado popularmente ao adjetivo, mas numa retomada semântica do seu significado original,

etimológico. A palavra vem do grego *idiótes*, podendo ser traduzido como aquele que só vive a vida privada, que recusa a vida pública, que diz não à política. Contudo, folclorizá-lo tem sido um dos principais erros de muitos, o que leva, inclusive, a turvar a percepção do quanto as manobras protagonizadas por ele e por aqueles que o cercam são perigosas e têm propósitos muito bem definidos.

A exemplo do monarca francês Luís XIV [1638 – 1715], Bolsonaro acredita que ele é o Estado, assim como acredita na violência, no autoritarismo, na misoginia, no preconceito, na homofobia e em tudo de pior que suas falas têm revelado ao longo dos tempos. Como outros tiranos, ele não hesitará em levar adiante, a qualquer preço e contra quem quer que seja, seu projeto de ódio, truculência e locupletação no poder, ainda que para isso precise recorrer a uma espécie de autogolpe paramilitar.

No documentário *Ma vie dans l'Allemagne d'Hitler* [Minha vida na Alemanha de Hitler], do francês Jérôme Prieur, exibido no Brasil através do Canal Curta, os registros coletados revelam que entre 1933 e 1938, período de consolidação interna do nazismo, tornou-se comum as crianças brincarem com armas e a posse e leitura de livros, de quaisquer livros, poderiam ser qualificadas como crime de lesa pátria. Outra marca do regime de extrema direita alemão nesse período foi o assassinato de reputação de “inimigos internos”. O documentário é baseado nos depoimentos, nas anotações, diários e documentos daqueles e daquelas que conseguiram fugir a tempo da barbárie nazista e qualquer semelhança, por menor que pareça, com o Brasil de Bolsonaro pode não ser mera coincidência.

Considerando esse cenário e depois de tantas omissões e conivências, conseguirão os representantes das instituições de quem se espera atuarem como guardiãs da democracia, controlar o monstro que eles próprios, voluntária ou involuntariamente, ajudaram a criar? Temo, sinceramente, que não, embora deseje muito estar enganado.

Se cairmos na ilusão de que as tais instituições, sozinhas, serão capazes de resolver a grave situação em que o país foi jogado, corremos o risco de acordar, a qualquer manhã, com as ruas de nossas cidades tomadas por hordas de milicianos, militares e paramilitares liderados pelo capitão incendiário, enquanto um cabo e um soldado cuidam de fechar o STF e destacamentos semelhantes se encarregam das duas casas do Congresso Nacional.

Somente quem conheceu a escuridão das celas e dos porões de um regime autoritário é capaz de valorizar a mais frágil das democracias e em nome dela se antecipar para impedir que o país seja lançado em outro período de sombras, sem perder de vista a necessidade de, para além da resistência temporária e pontual que precisa se dar aqui e agora, seguirmos mirando a utopia

de um projeto de poder verdadeiramente democrático e popular, pautado pela solidariedade, a partilha, a comunhão o afeto, o cuidado e o amor. É urgente agir, antes que seja tarde!

## ATÉ QUANDO?

24MAR2020

Até quando iremos aceitar passivamente as mentiras, as agressões e os crimes de um irresponsável chamado Jair Messias Bolsonaro, que agindo sob a égide do cargo de presidente, se crê intocável? Até quando seguiremos fazendo de conta que temos na presidência da República alguém com alguma capacidade moral e intelectual para governar e representar o Brasil? Até quando fingiremos que temos um presidente?

A lista de asneiras, destemperos, desarranjos, improbidades e até crimes cometidos por Bolsonaro [sem partido] é extensa e tem colocado o país em situações, no mínimo, vexatórias no cenário mundial, além de representar uma escancarada ameaça à democracia [mesmo a democracia liberal burguesa], aos direitos humanos e à vida no planeta. É bom não esquecer que as falas de Bolsonaro e as omissões de seu governo potencializaram as queimadas na Amazônia e a invasão de terras indígenas, só para citar dois exemplos que têm efeitos para muito além das nossas fronteiras.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [Inpe], o processo de desflorestamento na Amazônia cresceu 108% em janeiro de 2020, em comparação com o ano anterior. Na queda de braço entre pesquisadores e o governo, na qual Bolsonaro se envolveu diretamente, o então diretor do Inpe, Ricardo Galvão, foi demitido após o Instituto divulgar dados que confirmavam o crescimento vertiginoso do desmatamento na Amazônia nos primeiros meses do governo Bolsonaro e alertavam para os riscos do que se anunciava.

De lá para cá a situação só tem piorado. Na segunda quinzena de janeiro desse ano, contrariando declaração do ministro Paulo Guedes [Economia] de que a pobreza é a maior inimiga do meio ambiente, o cientista Paulo Artaxo, que pesquisa a Amazônia desde 1984, em entrevista para Larissa Linder, da Deutsche Welle, foi categórico ao afirmar que “a maior parte do desmatamento [na Amazônia] é feita por empresas e pessoas ricas que detêm o poder na região, têm muita influência no Judiciário e no Poder Executivo”.

Nem mesmo diante da crise global provocada pela pandemia do novo coronavírus [Sars-Cov-2], causador da doença covid-19, Bolsonaro foi capaz de frear seu ímpeto para produzir maldades, vomitar impérios, nutrir o ódio e disseminar mentiras ou meia verdades. Numa sucessão de falas, compiladas pela *Folha de S. Paulo*, o antipresidente já disse que o novo coronavírus está sendo superdimensionado, atacou governadores por estarem adotando medidas mais efetivas, acusou a “grande mídia” de estar fantasiando e chamou a covid-19 de gripezinha.

Não satisfeito com os efeitos maléficos de suas palavras, atos e omissões, durante as manifestações realizadas no dia 15 de março – que dentre outras pautas, defendiam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e intervenção militar -, Bolsonaro juntou-se aos manifestantes em Brasília, mesmo estando em isolamento aguardando um novo teste do coronavírus, já que dias antes fizera uma viagem aos Estados Unidos, da qual o secretário da Comunicação, Fábio Wajngarten, participou e, após o teste, confirmou ter contraído o vírus. No mesmo dia 15, o Gabinete de Segurança Institucional [GSI] da Presidência da República confirmou que quatro integrantes da equipe de apoio do presidente apresentaram resultados positivos. Até a segunda-feira [23], já eram 23 participantes da comitiva de Bolsonaro nos EUA confirmados com a covid-19.

Num momento de crise, esperava-se que o presidente da República fosse capaz de agir com sensatez, cuidado e zelo, assumindo o papel central de liderança da própria equipe e da sociedade e construindo uma grande rede de cooperação institucional, inclusive com outros países, para o enfrentamento rápido e direto do problema.

O que faz Bolsonaro? Se comporta como um néscio, agindo de forma totalmente irresponsável e agravando ainda mais a crise que ele deveria combater com protagonismo. Não satisfeito, dispara sucessivas declarações que atizam ainda mais a crescente onda de ódio, intolerância e fundamentalismo religioso e político que tem tomado conta de uma parcela expressiva da população brasileira desde anos anteriores, acentuada a partir das eleições de 2018.

Contudo, um Bolsonaro nunca age sozinho e sempre haverá outro membro do clã para fazer-lhe coro e tornar as coisas ainda mais complicadas. Foi isso que fez o deputado Eduardo Bolsonaro [PSL/SP], na noite de quarta-feira [18/3], ao responsabilizar a China pela pandemia do coronavírus através de uma postagem em sua conta pessoal no twitter. Além de se tratar de declaração totalmente irresponsável que reproduz um discurso alinhado com os interesses de Donald Trump e com o pensamento de grupos de extrema direita nos EUA e em outras partes do mundo, cabe lembrar que a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Ademais, não bastasse o fato de Eduardo, o B3, ser um dos filhos do presidente da República, o deputado preside a Comissão de Defesa e Relações Exteriores da Câmara do Deputados.

A reação da diplomacia chinesa não tardou a chegar e veio com a intensidade que a situação exigia. “Suas palavras são extremamente irresponsáveis e nos soam familiares. Não deixam de ser uma imitação dos seus queridos amigos. Ao voltar de Miami, contraiu, infelizmente, vírus mental, que está infectando a amizade entre os nossos povos”, escreveu a representação da

embaixada chinesa no Brasil através de sua conta oficial no twitter. A resposta veio também através de nota publicada no site da embaixada da República Popular da China no Brasil.

Enquanto vários agentes palacianos e representantes de outros poderes se esforçavam para reduzir os efeitos e a duração da crise provocada pela postagem de Eduardo Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, resolveu assumir a defesa do filho do presidente, chegando ao absurdo de cobrar uma retratação do embaixador Yang Wanming. Para além dos abalos nas relações diplomáticas, o episódio teve também repercussões no plano individual, incluindo ameaças ao embaixador Yang, confirmadas pelo *El País*.

Mesmo o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta [DEM], tido por muitos como a voz com alguma sensatez na equipe ministerial do governo Bolsonaro nesse momento de crise, não está imune aos desvios de conduta e malfeitos que parecem estar no DNA do governo Bolsonaro.

De acordo com denúncia do site The Intercept Brasil, em matéria assinada por Hyury Potter e publicada no domingo [22], “sem qualquer experiência em fornecimento de material hospitalar, uma empresa chamada Farma Supply ganhou do Ministério da Saúde dois contratos para a compra de máscaras cirúrgicas que juntos somam R\$ 18,2 milhões”. Escolhida sem concorrência pública, com base na Lei Federal 13.979/20<sup>17</sup>, a Farma Supply “tem como sócio e administrador Marcelo Sarto Bastos, um militar aposentado da Marinha e bolsonarista fervoroso”, além de apoiador da criação do Aliança pelo Brasil, partido que o Bolsonaro deseja ter para chamar de seu.

A questão central, contudo, é que as máscaras fornecidas pela Farma Supply “são 67% mais caras que a de uma concorrente que também fornece ao governo federal”, conforme apurou Hyury Potter. “No mesmo dia, o Ministério da Saúde fechou outro contrato para a compra do mesmo produto. A vendedora, dessa vez, foi a BRT Medical de Materiais Hospitalares, de João Pessoa. Idênticas às da Farma Supply, cada máscara da BRT irá custar 40% menos: R\$ 0,96 a unidade”, destaca a reportagem.

A Medida Provisória 927/2020, publicada no Diário Oficial da União na calada da noite deste domingo [22], é de uma gravidade sem precedentes. A medida previa, em seu artigo 18, a suspensão de contratos de trabalho pelo prazo de até quatro meses e sem remuneração do trabalhador. Duramente criticada por vários segmentos, a MP foi definida pela Associação

---

<sup>17</sup> A Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, prevê em seu artigo 4º a dispensada de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho [ANAMATRA], através de nota publicada em seu site, como medida que pede “o sacrifício individual das pessoas que necessitam do trabalho para viver” e “lança os trabalhadores e as trabalhadoras à própria sorte”.

Após a ampla repercussão negativa da medida, na tarde de segunda-feira [23], Bolsonaro voltou atrás e anunciou a revogação do artigo 18 da referida Medida Provisória. Contudo, além desta não ser a única maldade prevista na MP, como analisa o jornalista Leonardo Sakamoto em sua coluna do UOL, as medidas anunciadas, revogadas ou não, escancaram o grau de maldade e o que Bolsonaro e Paulo Guedes estão dispostos a fazer para agradar à fatia mais egoísta e abjeta da elite brasileira.

Gente como o empresário Júnior Durski, dono do Madero e de outros restaurantes. No início da noite da mesma segunda-feira [23], Durski declarou em sua conta no Instagram que o fechamento parcial do comércio terá “consequências muito maiores do que as pessoas que vão morrer por conta do coronavírus”, acrescentando que o Brasil não pode parar dessa maneira “por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas que vão morrer”.

Aos amigos tudo, aos inimigos castigo e dor. Essa parece ser a máxima da agenda econômica liderada por Paulo Guedes e já sabemos muito bem quem são os amigos e quem são os inimigos dos Bolsonaro e seus sequazes.

O mesmo governo que propõe, na base do “se colar, colou”, suspender contratos e salários de trabalhadores, anuncia a compra, pelo Banco Central, de títulos do governo negociados em dólar no mercado internacional, os chamados títulos soberanos, de posse de instituições financeiras nacionais, como forma de socorrer os bancos e ajudá-los a se proteger dos efeitos da crise atual. Estamos falando de um estoque de US\$ 31 bilhões, o equivalente a R\$ 161 bilhões.

Para que tenhamos um paralelo, um referencial de análise, no mesmo dia do anúncio do generoso socorro aos bancos, o ministro Paulo Guedes anunciou que para os trabalhadores informais, pessoas sem assistência social e desempregados – a quem Guedes define como pessoas que desistiram de procurar emprego – o governo federal distribuirá vouchers [cupons] por três meses. O valor individual terá como referência os valores do Bolsa Família e o total será de R\$ 15 bilhões, representando 9,3% do valor destinado aos bancos.

Mais uma pergunta que não quer calar. Até quando seguiremos ignorando o fato de que estamos sob o risco iminente de um autogolpe paramilitar? As ligações da família Bolsonaro com milicianos, fundamentalistas religiosos e grupos de extrema direita, associadas às sandices e ao autoritarismo dos Bolsonaro, deixam aberto e cada vez mais alargado esse perigoso caminho.

Aliás, não seria a primeira vez que grupos paramilitares tentariam “tomar de assalto” o poder. No início de novembro de 1922, em Munique [GER], um pequeno grupo de extremistas de direita, sob a liderança do austríaco Adolf Hitler, tentou uma rebelião para conquistar o poder na Baviera, derrubar a república e implantar um regime nacionalista e totalitário. Ao lado de Hitler estavam generais prussianos veteranos, gângsteres, políticos anticomunistas e alguns empresários. Anunciado em uma cervejaria, a Bürgerbräukeller, o movimento teve vida curtíssima e terminou com a prisão de seu líder. Durante os nove meses de cárcere, Hitler se dedicou a escrever Mein Kampf [Minha Luta], uma espécie de “tratado” no qual discorre sobre as ideias que colocaria em prática ao chegar ao poder. O resto da história é conhecida, com mais ou menos detalhes, pela maioria de nós.

O Brasil também já teve seu ensaio de golpe paramilitar. No livro “Os Senhores das Gerais – Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964”, publicado pela editora Vozes, em 1986, a historiadora Heloísa Starling revela a existência do grupo paramilitar denominado “Novos Inconfidentes”, que chegou a traçar três planos para assassinar João Goulart durante o ato que aconteceria em Belo Horizonte [MG], no dia 21 de abril de 1964, em sequência ao histórico Comício das Reformas, ocorrido em 13 de março daquele ano, na Central do Brasil [RJ]. De acordo com declarações do general José Lopes Bragança, registradas por Starling, o assassinato de Jango seria a ação definitiva contra a “comunização do Brasil”. Bragança seria o responsável por dirigir a ação que não se concretizou porque, como sabemos, a marcha liderada pelo general Olympio Mourão, em 31 de março de 1964, abreviou o golpe que se consolidou em 1º de abril e colocou o país numa sangrenta ditadura que se entendeu por longos 21 anos.

Os Novos Inconfidentes estavam ligados ao segmento mineiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais [IPES], uma espécie de braço ideológico do poder empresarial espalhado por vários estados. Segundo a historiadora, o grupo tinha uma formação heterogênea, abrigando militares [a maioria já na reserva], oficiais da Polícia Militar, delegados da Polícia Civil, profissionais liberais, estudantes universitários, o setor ruralista mineiro e uma ala conservadora da Igreja Católica. Os Novos Inconfidentes aparecem com destaque no Relatório da Comissão da Verdade, órgão temporário criado em 2011, que encerrou suas atividades em dezembro de 2014. Atualmente, os documentos da Comissão estão sob a guarda e proteção do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional.

Mais de meio século depois, voltamos a lidar com o risco de uma nova tentativa de golpe paramilitar no Brasil. Na verdade, um autogolpe paramilitar. Nunca o clã Bolsonaro precisou tanto do poder para blindar-se das possíveis punições por seus malfeitos e crimes e para seguir com sua necropolítica.

E antes que essa ameaça se consolide precisamos dizer, de forma categórica, que chega. Definitivamente, não dá mais. Perdi a conta do quanto já se disse que Bolsonaro extrapolou todos os limites “aceitáveis”. Acontece que, enquanto nada for feito, efetivamente, para barrar sua irresponsabilidade e sua sanha de maldades, o país seguirá como um trem desgovernado, os mais pobres e a vida seguirão sob a ameaça e a cadela do fascismo continuará a nos rondar e, de forma progressiva e cada vez mais raivosa, a nos atacar e matar.

Quando este artigo estava sendo finalizado, na noite de terça-feira [24], fomos “surpreendidos” pelo pronunciamento criminoso do antipresidente Jair Bolsonaro. Diante do que acabei de ver e ouvir, só posso dizer que nesse momento crucial do nosso país não há mais tempo para dúvidas nem espaço para omissões. Ou agimos agora, ou teremos que enfrentar um déspota que não conhece qualquer sensatez e aposta na barbárie como caminho de poder. Esse é um preço muito caro a ser pago. Um preço que só sabe quem conhece de perto as agruras, as dores e a solidão de um regime autoritário.

## NADA SERÁ MESMO COMO ANTES?

20ABR2020

Enquanto nossas atenções estão voltadas para os cuidados e o andamento da pandemia do coronavírus em todo o mundo e, no caso particular do Brasil, também para as crises diárias provocadas, de forma deliberada e totalmente irresponsável, pelo antipresidente Jair Bolsonaro [sem partido], há uma máquina de violência e ódio que continua funcionando a todo vapor e, especialmente nesse momento, está apontada para os mais vulneráveis, para os indesejados e para os invisibilizados da sociedade de consumo. Muitos dos operadores dessa máquina apostam em situações de pandemia como a que estamos vivendo atualmente para colocar em marcha seus projetos míopes e sórdidos de “eugenia negativa”, tema sobre o qual escrevi em artigo publicado aqui no blog em julho de 2018 e incluído no meu livro “Janelas, uma coletânea de ideias e opiniões”, lançado em 2019 pelo selo editorial IbiKariri.

Um dos alvos dessa guerra que não cessa e não dá trégua é a população indígena, que passou a ser ainda mais hostilizada e atacada após a eleição de Jair Bolsonaro e exatamente em decorrência disso. Os velhos e novos inimigos da vida agora se sentem autorizados pelo próprio presidente da República a praticar toda e qualquer forma de violência contra quem quer que ouse se opor à sua ganância e à sua sanha de destruição em nome dessa ilusão chamada desenvolvimento. Como afirma o Manifesto do Piraçu das lideranças indígenas e caciques do Brasil, parido durante o “Encontro dos Povos Mebengokrê”, realizado entre os dias 14 e 17 de janeiro desse ano, na aldeia Piraçu, na Terra Indígena Capoto Jarina [MT], “está em curso um projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio”. O documento afirma ainda que “as ameaças e falas de ódio do atual governo estão promovendo a violência contra povos indígenas, o assassinato de nossas lideranças e a invasão das nossas terras”.

Em carta datada de 12 de março último, dirigida ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, representantes da Fundação Right Livelihood e da Survival International, em conjunto com 36 ganhadores e ganhadoras do Prêmio Right Livelihood, considerado um Nobel Alternativo, expressam suas preocupações com a segurança dos indígenas no Brasil, denunciam e relembram vários casos de violência praticados no último ano contra lideranças indígenas, defensores de direitos humanos e ambientalistas no país. Destacam a perseguição política e a tentativa de criminalização sofrida por militantes que atuam na proteção da floresta contra incêndios criminosos na região de Alter do Chão [PA] e o assassinato de três líderes indígenas Guajajara no Maranhão.

Os signatários e as signatárias do documento também cobram do governo brasileiro as medidas necessárias para garantir a segurança de Davi Kopenawa Yanomami, liderança indígena e defensor dos direitos humanos de Roraima, que “tem denunciado atividades de mineração ilegal em território Yanomami por décadas”. Davi, que em 2019 recebeu o Prêmio Right Livelihood, está sob sérias ameaças que se estendem a todo o seu povo, inclusive nesse período de pandemia do coronavírus.

Entre os agraciados com Prêmio e subscritores da carta entregue ao ministro Sérgio Moro estão organizações brasileiras como a Comissão Pastoral da Terra [CPT] e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], além de personalidades como o biólogo argentino Raúl Montenegro, a física e ativista ambiental indiana Vandana Shiva e a jovem ativista sueca Greta Thunberg.

### ***A reforma agrária que nunca veio***

A maior parte deste artigo foi escrita no último dia 17 [sexta-feira]. Nessa mesma data, há 24 anos [1996], o mundo tomava conhecimento, estarrecido, do episódio que entraria para a história como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Ali, na curva do S da rodovia PA-150, vinte e um camponeses sem terra foram mortos durante uma violenta ação da Polícia Militar paraense. Dezenove morreram no local do massacre e mais duas vidas seriam perdidas no hospital, em decorrência da ação policial. Dos 19 mortos na curva do S, 8 foram assassinados com seus próprios instrumentos de trabalho [foices e facões], enquanto os outros 11 foram mortos à bala, alguns com características claras de execução como tiros na nuca e na testa.

Eu havia participado do MST por 3 anos e em 1996 fazia cerca de 5 anos que tinha deixado o Movimento para me dedicar a projetos pessoais. Um dos últimos lugares por onde passei nessa breve e intensa jornada de três anos no MST foi o Maranhão que, junto com o vizinho Pará, representava [e ainda representa] uma das regiões mais violentas do país quando o assunto é a questão agrária. Conheci de perto o poder do latifúndio e senti na própria carne o peso do braço armado do Estado naquele pedaço de Brasil. Para quem tiver interesse em conhecer melhor essa triste história, que não pode ser esquecida, recomendo o livro “O massacre: Eldorado do Carajás – uma história de impunidade” [2007], do jornalista Eric Nepomuceno, reeditado em 2019 pela Editora Record.

Almir Gabriel, governador do Pará à época do massacre, morreu em 2013 sem sequer ter sido indiciado no inquérito que apurou o sangrento episódio e o então secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, também nunca precisou dar qualquer explicação à Justiça sobre o ocorrido. Não bastasse esse absurdo, como lembra o jornalista Eric Nepomuceno,

em artigo publicado no *Brasil de Fato* nesta sexta-feira [17], Câmara “tornou-se consultor especializado justamente em segurança pública”.

Quase um quarto de século depois de Carajás, a violência no campo segue galopando no dorso largo da impunidade, especialmente após a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República. Aliás, no dia 31 de agosto de 2019, o antipresidente anunciou em almoço com jornalistas, a intenção de conceder indulto natalino [perdão] a policiais envolvidos nos massacres do Carandiru [1992] e de Eldorado dos Carajás [1996], o que não se concretizou porque os dois episódios foram considerados crimes hediondos, o que veta a seus autores o benefício do indulto.

E foi o próprio Gabinete de Segurança Institucional [GSI] da Presidência da República, comandado pelo general Augusto Heleno, que protagonizou um dos atos recentes mais insanos desse governo. No dia 27 de março, em pleno período de pandemia do coronavírus, o GSI publicou no Diário Oficial da União [DOU] a Resolução nº 11, datada do dia anterior, que registra as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Especial Brasileiro [CDPEB], aprovadas no início de março.

Entre as decisões tomadas pelo Comitê, composto exclusivamente por representantes do governo federal, está a aprovação da Matriz de Responsabilidades dos órgãos que o integram, “com as ações voltadas para as políticas públicas destinadas às comunidades que habitam a área de interesse do Estado na consolidação do Centro Espacial de Alcântara”, foco do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara, assinado em março de 2019 entre os governos do Brasil e dos EUA e em vigor desde o dia 16 de dezembro, após passar pela Câmara e o Senado. Rejeitado pelo Congresso Nacional durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso [PSDB], o acordo foi retomado no final do governo Temer [MDB] e consolidado por Bolsonaro, permitindo que empresas estadunidenses usem a base de Alcântara, no Maranhão, para lançar os seus satélites.

Em virtude da localização geográfica do CEA, as vantagens econômicas para as empresas estadunidenses serão muitas, permitindo-lhes maior economia nos lançamentos [estima-se uma economia de 30% em combustível] e maior competitividade na satelitização. Para além disso, como destacou o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC [UFABC], Flávio Rocha, em entrevista para o *Brasil de Fato* em março de 2019, o acordo busca “um alinhamento geopolítico a todo custo, a curto prazo, com os Estados Unidos” e coloca a nossa soberania nacional sob perigo. Especialista em geopolítica e segurança internacional, Flávio Rocha avalia que o maior risco é uma perda de autonomia política e ideológica do Brasil

para desenvolver uma série de tecnologias que seriam de interesse nacional. “Essas tecnologias nos permitiriam escolher parceiros estratégicos, parceiros para desenvolver toda uma gama de ciência e tecnologias, que poderiam colocar o Brasil em um patamar distinto do que ele tem hoje na comunidade científica mundial”, enfatiza.

Voltando à resolução do CDPEB, o que chama a atenção é que, embora o texto publicado no DOU faça referência à aprovação das “diretrizes destinadas a orientar a elaboração do Plano de Consulta às comunidades quilombolas do município de Alcântara”, tudo o que vem depois é uma declaração líquida e certa da remoção e reassentamento das famílias, ignorando totalmente o direito de recusa das mesmas, razão de ser da própria consulta prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [OIT] da qual o Brasil é signatário. Aqui vale lembrar que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988 estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva”, o que dá margem para o questionamento da própria constitucionalidade da Resolução nº 11.

### ***Depósitos de carne humana***

No contexto urbano, um dos grupos mais suscetíveis aos efeitos da pandemia da covid-19 é a população carcerária, especialmente em virtude da superlotação e das precárias condições sanitárias e de saúde das prisões em todo o país. Dados do Infopen, o sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, apontam que em dezembro de 2019 o Brasil tinha uma população carcerária de 748.009 pessoas, sendo que desse total, 29,75% eram presos provisórios, portando ainda sem condenação. A mesma fonte revela que no final de 2019 a população carcerária brasileira com idade superior a 60 anos ultrapassava 10 mil pessoas, enquanto aquela com agravos transmissíveis chegava a 31.742 homens e mulheres. Some-se à população total anunciada acima, 7.265 pessoas presas em outras unidades, como as cadeias públicas.

O fato é que o Brasil encerrou o ano passado com 755.272 pessoas privadas de liberdade, em um sistema que dispunha de apenas 442.349 vagas. Há aqui uma primeira discussão necessária: faltam prisões ou sobram presos? Um dos maiores desafios a ser enfrentado nesse campo está relacionado com a premência da superação da cultura do encarceramento, tão fortemente arraigada no meio jurídico, entre os agentes de segurança pública e na própria sociedade. Essa mesma sociedade que, em boa parcela, acredita que “bandido bom é bandido morto” e agarrou-se a essa crença para justificar seu voto no apologista da tortura e amigo de milicianos Jair Bolsonaro.

Como nos alerta Fernanda Orsomarzo, juíza de Direito no Paraná, em um texto visceral [O fundo do poço de cada dia] publicado no livro “Prisioneiros e juízes: relatos do cárcere” [Giostri, 2017], “o fundo do paço esconde hipocrisia”, para em seguida enfatizar que “as maiores atrocidades já cometidas na História se originaram justamente na ideia de que alguns seres não possuem dignidade intrínseca”. Apenas para registro, mais da metade da população carcerária brasileira [50,96%] está presa por crimes contra o patrimônio, ficando os crimes contra a pessoa com 17,36% do total.

Um levantamento da Agência Pública, com informações do Ministério da Saúde, aponta que em 2018 foram confirmados mais de 10 mil casos de tuberculose entre detentos no Brasil, superando os números absolutos dos 10 anos anteriores. O estudo, que escancara a fragilidade da saúde da população carcerária brasileira em meio à pandemia do coronavírus, revela que para cada dez casos confirmados de tuberculose no Brasil, um ocorreu em penitenciária. Além disso, segundo a mesma fonte, quatro em cada dez presídios brasileiros não possuem consultórios médicos, quase metade [48%] não tem farmácia ou sala de estoque para medicamentos e 81% não contam com sala de lavagem e descontaminação.

Em Roraima, estado com a maior superlotação carcerária do país [4 detentos por vaga] a situação chega a ser terrificante. Segundo a jornalista Cecília Olliveira, em artigo publicado no *The Intercept Brasil* [24/3], ao tentar justificar a impossibilidade de atendimento integral da determinação da juíza Joana Sarmento, responsável pela Vara de Execuções Penais, para que o Governo do Estado adotasse medidas de combate ao coronavírus no Sistema Prisional de Roraima, o secretário da Justiça e Cidadania, André Fernandes, “disse não haver água encanada ‘para consumo humano e nem para que seja realizada a constante higienização das mãos dos reeducandos’ na Cadeia Pública Masculina de Boa Vista e na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo”, a mesma que no início desse ano viveu um surto de piодermite associada à infecção por escabiose [sarna humana] não tratada, causando coceiras intensas, necrose e até paralisia.

Em janeiro último, período do surto, a PAMC tinha capacidade para 480 internos, mas “abrigava” 2.086 e pelo menos 29 chegaram a ser internados com a doença que, nas palavras dos próprios pacientes, causava a sensação de que a pessoa estava sendo comida viva. Na última segunda-feira [13], a PAMC tinha registrado os dois primeiros casos de infecção por coronavírus, número que já havia dobrado na sexta-feira [17].

A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo tem um longo histórico de violência e desrespeito aos direitos humanos mas, o que poderíamos imaginar ser a exceção, acaba sendo a regra em todo o Brasil, com algumas variações aqui e acolá. No geral, os presídios são mesmo depósitos de

carne humana para onde é mandada uma parcela expressiva dos indesejáveis, da escória da sociedade, aqueles e aquelas para quem a condenação em razão da cor da pele, da identidade visual e corporal, do endereço e da classe social chega antes de qualquer possibilidade de justiça.

### ***Invisibilização até nas estatísticas***

Conheci seu Pedro lá pelos meados da década de 1990, no centro de Fortaleza, capital cearense. Anos antes um problema familiar o empurrara para o álcool, daí para a dependência química e logo em seguida para as ruas. Nos encontrávamos pelo menos duas ou três vezes por semana, já que o “novo endereço” de seu Pedro ficava no meu caminho para o trabalho. Com o tempo, comecei a sair de casa mais cedo para que me sobrasse um pouco mais de tempo para um papo com meu amigo “morador” da esquina das ruas São Paulo e Floriano Peixoto, ali nas proximidades da histórica Praça dos Leões. Às vezes tomávamos um café juntos enquanto conversávamos, sentados no chão da calçada ou em alguma lanchonete das redondezas, embora em alguns momentos nem eu nem ele tivéssemos dinheiro para o café. Nessas ocasiões, a companhia um do outro e o bom papo nos bastavam.

Os rumos que a vida daquele homem foi tomando a partir de uma certa altura foram lhe afastando de muitas pessoas e hábitos, como ele mesmo costumava relatar. Só não lhe afastaram dos livros, agora não mais comprados em livrarias, mas recebidos em doação ou encontrados no lixo, o que lhe causava, ao mesmo tempo, alegria e tristeza. Ele dizia não entender como alguém era capaz de jogar um livro no lixo. Aliás, durante nossos encontros falávamos de muitos comportamentos humanos que não entendíamos.

Lembro-me de certa vez ter encontrado seu Pedro lendo *Sagarana*, o livro de contos de João Guimarães Rosa. Comentei sobre minha dificuldade de ler a obra roseana, especialmente o consagrado *Grande Sertão: Veredas*, atribuindo essa dificuldade à linguagem da obra, ambientada nos sertões das Gerais. É quase um dialeto, falei como que querendo me justificar. Ele me olhou de forma muito generosa, sorriu pelos cantos da boca e apenas me disse: experimente ler com o coração. Como bom observador e escutador, meu amigo já havia percebido o quanto eu era [e ainda sou] mente. Desde então tenho buscado exercitar a leitura a partir do coração, o que tento trazer também para a escrita. Nem sempre consigo e sigo nessa busca que poderá ser permanente, o que não me parece um problema, nem me incomoda.

Perdi contato com seu Pedro já há muito tempo e creio até que ele não esteja mais entre nós. Contudo, fico imaginando as dificuldades que ele estaria enfrentando nesse momento de pandemia para seguir as orientações de cuidado e prevenção e para acessar o auxílio emergencial de R\$ 600,00, sem computador ou celular, sem um CEP, sem CPF ou qualquer outro

documento pessoal. Ou seja: sem os números e as siglas que funcionam quase como um pré-requisito ou uma senha de acesso à bu[r]rocracia estatal.

Para a população em situação de rua o Estado, que sempre esteve distante ou presente apenas pela via da repressão, nesse momento se torna ainda mais distante a começar pelo discurso. A principal orientação de todas as campanhas de prevenção contra o coronavírus é para que as pessoas fiquem em casa. Para quem está em situação de rua a referência de casa [abrigo] é, no máximo, o viaduto, a ponte ou a marquise de algum prédio.

A edição 669 do *Especial Cidadania* [mar/2019], uma iniciativa do Senado Federal, alerta para a inviabilização desse público, inclusive nas estatísticas oficiais. Como aponta a publicação, “na ausência de averiguações confiáveis sobre quantos são e como vivem esses brasileiros, torna-se mais difícil elaborar e implementar medidas que os devolvam à plena cidadania”.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], tomando por base uma estimativa de pouco mais de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil, em 2015 apenas 47% dessa população estava no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal. As informações estão disponíveis em um texto para discussão publicado pelo próprio IPEA e assinado pelo especialista em políticas públicas e gestão governamental, Marco Antonio Carvalho Natalino.

A violência, em suas múltiplas formas, também faz parte do dia a dia da pop-rua, como relata Anderson Miranda durante conversa com o jornalista Rôney Rodrigues, que assina a reportagem publicada no *Outras Palavras* em agosto de 2019. “Várias vezes jogaram álcool em mim e tentaram colocar fogo, pessoas saindo das baladas mijaram em mim, me deram comida estragada de propósito pra eu passar mal. Eu até fui violentado por um policial quando era criança e vivia nas ruas”, narra Anderson, um dos sobreviventes dos ataques ocorridos nas madrugadas dos dias 17 e 18 de agosto de 2004 contra pessoas em situação de rua que dormiam na Praça da Sé, no centro de São Paulo.

Desde então a violência contra a população em situação de rua só tem crescido e essa também ganhou força após a eleição de Jair Bolsonaro, seguindo a trilha de ódio e intolerância presentes nos discursos e gestos do clã Bolsonaro e seus seguidores, desde antes de 2018.

### ***Não há saída no capitalismo***

Como escreveu recentemente a jornalista Eliane Brum, o futuro pós-coronavírus já está em disputa. Para a autora de *Brasil, construtor de ruínas: Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro* [Arquipélago Editorial, 2019], muito além da emergência de lutar pela vida ameaçada pelo vírus, é preciso lutar pelo futuro pós-vírus. “Se não o fizermos, a retomada da ‘normalidade’

será a volta da brutalidade cotidiana que só é ‘normal’ para poucos, uma normalidade arrancada da vida dos muitos que diariamente têm seus corpos esgotados”, alerta Eliane.

Nunca fui muito dado a análises de conjuntura ou coisas do gênero, talvez porque estas sempre me pareceram meio dogmáticas e/ou proféticas. Contudo, considero primordial entendermos como essa disputa a que Eliane Brum se refere, está se desenhando e como ela poderá se desenrolar ao longo dos próximos anos. O que apresentarei a seguir é um olhar muito pessoal, desprovido de qualquer intenção de análise mais elaborada e, muito menos, da afirmação de qualquer verdade inquestionável.

Contudo, parece-me que, dentro dos marcos do próprio capitalismo teremos, de um lado, aqueles que tentarão nos convencer de que a pandemia do coronavírus veio para nos avisar da necessidade de reformar o capitalismo, torná-lo mais humano, preservar a democracia liberal burguesa e tudo mais que caiba nesse leque conciliador que se apoiará, principalmente, no argumento de que é preciso recuperar a economia, voltar a produzir e desenvolver. Nesse campo estarão, inclusive, muitos da chamada esquerda em todo o mundo, sem enxergar que foi também a ilusão desenvolvimentista, associada ao antropocentrismo e a outras miopias, que nos trouxe até aqui.

Do outro lado, estarão algumas das piores mentes que esse sistema foi capaz de parir. Aqueles que desdenham da emergência climática, defendem com unhas e dentes a ideia do Estado mínimo, querem o “inevitável” sacrifício dos mais pobres para tirar o sistema da crise e recusam qualquer ideia de renúncia a seus privilégios. Além disso, se pautam pelo ódio, a intolerância e o preconceito e se alinham, consciente ou inconscientemente, aos interesses das grandes corporações e grupos econômicos, para quem a pandemia do coronavírus e seus efeitos na geopolítica mundial, na economia real e no modo de vida das pessoas, podem ser só mais uma grande oportunidade de negócios lucrativos, ainda que às custas de muitas vidas humanas e não humanas.

Aparentemente opostos, os dois projetos servem aos mesmos interesses, ainda que por caminhos diferentes. Contudo, nenhum deles serve aos mais pobres e à mãe Terra. Nenhum será capaz de tirar o planeta da agonia a que ele foi submetido bem antes da pandemia, que apenas expôs nossas feridas e escancarou a insustentabilidade das escolhas e renúncias da espécie humana até aqui.

Portanto, se não nos servem as alternativas de salvação do próprio capitalismo, qual projeto pautará a agenda dos mais pobres, dos trabalhadores, dos povos e comunidades tradicionais, dos sem-terra, dos sem-teto, dos excluídos e marginalizados?

Certamente, não há uma resposta pronta, nem pode haver. Essa precisará ser uma construção coletiva urgente, a partir das muitas reflexões e experiências acumuladas, especialmente por povos e comunidades tradicionais, comunidades rurais e das periferias geográficas e políticas do Brasil e de várias outras partes do mundo.

Nesse caminhar que antecede à pandemia e que precisará se intensificar a partir de agora, a centralidade da vida, a solidariedade e o cuidado, como valores essenciais e não como obrigação, podem ser bússolas a nos guiar na construção do porvir, na caminhada rumo à utopia de comunidades cuidadoras. Vale lembrar que em tempos de autoritarismo nada disso será possível sem uma disposição coletiva muito intensa à desobediência civil e sem o acolhimento de outra perspectiva de poder, pautada na partilha, na empatia e no afeto. Cuidemos! Pois, como nos ensina o poeta, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

## POR UMA PEDAGOGIA DA INTERDEPENDÊNCIA E DO CUIDADO

28JUN2020

Durante esses meses de distanciamento social por força da pandemia do novo coronavírus, tenho acompanhado e até participado de forma mais direta de alguns diálogos sobre os destinos da educação formal, das instituições de ensino e das relações e processos de ensino-aprendizagem em um futuro pós-pandemia. Em quase todos esses diálogos a preocupação central da maioria dos participantes está voltada para questões como a recuperação de conteúdos e o cumprimento da quantidade de dias letivos obrigatórios pelas normas vigentes, evidenciando a velha visão gerencialista da educação formal, em detrimento da dimensão pedagógica.

Essa lógica perversa, agravada pela opção por aulas virtuais por parte de muitas instituições de ensino durante esse período de pandemia – algo totalmente novo para a grande maioria das pessoas envolvidas nessas atividades – tem levado professores, pais, responsáveis e os próprios estudantes a processos de esgotamento que se revelam em choros frequentes, falta de paciência, excesso ou falta de apetite e exagero na reação a pequenas coisas. Esse é um quadro que aponta diretamente para a Síndrome de Burnout, também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional. De acordo com a publicação Saúde de A a Z, do Ministério da Saúde, trata-se de um “distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demanda muita competitividade ou responsabilidade”. Esse cenário tem acentuado o já conhecido quadro de adoecimento dos profissionais da educação e o desencantamento de crianças e adolescentes com a aprendizagem escolar.

Voltando aos encontros virtuais dos quais tenho participado, neles pouco tem se falado da urgência de refletimos sobre as escolhas e renúncias que nos trouxeram até aqui, escancaradas durante esses tempos de pandemia. Da mesma forma, tem sido escasso ou quase inexistente o reconhecimento de que o retorno às escolas precisará vir acompanhado do diálogo amplo sobre o rastro de exploração e destruição que a espécie humana deixou pelo caminho ao longo de sua jornada terrena, movida pela perversa lógica utilitarista e antropocêntrica que nos conduziu à reificação da mãe terra, à rejeição dos saberes ancestrais e dos povos originários e nos apartou da grande teia da vida.

Se essas questões forem mais uma vez sufocadas pela preocupação com os indicadores educacionais e pelo compromisso primeiro das instituições de ensino, do Estado e de muitos profissionais com um modelo de educação formal conteudista e a serviço do deus mercado,

estaremos apenas reproduzindo o velho modelo e alimentando o mesmo ciclo de negação da vida. Estaremos, novamente, ignorando a interdependência de todos os seres vivos, questão central nas próximas décadas para a sobrevivência da humanidade e da qual a percepção ecológica rasa prevalecente em nossas instituições de ensino não consegue dar conta.

Daí a urgência de inserirmos na agenda dessas instituições uma percepção ecológica profunda<sup>18</sup>, que, nas palavras do físico austríaco Fritjof Capra, “reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza [e, em última análise, somos dependentes desses processos]”. Capra destaca que os maiores problemas de nossa era [mudanças climáticas, pobreza, energia, água] estão conectados, são interdependentes, assim como suas soluções.

Além disso, o modelo de ensino subjacente nos afastou de qualquer encontro ou reencontro com nossa ancestralidade, colocando os saberes e fazeres dos povos originários, das comunidades tradicionais e de todas as pessoas não detentoras de títulos acadêmicos como de menor valor ou, quando muito, objetificando-os. Não por acaso, as práticas extensionistas das universidades são, quase sempre, uma reprodução do velho modelo colonial, colocando sempre a comunidade como extensão da universidade, quando a relação deveria ser exatamente inversa: a universidade deveria ser uma extensão da comunidade.

Sobre nossa ancestralidade, o ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas Ailton Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” [Companhia das Letras, 2019], nos lembra que “se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos”.

Somente quando reconhecermos a interdependência de todos os seres vivos e sua importância para a vida na grande casa comum – a mãe Terra – e para a própria permanência da nossa espécie no planeta, seremos capazes de compreender a necessidade do cuidado e dar-lhe a devida dimensão pedagógica. Isso significa colocá-lo no centro de nossos fazeres pedagógicos, acolhendo o diálogo, a escuta, o respeito à diversidade, o reconhecimento dos múltiplos saberes e fazeres individuais e coletivos como práticas cotidianas. No caso específico de uma instituição

---

<sup>18</sup> O termo surgiu quando, em 1972, o filósofo e ambientalista norueguês Arne Naess [1912-2009] publicou o artigo “The shallow and the deep, long range ecology movement. A summary”. No artigo, Naess distinguiu as correntes ambientais entre movimentos superficiais ou rasos [com tendência antropocêntrica e egocêntrica] e movimentos profundos [não antropocêntricos, mas ecocêntricos].

de ensino, trata-se de compreendermos sua dimensão comunitária e nos comprometermos com a construção de uma comunidade cuidadora, pautada pelo afeto, pela partilha e por uma perspectiva ética biocêntrica. Em seu livro “Saber Cuidar Ética do humano – compaixão pela terra” [Vozes, 1999], o ecoteólogo, filósofo e escritor Leonardo Boff nos lembra que “o cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade”.

Contudo, para que esses processos se desenvolvam será fundamental rompermos, por nos abaixo – em alguns casos literalmente – os muros que nos separam da perspectiva de mundo e de educação proposta nos parágrafos anteriores. Especialmente as velhas estruturas escolares, tanto as físicas quanto as simbólicas, não serão capazes de dar conta dos desafios e urgências que se apresentam para um futuro que já é ontem.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 5 de dezembro de 2001, o educador, psicanalista e escritor Rubem Alves recorre a um aforismo para afirmar que há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. “Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle”, lembra o escritor mineiro. E ele segue, enfatizando que “Engaiolados, o seu dono pode levá-las para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo”.

Por outro lado, “Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar”, destaca Rubem Alves. E arremata: “Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado”.

Os espaços arquitetônicos, inclusive os escolares e acadêmicos, carregam em si uma série de símbolos e linguagens e têm papel preponderante na constituição de escolas gaiolas ou escolas asas. Que histórias, memórias e identidades esses espaços revelam ou escondem e até reprimem? Quais as relações entre arquitetura escolar, corpo e condições de saúde nos ambientes escolares e acadêmicos? Qual o papel da arquitetura escolar na melhoria ou no comprometimento das condições de saúde e da qualidade de vida dos educandos e educadores e como isso afeta os processos de ensino e aprendizagem escolares? De que modo a arquitetura de instituições de ensino interfere, positiva ou negativamente, nos processos de aprendizagem, desde a educação infantil até a universidade?

Estas questões permeiam as inquietações que têm pautado minha prática como educador e meu exercício de pensar a educação como processo, inserido em múltiplos contextos e em diálogo

estreito com aspectos aparentemente externos, entre os quais se inclui a arquitetura dos espaços físicos onde as experiências de ensino e aprendizagem se desenvolvem.

Para além dos aspectos físicos, arquitetônicos em si, as construções dialogam à cerca baixa com noções de pertencimento ou exclusão, a depender do seu encontro ou seu distanciamento com as necessidades, desejos, símbolos e representações de seus usuários e frequentadores.

Contudo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador nacional oficial de monitoramento da qualidade da Educação no Brasil, não leva em conta a avaliação do espaço físico escolar, considerado por vários profissionais da educação como parte do currículo. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Relacionar aprendizagem, pedagogia e as suas respectivas modalidades de ensino e sua correta tradução espacial tem sido o esforço de vários estudiosos. A arquiteta Doris Kowaltowski, em seu livro “Arquitetura escolar. O projeto do ambiente de ensino” [Oficina de Textos, 2011], defende que a qualidade do desempenho escolar é influenciada pelo edifício e suas instalações, destacando ainda que elementos como funcionalidade, usabilidade, identidade com a pedagogia e infraestrutura configuram a distinção e o reconhecimento do ambiente escolar em suas múltiplas funções.

Essa mirada aponta na direção contrária à concepção tradicional dos espaços físicos escolares, conformados por salas de aula organizadas, sequencialmente, ao longo de grandes corredores, visando, dentre outros aspectos, facilitar a supervisão dos estudantes, bem ao gosto da pedagogia tradicional que, nas palavras do filósofo e educador Dermeval Saviani, tem “uma visão filosófica essencialista de homem e uma visão pedagógica centrada no educador, no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina, na memorização”. O fato é que já existem vários estudos e discussões que apontam na direção da arquitetura escolar como o “terceiro professor”, depois dos educadores e dos educandos ou, na perspectiva de alguns autores e autoras, depois dos professores e dos materiais e recursos didáticos.

Como nos lembra o filósofo francês Michel Foucault, em sua célebre obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão” [Vozes, 1987], houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. “Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”, destaca o filósofo francês.

Ao analisar a obra “O Homem-máquina”, do também filósofo francês Julien Offray de La Mettrie, publicada pela primeira vez em 1747, Foucault afirma que esta é, ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.

Nesse contexto de redução da alma e adestramento do corpo, a arquitetura escolar sobrejacente, ao longo dos tempos, tem cumprido papel central, à medida que sua concepção privilegia espaços fechados, semelhantes a gaiolas de concreto, que servem prontamente à inibição de expressões, inclusive dos corpos, ao cerceamento de liberdades e à inibição de criatividade.

Na perspectiva foucaultiana, a disciplina – não como respeito ao coletivo, mas como elemento de inibição e controle – “aumenta as forças do corpo [em termos econômicos de utilidade] e diminui essas mesmas forças [em termos políticos de obediência]”. E o próprio Foucault esclarece: “Em uma palavra: ela [a disciplina] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”.

Constituídos historicamente como ambientes inibidores de expressão e afeto, desprovidos de condições objetivas e subjetivas que conduzam ao cuidado e carentes de conforto ambiental, os espaços escolares convencionais acabam por gerar adoecimentos dos corpos e das mentes de educadores e educandos, resultando em interferência direta nos processos de ensino e aprendizagem. Ao analisar a implantação do projeto padrão 023 da rede pública de ensino do estado do Paraná, a arquiteta e urbanista Giselle Godoi afirma, em documento datado de 2010, que no contexto das edificações escolares, o projeto padrão se insere como uma edificação escolar com vantagens de racionalização construtiva e economia, desconsiderando as condições de conforto ambiental, pelo menos como princípio. Na grande maioria dos casos o projeto padrão não possui flexibilidade de adaptação às características climáticas e do terreno onde poderá ser construído, acarretando condições desfavoráveis principalmente no conforto térmico da edificação, que interferem na produtividade, motivação e concentração dos usuários.

Entretanto, em várias partes do mundo podem ser vistas construções escolares qualificadas como sustentáveis, que dialogam de forma estreita com o conceito de arquitetura bioclimática,

surgido na década de 1960, a partir de pesquisas dos irmãos Aladar e Victor Olgyay, vistos como precursores da área de conforto ambiental. Considerado a base da arquitetura ecológica, o bioclimatismo busca uma relação harmônica entre ambiente construído, clima e seus processos de troca de energia, visando, ao fim, o conforto ambiental humano, tanto no seu aspecto térmico, quanto luminoso e acústico.

Além de inter-relacionar a dimensão humana e suas necessidades físico-biológicas associadas ao conforto, a arquitetura bioclimática leva em conta a dimensão ecológica e a utilização de sistemas passivos de energia obtidos a partir o potencial climático e ambiental local. Ademais, o processo de construção bioclimática considera as dimensões econômica e cultural, especialmente no que se refere à preservação de padrões arquitetônicos locais, reforçando e promovendo a identidade arquitetônica regional, em encontro direto com o conceito de arquitetura vernacular, que pode ser dita, a grosso modo, como aquela feita com recursos naturais e técnicas próprias de uma dada região.

Várias experiências de escolas sustentáveis já são uma realidade aqui e em outras partes do planeta. É o caso do Colégio Estadual Erich Walter Heine e da Creche Municipal Hassis, a primeira em Santa Cruz [RJ] e a segunda em Florianópolis [SC]. Para além das fronteiras do Brasil, vale destacar a Meti School, construída a partir de arquitetura vernacular, em Rudrapur, Bangladesh. Outra experiência interessante é a Green School, uma escola de Bali, na Indonésia, construída com bambu.

Na Itália, a escola de Guastalla foi construída após um terremoto, em 2012, que destruiu duas escolas na região. Projetada pelo arquiteto Mario Cucinella, possui painéis fotovoltaicos, sistema de aproveitamento da água da chuva para irrigação do jardim e descargas dos sanitários e o uso de materiais naturais e reciclados. De acordo com a arquiteta e urbanista Juliana Rangel, especialista em arquitetura sustentável e bioarquitetura, o projeto da escola italiana integra o interior com o exterior, e nas áreas ao ar livre são estimulados os cinco sentidos das crianças: visão, audição, paladar, olfato e tato.

Outro importante conceito para o diálogo que aqui está sendo proposto é o de neuroarquitetura. No livro “Neuroeducación. Solo se puede aprender aquello que se ama” [Alianza Editorial, 2013], o médico e neurocientista espanhol Francisco Mora lembra que o cérebro humano, a milhões de anos vive tendo contato visual, sentindo cheiros e tocando verdes, neves e gelos, sendo desenhado para viver dois terços de sua vida ao ar livre e em permanente visão de azuis infinitos. E ele interroga: Poderia ser este desconhecimento a origem de novas patologias, nunca antes conhecidas, em um cérebro em desenvolvimento?

Mora conclui destacando que tudo isso tem levado vários teóricos a considerar se a civilização ocidental, tida como a mais adiantada em tantas coisas, não estaria interpretando de forma equivocada a relação da nossa espécie com um novo macroambiente que, na sua visão e na de vários outros e outras, afeta o crescimento e o envelhecimento, os sentimentos e os pensamentos, a aprendizagem e até a memória ancestral dos seres humanos.

Olhando para um futuro mais próximo, talvez o nosso maior desafio no pós-pandemia, especialmente nas instituições de ensino, seja o exercício da partilha de experiências vividas e desejadas, sentimentos, sentidos, afetos e afetamentos. Assim, será fundamental exercitarmos a escuta como um ritual pedagógico inadiável e insubstituível, lembrando, contudo, que como costumava destacar Rubem Alves, todo mundo quer aprender a falar, mas ninguém quer aprender a ouvir. Escutar é complicado e sutil, dizia ele. Parafraseando Alberto Caeiro – um dos heterônimos do poeta português Fernando Pessoa -, Rubem Alves nos ensina que não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. “É preciso também que haja silêncio dentro da alma”, enfatiza.

## AMAZONIZEMO-NOS, ANTES QUE SEJA TARDE!

21JUL2020

Em todo o mundo, várias pessoas e organizações veem se mobilizando em defesa da vida, ainda mais ameaçada nesses tempos de pandemia, o que inclui perceber a Amazônia como centro do mundo, a partir do qual a vida pulsa e se retroalimenta. Cada vez mais próxima do ponto de não retorno, o fim da Amazônia – com suas florestas, seus ecossistemas, seus rios voadores, os saberes ancestrais dos povos da floresta e seus modos de vida integrados à dinâmica da mãe terra – representará o fim da própria espécie humana, apartada da grande teia da vida pela arrogância antropocêntrica, pela miopia econômica e pela pobreza espiritual que nos trouxeram até aqui.

Nascido da iniciativa de muitos uns e umas de várias partes do planeta, o *Movimento Liberte o Futuro* nos convida ao compromisso urgente com a construção coletiva de um mundo pós-pandemia que seja capaz de acolher a todas as formas de vida e reconhecer a sua interdependência como condição primordial para a nossa própria permanência na grande casa comum. Como nos lembra o texto da página de apresentação do Movimento na internet, “hoje, apenas 2.153 pessoas concentram mais riqueza material do que 60% dos outros 7.790.000.000 de seres humanos que habitam o planeta”. O documento segue destacando que “esses bilionários representam uma fração tão insignificante no conjunto da população global que os números falham em torná-los visíveis como porcentagem”. Contudo, enfatiza o mesmo texto, a desigualdade racial, social, de gênero e de espécie que provocam é brutalmente visível, o que nos coloca diante do desafio inadiável e inegociável de construir um mundo para 99,99%.

Nos dias 18 e 19 últimos, mais de 3 mil pessoas de vários países e em especial os povos indígenas da Pan Amazônia se juntaram virtualmente na primeira Assembleia Mundial pela Amazônia, para manifestar-se contra o etnocídio, o ecocídio e o extrativismo na Amazônia, que se agravam com a atual crise pandêmica, e para encaminhar ações concretas a partir de três campanhas globais. Uma delas é voltada ao enfrentamento dos graves impactos da Covid19 na vida das populações indígenas, das pessoas de ascendência africana e em toda a Amazônia. A segunda campanha propõe o boicote a produtos, empresas, investimentos, políticas governamentais, acordos comerciais e extrativismos que destroem a Amazônia, enquanto a terceira buscará identificar estratégias de mobilização global para acabar com o etnocídio, o ecocídio e o extrativismo e salvar a Amazônia que, como destacam as organizações responsáveis pela iniciativa, é essencial para enfrentar as mudanças climáticas.

Na contramão de movimentos globais e locais de defesa da Amazônia, o desmatamento na região tem crescido de forma vertiginosa desde o início do governo Bolsonaro. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE] revelam que, em 2019, o Brasil registrou recorde de desmatamento na Amazônia na última década e estudos apontam para um crescimento ainda maior em 2020. Segundo o site Congresso em Foco, em matéria assinada pelo jornalista Erick Mota, nos primeiros quatro meses de 2020, o estado do Pará concentrou 99% do desmatamento detectado em Áreas Protegidas na Bacia do Xingu e dados do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil [2019], publicado pela plataforma MapBiomas, apontam que a área desmatada no Brasil no ano passado equivale a 8 cidades de São Paulo, sendo que mais de 60% dessa área está na Amazônia, com 770 mil hectares devastados.

Junto com o aumento do desmatamento e das queimadas, também tem crescido as ações de invasão de áreas protegidas, a exploração de madeira e a abertura de garimpos ilegais. Toda essa violência contra a Amazônia e seus povos, está diretamente associada às falas recorrentes do antipresidente Jair Bolsonaro [sem partido] e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, que têm funcionado como combustível, como autorizações escancaradas e passaporte com visto carimbado para o genocídio, a grilagem de terras que deveriam estar sob a proteção do Estado, o desmatamento, a doutrinação religiosa e todas as outras formas de violência material e simbólica.

Diante de tantos absurdos, até meados de julho desse ano a Câmara dos Deputados já havia recebido 47 pedidos de impeachment contra Jair Bolsonaro, sendo que desse total apenas um foi arquivado até a finalização deste artigo, em 21 de julho. Como não existe prazo previamente estabelecido para que, após o recebimento do pedido, o presidente da Câmara se manifeste sobre o acolhimento ou a rejeição do mesmo, o mais antigo pedido de impeachment contra Bolsonaro está na mesa do atual presidente da casa, Rodrigo Maia [DEM], há mais de 450 dias. E, a menos que ocorra uma grande pressão popular, é muito provável que fique lá por mais um bom tempo ou nem seja colocado em votação. À medida que se limitam à retórica, ao discurso inútil de lamentação em relação aos atos criminosos de Bolsonaro, Maia e outros representantes do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público seguem cada vez mais próximos da condição de seus cúmplices e como tal serão lembrados pela história.

Um dos pedidos de impeachment, proposto por mais de 100 pessoas de diversas áreas aponta, além de vários outros crimes de responsabilidade que podem ser lidos na Denúncia por Cometimento de Crime de Responsabilidade, que “desde o início de seu mandato o Presidente da República vem sistematicamente utilizando de seu cargo para expedir ordens que confrontam diretamente a legislação ambiental estabelecida e que trouxeram como

consequência um enorme prejuízo ao patrimônio ambiental brasileiro”. O documento cita, por exemplo, a permanente tentativa de Bolsonaro de livrar infratores da lei ambiental, em especial garimpeiros ilegais, da perda dos equipamentos utilizados na prática de infrações.

A denúncia aponta ainda que “Bolsonaro não demarcou uma única terra indígena desde o início da sua gestão, cumprindo os estritos termos de sua fala logo após ser eleito, apesar dos processos em andamento, e apesar de serem essenciais ao direito ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações”. Como foi amplamente noticiado, poucos dias depois de sua eleição, Bolsonaro declarou que “no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”, reafirmando sua condição de inimigo dos povos indígenas.

Na última segunda-feira [13], a pesquisadora Lubia Vinhas, coordenadora-geral de Observação da Terra no INPE, foi exonerada do cargo que ocupava desde 2018. A coordenação que estava sob a gestão direta de Lubia Vinhas é responsável pelos sistemas de acompanhamento do desmatamento da Amazônia e a demissão, assinada pelo ministro Marcos Pontes [Ciência e Tecnologia], se deu uma semana depois da divulgação dos dados que mostram que o desmatamento da Amazônia, no período de janeiro a junho de 2020, foi 25% superior ao do mesmo período em 2019, chegando a 3.069,57 km<sup>2</sup> desmatados. Vale lembrar que em agosto de 2019, Ricardo Galvão, então diretor do INPE, também foi exonerado após denunciar o aumento da devastação da Amazônia durante o primeiro ano do governo Bolsonaro. A lista de servidores da área ambiental demitidos ou perseguidos administrativa e politicamente por cumprirem seu dever e, com isso, contrariarem os interesses de Bolsonaro, do ministro Ricardo Salles [Meio Ambiente] e de seus asseclas, não é pequena. Alguns desses casos estão citados na denúncia por cometimento de crime de responsabilidade a que me referi anteriormente.

Seguindo com sua cruzada de ódio contra os povos indígenas, no início de julho Bolsonaro vetou trechos do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas, extensivo a quilombolas e outros povos tradicionais, todos reconhecidos como “grupos de extrema vulnerabilidade” no contexto da pandemia. Entre os itens vetados estão o acesso universal a água potável, a oferta emergencial de leitos hospitalares e de unidade de terapia intensiva [UTI] e a aquisição de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea. Bolsonaro vetou também a distribuição de materiais informativos sobre a Covid-19, a instalação de pontos de internet nas aldeias e a distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção de superfícies. A Lei 14.021, de 2020, foi publicada na edição do Diário Oficial da União de quarta-feira [8/7] e agora aguarda a apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional.

Em carta aberta datada do dia 13 de julho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], solicita, para “o mais breve possível, a realização de Sessão do Congresso Nacional para que todos os vetos ao PL 1142/2020 (Lei nº 14.021) sejam analisados e derrubados” e destaca que os vetos são “eticamente injustificáveis e desumanos pois negam direitos e garantias fundamentais à vida dos povos tradicionais” e “violam o princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, inc. III), do direito à vida (CF, art. 5º, caput), da saúde (CF, arts. 6º e 196) e dos povos indígenas a viver em seu território, de acordo com suas culturas e tradições (CF, art. 231)”.

No início deste mês, representantes do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Distrito Federal, propuseram uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, com pedido de afastamento cautelar do cargo contra o ministro Ricardo Salles. Na Ação, os representantes do MP afirmam que “por meio de ações, omissões, práticas e discursos, o Ministro do Meio Ambiente promove a desestruturação de políticas ambientais e o esvaziamento de preceitos legais, mediante o favorecimento de interesses que não possuem qualquer relação com a finalidade da pasta que ocupa”.

A robusta peça de 126 páginas, aponta que há claramente desvio, por parte de Salles, das finalidades institucionais do órgão que chefia, destacando ainda que o ministro “já se valeu de condutas intimidatórias a servidores públicos [...] em flagrante violação aos princípios de legalidade e lealdade à instituição, além do princípio de preservação ambiental para as presentes e futuras gerações”.

Durante web conferência realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas [TCE/AM], na última sexta-feira [17], o climatologista e pesquisador Carlos Nobre, presidente do Comitê Científico do *International Geosphere Biosphere Programme*, declarou que o desmatamento na Amazônia está próximo de alcançar níveis irreversíveis e alertou que as queimadas estão convertendo uma grande parte da Amazônia em espécies de savanas, o que irá refletir diretamente na condição climática da região, podendo influenciar, negativamente, na biodiversidade do bioma amazônico. Essa não foi a primeira vez que Carlos Nobre falou sobre tais questões e sua voz não é a única a denunciar o ecocídio que está em marcha na maior floresta tropical do mundo.

Embora por razões outras, a política ambiental de Bolsonaro e Salles tem gerado preocupação também entre uma parcela expressiva do empresariado. Na terça-feira, 7 de julho, um grupo de 38 representantes do setor entregou ao vice-presidente Hamilton Mourão [PRTB], uma carta em que dizem “reafirmar seu compromisso público com a agenda do desenvolvimento sustentável”.

No documento, empresários da indústria, do setor de serviços e do agronegócio, manifestam preocupação com a atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior em relação às questões socioambientais na Amazônia e seus impactos nos negócios dos setores que representam. “Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país”, destaca um trecho da carta entregue a Mourão.

A manifestação do empresariado brasileiro ou com atuação no Brasil vem logo depois de um alerta apresentado por um grupo de investidores internacionais através de documento enviado às embaixadas brasileiras em vários países. Na carta entregue aos representantes das embaixadas, os investidores alertam que “a escalada do desmatamento nos últimos anos, combinada com relatos de um crescente enfraquecimento das políticas ambientais e de direitos humanos e esvaziamento dos órgãos de fiscalização, estão criando uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil”.

Os signatários do referido documento representam 29 investidores da Europa, Estados Unidos e Ásia que juntos controlam cerca de 20 trilhões de reais em ativos, o que representa mais que o dobro do PIB brasileiro em 2019. São fundos de investimento que se pautam pela agenda ASG [ESG em inglês], sigla para ambiental, social e governança corporativa. Trata-se, basicamente, de fundos que aplicam o dinheiro do investidor em empresas que se preocupam com essas questões, desde que elas venham acompanhadas por vantajosos lucros.

Aqui duas questões pedem nossa atenção. A primeira tem relação com o fato de que as preocupações dos empresários brasileiros, assim como as dos investimentos internacionais, continuam centradas na máxima capitalista do lucro. A Amazônia continua sendo enxergada por eles como possibilidade de negócio e a agenda ASG é mais um modismo do velho modelo, que sempre recorre a alguma maquiagem para seguir explorando e lucrando.

Como nos lembra o professor de Filosofia da UFRJ, Marildo Menegat, autor do livro *A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe* [Consequência Editora, 2019], em entrevista para Marco Weissheimer, publicada no site Sul21, “na medida em que o capitalismo vai colapsando no mundo inteiro, inclusive na América Latina [...] é necessário garantir espaços territoriais onde ele ainda é capaz de acumular”. Nesse contexto, a Amazônia passa a ser enxergada como um desses potenciais territórios para atuação de um capitalismo em crise que busca se reinventar a todo custo e que já se mostrou muito competente em camuflar seus interesses e se apropriar de nossos discursos e sonhos, dando-lhes a roupagem que melhor lhe convém. Foi assim, por exemplo, com a ilusão do desenvolvimento sustentável. Como já afirmei aqui em artigos

anteriores, não há saída para o planeta e, por conseguinte, para a humanidade, dentro do capitalismo, qualquer que seja a forma como ele se apresente, porque é da sua essência a exploração, a destruição e a exclusão.

A segunda questão para a qual precisamos olhar tem relação com o fato de o grupo de empresários brasileiros ter endereçado sua carta ao vice-presidente Hamilton Mourão e não ao próprio Bolsonaro. Aparentemente, isso se deu pelo fato de Mourão ser o presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, transferido do Ministério do Meio Ambiente para a vice-presidência da República por meio do decreto 10.239, de fevereiro de 2020. Nos bastidores, o que se sabe é que há uma intenção deliberada do grupo de empresários que assinam o documento entregue ao vice-presidente, de manter suas imagens o mais afastadas possível de Bolsonaro, ainda que por mera conveniência. Mesmo porque, como destacou Leonardo Fuhrmann em matéria publicada no site *De Olho nos Ruralistas*, “empresas que assinam documento entregue ao governo, como Vale e Santander, estão na lista dos maiores multados pelo Ibama nos últimos 25 anos por crimes contra a flora; elas somam mais de R\$ 95 milhões em autuações desde 1995, sem correção monetária”. Aliás, não poderia haver título mais adequado para a matéria assinada por Fuhrmann: Desmatadores entregam carta a Mourão pelo fim do desmatamento.

Na tarde de sexta-feira [10], acompanhado de Ricardo Salles, Mourão se reuniu com representantes dos empresários autores da carta e, em meio a pressões e muitas dúvidas, limitou-se a dizer que o governo está alinhado com as demandas do grupo, o que parece ter ficado muito aquém do que seus membros esperavam ouvir. Dias depois, diante da polêmica dos vetos ao Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas, o vice-presidente optou por referendar a decisão de Bolsonaro, chegando a afirmar durante coletiva de imprensa que “em relação à água potável, o indígena se abastece da água dos rios que estão na sua região”. Acrescentando que “se, porventura, algum rio daqueles for contaminado por atividade ilegal, notadamente garimpo, com o uso de mercúrio, então, se leva água para esses grupos”. Esse mesmo Mourão, em agosto de 2018 afirmou, durante um evento na Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul [RS], que o “cadinho cultural” do Brasil inclui a “indolência” dos povos indígenas e a “malandragem” dos negros africanos.

Como podemos ver, embora um pouco mais habilidoso com as palavras, Mourão se alimenta da mesma matriz de ódio, intolerância e preconceito que Bolsonaro, sendo também cúmplice de seus crimes e suas repetidas e crescentes ameaças à vida. Aliás, é preciso lembrar e denunciar que passados 18 meses desde que Bolsonaro chegou à presidência da República, trazendo à tiracolo os filhos e seus amigos milicianos, ele não tem mais apoiadores ou simpatizantes. Todos

e todas que seguem legitimando e celebrando seu projeto de morte são também cúmplices de seus crimes. E isso inclui a omissão, um dos mais covardes atos de cumplicidade.

*O Manifesto da Amazônia Centro do Mundo*, documento parido a muitas mãos, mentes, corações e espíritos durante o encontro Amazônia Centro do Mundo, realizado em novembro de 2019, começa afirmando que “na época da emergência climática, a Amazônia é o centro do mundo”, para em seguida nos avisar que “sem manter a maior floresta tropical do planeta viva, não há como controlar o superaquecimento global”. E o manifesto segue: “Ao transpirar, a floresta lança 20 trilhões de litros de água na atmosfera a cada 24 horas. A floresta cria rios voadores sobre as nossas cabeças maiores do que o Amazonas. O suor da floresta salva o planeta todos os dias. Mas esta floresta está sendo destruída aceleradamente pelo desenvolvimento predatório e corre o risco de alcançar o ponto de não retorno em alguns anos”.

O convite para amazonizarmo-nos é também o convite para que percebamos a urgência de novas escolhas e renúncias que, ao contrário daquelas que nos trouxeram até aqui, estejam visceralmente comprometidas com a partilha, a comunhão e a celebração da vida. Amazonizarmo-nos é reconhecer a mãe Terra como ser vivo, acolhermos sua sacralidade e nos reconectarmos à grande teia da vida pelo caminho do reencontro com nossas ancestralidades. É rejeitarmos, pelo fazer diário, a lógica perversa de violência, competição, exclusão e negação da vida que sustenta o atual modelo de sociedade. Amazonizarmo-nos é também libertar o futuro, a partir do aqui e do agora. Amazonizemo-nos, pois, antes que seja tarde!

---

Este artigo é dedicado ao cacique Raoni Metuktire, líder do povo Caiapó, com o desejo de que ele recupere brevemente sua saúde e possa seguir conosco nessa caminhada da qual é fonte permanente de inspiração e encorajamento.

Dedico-o também à memória do querido amigo Augusto Tavares, que partiu do nosso convívio no último sábado [18]. Amigo, irmão de caminhadas e de sonhos [estivemos juntos, por exemplo, na fundação da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa, em 2010], Augusto foi meu professor e depois colega de trabalho na Universidade Federal do Cariri. Foi leitor cuidadoso do blog e em vários momentos honrou-me com seus comentários e reflexões sobre artigos publicados por lá. Ficará a saudade e as boas memórias de nossa convivência. Siga na luz, meu irmão!

## UM PAÍS ENTRE FACÍNORAS E HIPÓCRITAS

13OUT2020

Um estudo da Escola de Medicina da Universidade de Stanford, apresentado no final de 2018, concluiu que nos EUA as mortes por armas de fogo entre crianças e adolescentes são duas vezes mais comuns em estados com as leis de armas mais flexíveis, quando comparados àqueles com legislação de controle de armas mais rígida. O estudo apontou ainda que os estados com leis que restringem o acesso de crianças a armas têm taxas mais baixas de suicídios por armas de fogo entre os jovens.

No Brasil, a Frente Parlamentar Mista de Segurança Pública do Congresso Nacional, nome oficial da chamada “bancada da bala”, que em setembro de 2019 contava com 308 dos 513 deputados federais e com 13 dos 81 senadores, tem atuado desde legislaturas anteriores, pelo fim do Estatuto do Desarmamento [Lei 10.826/2003] ou por sua ampla flexibilização. O Estatuto dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, além de tratar do Sistema Nacional de Armas [SISNARM], definir crimes e regras mais restritivas para a compra e o porte de armas no país e apontar penas mais duras para o porte ilegal e a posse de armas não registradas. Embora tenha mantido a comercialização de armas de fogo e munições legal no país, a lei de 2003 aumentou o rigor para que uma pessoa possa adquirir uma arma legalmente e instituiu uma campanha permanente de desarmamento que prevê, inclusive, a recompensa de pessoas que entregarem suas armas, com ou sem registro, para os órgãos de segurança pública.

Ainda no governo Lula [PT], em 2008, a lei 11.706 trouxe as principais mudanças na redação do texto original do Estatuto do Desarmamento, entre as quais se inclui a posse de armas para residentes em áreas rurais. O novo texto definiu a quais tipos de armas essa população pode ter acesso e quais documentos são necessários para a posse delas. Em 2016, já no governo Temer [MDB], o decreto 8.938 alterou a regulamentação do Estatuto, incluindo a possibilidade de doação dos armamentos apreendidos para as forças de segurança do Brasil. Esse ato foi revogado, na íntegra, pelo decreto 9.785/2019, já no atual governo.

Desde que assumiu a presidência da República, Bolsonaro [sem partido] editou 11 portarias e 8 decretos com o objetivo de flexibilizar a legislação sobre armas, sendo que quatro foram revogados, número igual ao de portarias que não vingaram. Com a caneta de presidente na mão, Bolsonaro se apressou em deixar claro que seu discurso belicoso apresentado durante a campanha e desde antes, quando deputado do baixo clero, não era uma falácia. De fato, o clã Bolsonaro tem um projeto de poder e este passa pela violência, pelo medo e pela barbárie, o

que ficou evidente na fala do próprio antipresidente durante a famosa reunião ministerial de 22 de abril último. O primeiro decreto armamentista de Bolsonaro foi editado 15 dias após a sua posse e incluía a ampliação do número de armas de fogo para civis, de duas para quatro unidades por pessoa.

No início de maio de 2019, Bolsonaro assinou o decreto 9.785/2019, através do qual, por uma brecha legal deixada em sua redação, era possível o porte de alguns tipos de fuzis de assalto<sup>19</sup> pela população. Aqui vale esclarecer que, ao contrário da posse, que autoriza o dono da arma a mantê-la somente dentro de sua casa, o porte permite que ele ande com a arma pelas ruas. Em 2018 foram comercializadas no Brasil 138 mil armas, em 2019 foram 191 mil e só nos seis primeiros meses deste ano já foram 140 mil.

A publicação do decreto gerou uma corrida às lojas especializadas e naquele mesmo mês a Taurus, empresa fabricante do fuzil T4, chegou a declarar que havia uma fila de 2 mil pessoas aguardando a regulamentação do decreto de Bolsonaro. A empresa teve suas ações preferencias valorizadas em 23,5% imediatamente após o anúncio do decreto e em nota chegou a declarar que o ato presidencial poderia “aumentar de forma relevante a procura por armas de fogo por caçadores, atiradores e colecionadores [CACs] e pelo cidadão de bem para sua legítima defesa e da propriedade”, acrescentando que a Taurus – que no primeiro semestre de 2019 teve um lucro bruto de R\$ 172,4 milhões – estaria preparada para atender esse aumento de demanda do mercado.

Pressionado, o governo publicou no mesmo mês de maio, uma retificação ao decreto 9.785, em que proibia o porte de fuzis, espingardas, carabinas ou armas que necessitem ser carregadas por veículos ou mais de uma pessoa devido ao peso, embora, tenha mantido a venda e a posse das mesmas. Como as pressões de autoridades e movimentos pró-desarmamento continuaram, um novo recuo foi registrado em junho de 2019, através da edição do decreto 9.844/2019, que também acabou revogado, desta vez pelo decreto 9.847/2019.

Um dos decretos mais preocupantes incluiu a liberação de arma semiautomática para determinadas categorias como os CACs, que se organizam por clubes e são, na sua grande maioria, apoiadores de Bolsonaro. Só para termos uma ideia da flexibilização pretendida pelo

---

<sup>19</sup> Trata-se de um fuzil de tiro rápido, alimentado por magazines, projetado para uso militar. É uma arma de tiro ao ombro que permite ao atirador selecionar entre os modos semiautomático [exigindo que você aperte o gatilho para cada tiro], totalmente automático [segure o gatilho e a arma dispara continuamente] ou os modos de disparo com três tiros. Fonte: Site da Airsofts Brasil.

antipresidente e os simpatizantes de sua cruzada armamentista, um atirador esportivo, quando chegava no nível mais alto participando de competições, poderia ter 16 armas. Agora, com base no decreto 9.846/2019 cada atirador pode ter 60 armas, sendo 30 de uso permitido e 30 de uso restrito, que antes eram de acesso exclusivo das forças armadas e policiais. Esse mesmo ato presidencial estabelece que “o colecionador, o atirador e o caçador proprietário de arma de fogo poderá adquirir até mil munições anuais para cada arma de fogo de uso restrito e cinco mil munições para as de uso permitido registradas em seu nome”. Uma análise mais atenta das portarias e decretos assinados por Bolsonaro revela que por trás de cada aparente recuo havia uma manobra para tentar emplacar alguma nova flexibilização do Estatuto do Desarmamento.

Ao jornalista Gil Alessi, em matéria publicado pelo *El País* no mês maio de 2019, Bruno Langeani, coordenador do Instituto Sou da Paz, alertou para o risco do crime organizado – que antes se valia de desvios de arsenais oficiais ou contrabando de armas via Paraguai para ter acesso a este tipo de armamento – passar a ter à sua disposição um estoque de fuzis nacionais com preço muito atrativo. “O que deve se esperar é um aumento desse tipo de armas na mão do crime, porque vai baratear o custo”, explicou Langeani ao jornalista. “Trazer um fuzil do Paraguai custa ao PCC 30.000 reais. A Taurus vende o T4 por cerca de 8.000. Haverá uma corrida dos criminosos para comprar essa arma, com o uso de laranjas e raspagem do número de série [para dificultar o rastreamento do dono original]. Isso para não falar dos fuzis que serão furtados do cidadão”, lembrou o coordenador do Sou da Paz.

Enquanto não emplaca um nome “terrivelmente evangélico” no Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro escolheu para ocupar a vaga aberta com a saída do ministro Celso de Mello na corte máxima do país, o católico conservador Kássio Nunes, portador de certificado de colecionador, atirador e caçador esportivo. Talvez seja só uma mera coincidência e não quero aqui suscitar mais uma teoria da conspiração, método muito adotado pelo marketing bolsonarista para amedrontar, provocar fúria e mobilizar a indignação. Segundo o professor André Azevedo,<sup>20</sup> isso provoca sofrimentos psicológicos reais. Para ele, ao criar vínculos de identificação com aquele que supostamente sofre a injúria, os seguidores ou simpatizantes do “injurado” se sentem pessoalmente atingidos. “Bolsonaro cresce ao infectar o medo, a angústia e a raiva no coração de seus eleitores, que imaginam que é esperança aquele sopro que escapa da asfixia”, escreveu Azevedo em artigo publicado em outubro de 2018, no site *Huff Post Brasil*.

---

<sup>20</sup> André Azevedo da Fonseca é professor e pesquisador no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), da Universidade Estadual de Londrina. É doutor em História [Unesp] com pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea [UFRJ].

Em junho de 2018, como desdobramento das investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco [Psol] e do motorista Anderson Pedro Gomes, na noite de 14 de março daquele mesmo ano, o Ministério Público Federal [MPF] recomendou ao Comando Logístico do Exército [Colog] a atualização da Norma Regulamentadora da Marcação de Cartuchos de Munição. A portaria de 2004 estabelecia o lote padrão de comercialização para pessoas jurídicas em 10 mil cartuchos de munição do mesmo tipo. Para o MPF, essa norma descaracterizava o próprio sentido de identificação das munições e inviabilizava o seu efetivo rastreamento. Há, no entanto, situações ainda mais graves. A munição utilizada no assassinato de Marielle e Anderson veio do lote UZZ18, composto por 2.463.000 munições, sendo 1.859.000 do calibre 9mm. Esse mesmo lote abasteceu o grupo responsável pelo assalto à agência dos Correios do município de Serra Branca, no Cariri paraibano.

Em atendimento à demanda do MPF, o Comando Logístico do Exército editou três portarias através das quais se estabelecia maior controle sobre o rastreamento, importação e identificação de armas de fogo. Assinadas pelo general de Brigada Eugênio Pacelli Vieira Mota, as portarias determinavam um maior controle sobre rastreamento, importação e identificação de armas de fogo. Não tardou para que Bolsonaro abrisse fogo contra Pacelli, que foi exonerado do cargo de diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército e transferido para a reserva um dia antes do capitão armamentista usar sua conta no Twitter para determinar a revogação das três portarias assinadas pelo general de brigada.

O assassinato de Marielle e Anderson contou com a participação direta de pessoas próximas ao clã Bolsonaro, a exemplo do policial reformado Ronnie Lessa e do ex-policial militar Élcio Queiroz, detidos desde março de 2019, acusados de serem os autores materiais do crime. Quando foi preso, Lessa, que possui cadastro como colecionador e atirador, estava com partes para montar 60 fuzis. Com o decreto de Bolsonaro, Lessa ou qualquer outro CAC poderá comprar, legalmente, 30 carabinas. Para transformar essa arma semiautomática numa arma automática o proprietário só precisará contrabandear o chamado kit rajada, o que é bem mais simples do que comprar todas as partes, separadamente.

Na avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, Zona Oeste carioca, está localizado o condomínio Vivendas da Barra. Na rua C, terceira via à esquerda de quem entra no condomínio, fica a casa de Jair Bolsonaro. Na mesma rua C, cerca de 70 passos da casa de “seu Jair”, fica o imóvel alugado por outro morador famoso, o miliciano Ronnie Lessa. De acordo com reportagem da revista *ÉPOCA*, assinada por Antônio Werneck e publicada em abril de 2019, a casa alugada por Lessa “é daquelas que se enquadram na definição de alto padrão: tem cerca de 420 metros quadrados de área construída e está avaliada em pouco mais de R\$ 4 milhões. O imóvel conta

com três vagas na garagem e tem cinco suítes. O terreno é cercado por jardim e possui um espaço gourmet com churrasqueira”. Um padrão bem distante daquele que pode ser considerado compatível com o salário de um sargento reformado da PM do Rio de Janeiro, cerca de R\$ 7.400,00.

De acordo com reportagem do *Jornal Nacional* [TV Globo], que foi ao ar na noite de 29 de outubro de 2019, às 17h10min do dia do assassinato de Marielle e Anderson, o porteiro do Vivendas da Barra registrou no livro de visitantes do condomínio o nome de Élcio Queiroz, que teria anunciado como destino a casa 58, pertencente a Jair Bolsonaro, embora tenha se dirigido mesmo à de número 66, endereço de Ronnie Lessa. De acordo com a investigação do caso, minutos depois Lessa e Élcio deixaram o condomínio no carro do primeiro para, em seguida e em um local próximo ao endereço de onde tinham partido, embarcarem no carro usado no crime.

Com a repercussão dos fatos, o presidente da República cuidou de tomar posse pessoal das gravações da portaria do condomínio Vivendas da Barra, o que o faz por meio de seu filho e vereador Carlos Bolsonaro [Republicanos]. Os muitos detalhes dessa história estão na reportagem do JN e em uma notícia crime apresentada pela Associação Brasileira de Imprensa [ABI], em que a entidade requer que seja determinada a instauração de inquérito policial pelo Supremo Tribunal Federal [STF] para apurar os fatos e as condutas notificadas na ação.

Lessa e Élcio foram recrutados pelo chamado Escritório do Crime, uma organização criminosa formada por matadores de aluguel com atuação no Rio de Janeiro. Na cúpula do Escritório estavam Adriano da Nóbrega [ex-Bope e miliciano], Ronald Paulo Alves [major da PM e miliciano] e Jorge Moreth [miliciano]. Morto no início de 2019 na Bahia, em uma operação policial recheada de interrogações, Adriano era amigo de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro [Republicanos] e articulador do esquema das famosas “rachadinhas” no gabinete do então deputado estadual fluminense. Foi através de Fabrício que a mãe e a esposa de Adriano passaram a integrar a folha de pagamentos do gabinete de Flávio na Alerj, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Quando estourou o escândalo das “rachadinhas” e das movimentações suspeitas envolvendo os amigos Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz e familiares de ambos, o ex-assessor foi se esconder na região de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, território controlado por milicianos ligados a Adriano da Nóbrega.

Em junho de 2005 a Alerj, acatando proposição de Flávio Bolsonaro, agraciou Adriano da Nóbrega com a medalha Tiradentes, a mais alta honraria do Legislativo fluminense. O miliciano não compareceu à solenidade de entrega da comenda porque se encontrava preso, acusado

pelo homicídio do guardador de carros Leandro dos Santos Silva, 24, morador de Parada de Lucas, na zona norte carioca. O crime se deu após o jovem ter denunciado um grupo de policiais do Grupamento de Ações Táticas [GAT] do 16º BPM [Olaria], comandados por Adriano, pela prática de extorsão e ameaça. O miliciano já havia sido homenageado pelo filho do atual presidente em 2003 e por mais de uma vez Flávio visitou Adriano na prisão, quando este aguardava julgamento pelo assassinato de Leandro. A informação foi dada ao jornal *O Globo* pelo sargento da PM e atual vereador da cidade do Rio de Janeiro, Ítalo Ciba [Avante], que à época aguardava julgamento junto com Adriano, acusado de participação no mesmo crime. Foi numa dessas visitas que o capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais [Bope] recebeu a medalha Tiradentes das mãos do próprio Flávio Bolsonaro.

As homenagens ou deferências da família Bolsonaro a milicianos não estavam restritas ao parlamento fluminense. Em 2003, o deputado federal Jair Bolsonaro, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, declarou que “enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo”. Em 2005, o mesmo Bolsonaro fez um discurso no plenário da Câmara, através do qual manifestava sua indignação com a condenação de Adriano da Nóbrega, em primeira instância, no caso do assassinato do guardador de carros. Após julgamento de recurso em segunda instância, Adriano foi solto em 2006 e continuou com um coturno no Bope e outro na milícia, deixando a PM somente em 2013, quando foi expulso da corporação.

O major e miliciano Ronald Paulo, que aparece na linha de comando do Escritório do Crime, era chefe da milícia de Muzema, no bairro Itanhangá, de onde partiu o carro de placa clonada utilizado pelos assassinos de Marielle e Anderson. Em 2004, Ronald recebeu moção de louvor e congratulações do então deputado Flávio Bolsonaro, “pelos importantes serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro”. A homenagem foi prestada quando o miliciano já era investigado como um dos autores de uma chacina de cinco jovens na antiga boate Via Show, em 2003, na Baixada Fluminense, da qual participara também o capitão Adriano da Nóbrega.

Para abreviar, vamos dar aqui um pequeno salto no tempo nesse passeio sobre a relação do clã Bolsonaro com as milícias. Durante um evento ao lado de Jair e Flávio Bolsonaro, em 2016, o coronel Fernando Salema, à época comandante do 12º BPM [Niterói/RJ], elogiou publicamente Flávio e referiu-se a Jair como “nosso presidente”. Salema seria eleito deputado estadual fluminense em 2018, pelo PSL, mesmo partido do então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Investigações do Grupo de Combate ao Crime Organizado [Gaeco] do Ministério Público do Rio de Janeiro dão conta de que, no dia 5 de setembro de 2018, o coronel Salema participou de um ato de campanha em favor de sua candidatura à Alerj. O encontro aconteceu no Engenho

Pequeno, em São Gonçalo, onde fica o 7º BPM, do qual o coronel foi comandante. Até aí nenhum problema, não fosse o fato de o evento ter sido promovido por um grupo de milicianos comandado por Luís Cláudio Freires da Silva, o Zado. Escutas telefônicas do Gaeco, autorizadas pela Justiça, revelam que o encontro foi articulado por Alex Sandro da Silva, braço-direito de Zado. Salema, que na Alerj ocupa a vice-presidência da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, voltaria ao Engenho Pequeno duas semanas depois da atividade de campanha.

No livro “A República das milícias – dos esquadrões da morte à era Bolsonaro”, lançado no início deste mês pela Todavia, o cientista político e jornalista Bruno Paes Manso, lembra que “a família Bolsonaro cresceu e se fortaleceu num ambiente por ela definido como de guerra urbana”. Para Paes Manso, a construção de um bode expiatório amedrontador era fundamental para a sobrevivência do ódio que mantinha o poder do clã e “ajudava a enriquecer os policiais e paramilitares que conheciam os caminhos para faturar com o medo da população”.

Ao declarar naquela reunião de abril, em meio a palavrões e xingamentos, que quer “todo mundo armado”, Bolsonaro parecia mesmo dizer: eu quero todas as minhas milícias armadas. Pelo menos é isso que seu histórico de proximidade e defesa de milicianos nos leva a ler nas entrelinhas. Tenho escrito e falado, já de algum tempo, sobre a ameaça de autogolpe paramilitar que faz parte do projeto de poder dos Bolsonaro e alguns de seus seguidores mais extremistas, enquanto os representantes das principais instituições do país seguem empenhados em salvar a economia e os interesses de uma elite econômica e política míope e torpe.

Como facínora, Bolsonaro aposta na guerra de todos contra todos e põe em marcha acelerada sua necropolítica<sup>21</sup>, não apenas quando a pauta é a questão armamentista ou a atuação das milícias e a violência do braço armado do Estado. O faz também quando legitima a ação da ala “terrivelmente evangélica” de seu governo, representada pela ministra Damares Alves [Mulher, Família e Direitos Humanos], que de forma recorrente e em nome de Deus e da família tradicional, tem ameaçado frontalmente a vida e a laicidade do Estado. E aqui é importante e necessário registrar que Damares, assim como Silas Malafaia, Edir Macedo e outros líderes religiosos fundamentalistas aliados a Bolsonaro não representam o pensamento e o agir de todos os evangélicos do país.

---

<sup>21</sup> Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe. Para ele, quando se nega a humanidade do outro, qualquer violência se torna possível, de agressões até morte.

Bolsonaro avança com sua necropolítica ao minimizar os riscos da pandemia do novo coronavírus e negligenciar as mortes daí decorrentes. Ao cancelar as intenções do ministro Ricardo Sales [Meio Ambiente] de aproveitar a pandemia para passar as reformas infralegais de desregulamentação e simplificação da legislação ambiental ou, como ele mesmo disse da reunião de abril, “ir passando a boiada”.

A propósito da pauta ambiental e da questão agrária, após serem derrotados na tentativa de passar a medida provisória 910, que ficou conhecida como MP da grilagem, aliados de Bolsonaro no Congresso Nacional tentam emplacar o projeto de lei 2633/2020, uma versão maquiada da medida provisória. Assim como a MP, o PL pretende premiar o crime de grilagem que, especialmente na Amazônia, vem quase sempre acompanhado de outros crimes como desmatamento e garimpo ilegais, além de assassinatos de lideranças dos povos originários e comunidades tradicionais e outros defensores da floresta e dos direitos de seus povos.

O projeto de morte do antipresidente é responsável pelo crescimento da violência no campo e na floresta, que coloca em risco a vida de lideranças indígenas, extrativistas, ribeirinhas e camponesas como Erasmo Alves Teófilo, da distante Anapu, no Pará. Uma das principais lideranças na Volta Grande do Xingu em luta permanente contra o poder de destruição da grilagem que ganhou força nos últimos anos, Erasmo já foi ameaçado de morte diversas vezes e sobreviveu a algumas tentativas de assassinato. “Eu não sei o que é sair de casa. Eu não sei o que é trazer meu filho pra ver um parque aqui em Anapu”, declara Erasmo com a voz embargada e os olhos marejados, para em seguida afirmar a sua disposição de continuar lutando por acreditar que tem um propósito na vida. Me somo aqui à jornalista Eliane Brum, à cineasta recifense Yane Mendes e a tantas outras pessoas em todo o mundo, para afirmar que “eu não quero Erasmo virando camiseta no final de ano”. Eu quero, aqui e agora, a luta pela vida dele e de tantos outros e outras que, na Amazônia e em várias partes do planeta, se opõem corajosamente ao projeto genocida e suicida do um por cento, que conta com a cumplicidade ou o silêncio ensurdecedor – esta, também uma forma de cumplicidade – de parcela cada vez maior dos noventa e nove por cento.

O racismo, a homofobia e todas as outras formas de preconceito que integram a verborragia de Bolsonaro e seus filhos, desde bem antes da chegada do capitão à presidência da República, não são apenas um repertório de palavras politicamente incorretas, mas parte da munição que fornecem, de forma deliberada, a seus seguidores e simpatizantes. Os Bolsonaro sabem que precisam do ódio para seguir com seu projeto de poder e sabem jogar com o medo e a incerteza que nos pautam nesses tempos, para consolidar suas ambições. E eles sabem também que é

preciso ter pressa, já que nada é para sempre. Talvez por isso, se arrisquem em algumas jogadas que podem parecer – e talvez o sejam – muito arriscadas.

O Bolsonaro que hoje está aí, ocupando a presidência da República, não é muito diferente do deputado federal que por quase três décadas integrou o chamado baixo clero do parlamento brasileiro, agindo nas sombras e no aparente anonimato, sempre legitimado pelos votos que o elegeram pela primeira vez em 1990 e o reconduziam ao cargo nas eleições seguintes. O Bolsonaro presidente está, na verdade, cumprindo as promessas de campanha do Bolsonaro candidato e age com a anuência ou o silêncio de parte do Parlamento, do Judiciário e do Ministério Público, mais preocupados em resguardar os interesses do deus mercado.

Contudo, Bolsonaro conta também com a cumplicidade de parcela expressiva da população e, embora essa não seja uma tarefa fácil, precisamos reconhecer que a ascensão de Bolsonaro fez emergir do esgoto de nossa história mal resolvida, por ter sido também mal contada, todo o ranço autoritário e toda a podridão das velhas estruturas de poder que, de alguma forma, aqui e acolá, muitos de nós seguem reproduzindo e consolidando, ainda que de forma mais velada, sem o escancarar e sem a violência explícita de “seu Jair” e suas tropas.

Enquanto acreditarmos que a ameaça mora no morro ou nas regiões mais periféricas da cidade, que bandido bom é bandido morto e que este se reconhece pela condição social e pela cor da pele, que o perigo dorme abandonado na calçada da cidade que corre apressada e indiferente, que Deus está sendo desrespeitado pelo amor sem preconceitos e que a única fé válida é aquela que me guia. Enquanto reproduzirmos o mito de que a comunhão, a partilha e a solidariedade são coisas de comunistas e que estes [não os bancos] querem tomar minha casa ou qualquer outro bem material que custaram tanto suor e trabalho [não necessariamente meu]. Enfim, enquanto a maioria de nós seguir escolhendo a hipocrisia como jeito de ser e estar neste mundo, talvez Bolsonaro e tudo que ele representa nos baste. Talvez seja o que nos resta, até que tenhamos coragem de romper os grilhões que nos aprisionam e nos paralisam neste triste e cinzento tempo de sombras e ilusões.

## O RACISMO NOSSO DE CADA DIA

25NOV2020

Começo este artigo reconhecendo meu lugar de fala: um homem de pele clara que nunca precisou lidar diretamente com o preconceito racial, embora já tenha experimentado outras formas de preconceito. Ter consciência do lugar de fala me parece sempre fundamental e exige um exercício permanente e desafiador de humildade, escuta e acolhimento. Contudo, especificamente em relação ao racismo, como nos lembra Ângela Davis, filósofa e ativista estadunidense, “não basta não ser racista, devemos ser antirracista”. É nessa perspectiva e com esse compromisso político que me posiciono aqui e sempre que sou chamado a dialogar e aprender sobre o tema e a realidade que o cerca.

### ***Carrefour: vous avez du sang noir sur vos mains***

Na noite de quinta-feira, 19, véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, o Beto Freitas, um homem negro de 40 anos de idade, morador da Vila do IAPI, foi morto por dois seguranças do Grupo Carrefour, no estacionamento da loja localizada no bairro Passo d’Areia, na capital gaúcha. O caso ganhou ampla repercussão após o vídeo com as imagens da sessão de espancamento e asfixia correr mundo através das redes sociais e de grupos de aplicativo de celular.

Na sexta-feira [20], a matriz do grupo Carrefour, na França, através de seu presidente e CEO Alexandre Bompard, emitiu uma brevíssima nota pelo Twitter em que expressa seus “profundos sentimentos, após a morte do senhor João Alberto Silveira Freitas” e declara ter pedido às equipes do Carrefour Brasil “total colaboração com a Justiça e autoridades para que os fatos deste ato horrível sejam trazidos à luz”. Numa clara tentativa de terceirização da responsabilidade pela política de segurança privada do Carrefour, Bompard escreveu no mesmo microblog que medidas internas foram tomadas pelo grupo no Brasil, principalmente em relação à empresa de segurança contratada. Contudo, o histórico de racismo envolvendo o Carrefour aponta na contramão das frágeis tentativas de tapar o sol com a peneira, apresentadas por seu presidente.

Em 2009, Januário Alves de Santana foi submetido a uma sessão de espancamentos por cerca de cinco seguranças do Carrefour da Avenida dos Autonomistas, em Osasco/SP. Januário, um homem negro de 39 anos, foi abordado por seguranças da loja sob a acusação de tentar roubar seu próprio carro, um EcoSport. A sessão de torturas físicas, que durou cerca de 20 minutos, só foi encerrada com a chegada da polícia, que passou a protagonizar as humilhações impostas a Januário. Ele contou à agência de notícias AfroPress que um dos policiais chegou a dizer que o

mesmo tinha “cara de que tem pelo menos três passagens”, jargão policial para referir-se a pessoas com registro de antecedentes em delegacias de polícia.

Em março de 2012, a 6ª turma do Tribunal Superior do Trabalho [TST] condenou o Grupo Carrefour a pagar R\$ 100 mil à ex-funcionária Sylvia Barcellos, por danos morais. Mulher negra, durante os 14 anos em que trabalhou na empresa Sylvia foi vítima de discriminação racial, tratamento grosseiro e excesso de trabalho. Contratada em 1994 para trabalhar como chefe de seção no Carrefour Sul, em Brasília, ela acabou acumulando as funções de chefe de seção, gerente de caixa e secretária de diretor. O histórico da abusiva relação de trabalho incluiu assédio moral e terror psicológico por parte de um diretor, que chegou a chamá-la de “macaca” na frente de outros funcionários.

As ofensas e cobranças excessivas a que Sylvia foi submetida resultou no desenvolvimento da Síndrome de Burnout, também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional. De acordo com a publicação Saúde de A a Z, do Ministério da Saúde, trata-se de um “distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demanda muita competitividade ou responsabilidade”.

Era outubro de 2018, Luís Carlos Gomes, outro homem negro, abriu uma lata de cerveja dentro da loja do Carrefour localizada no bairro Demarchi, em São Bernardo do Campo/SP. Foi o bastante para que o gerente e um segurança da loja passassem a segui-lo e xingá-lo, mesmo após Luís declarar que tinha a intenção de pagar a cerveja e as demais mercadorias que estava escolhendo nas prateleiras.

Como revelou matéria publicada quase cinco meses depois, em março de 2019, pelo portal de notícias G1, “de acordo com o relatado no processo, Luís teria se sentido mal diante das investidas e deixou seus documentos e cartão de banco com a atendente de caixa, informando-a que iria ao banheiro para se recompor, sendo acompanhado pelo gerente de prevenção e segurança da empresa”. Lá passou a ser agredido fisicamente pelos funcionários, que o deixaram no chão do banheiro e voltaram para a loja como se nada tivesse acontecido. Em seguida Luís Carlos retornou ao caixa para pagar suas compras, inclusive a cerveja, pediu para falar com o gerente da unidade e ao anunciar que iria ligar para a polícia, voltou a ser agredido física e moralmente, inclusive com ofensas de conotação racista. A intervenção de outros clientes impediu que as agressões prosseguissem. Desde 2019 corre no Tribunal de Justiça de São Paulo, mais precisamente no Foro de São Bernardo do Campo, um pedido de indenização por dano moral, apresentado por Luís Carlos Gomes contra o Grupo Carrefour. A causa está estimada em R\$ 200 mil e até o último dia 16 aguardava decisão do juiz da Comarca.

Também em 2018, outra loja do Carrefour foi palco da violência que provocou a morte da cadela Manchinha. O fato aconteceu no final de novembro, na cidade de Osasco/SP, e o animal foi espancado com uma barra de ferro por um dos seguranças da loja. Como se vê, a violência faz parte do modus operandi com que a área de segurança do Grupo Carrefour lida com a proteção ao seu patrimônio e com a presença de indesejáveis.

No final de agosto último, o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro [MPT/RJ] ajuizou uma ação civil pública contra o Atacadão S.A, empresa do Grupo Carrefour Brasil, após denúncia de Nataly Ventura da Silva, mulher negra demitida da empresa após ser vítima de atos de racismo praticados por Jeferson Emanuel Nascimento, que chegou a escrever num avental do setor onde ambos trabalhavam, numa das unidades do Atacadão de Santa Cruz/RJ, a frase “só para branco usar”. De acordo com o MPT, “o ato foi praticado outras vezes e a mulher negra, vítima do crime, foi desligada da empresa, dias depois, sob o argumento de que havia se envolvido em situações conflitivas com os colegas de trabalho”. Jefferson Emanuel, ao contrário, só foi desligado da empresa após a denúncia dos fatos ao MPT, embora documentos de sindicância interna apontassem práticas de racimo pelo mesmo empregado em ocasiões anteriores, o que evidencia a conivência da empresa com tais atitudes.

Como esses, existem outros tantos casos de racismo envolvendo o grupo francês no Brasil, além de uma quantidade ainda maior de denúncias de assédio moral, violações de direitos trabalhistas e desrespeito à vida. Em agosto deste ano, o promotor de vendas Moisés Santos, de 53 anos, faleceu enquanto trabalhava em uma unidade do Grupo Carrefour, em Recife/PE. O corpo de Moisés foi coberto com guarda-sóis e cercado por caixas até a chegada da equipe do Instituto Médico Legal [IML], após horas de espera. Enquanto isso, a loja seguiu aberta e os funcionários foram orientados a continuar trabalhando como se nada tivesse acontecido.

Em maio de 2019, a Justiça do Trabalho de São Paulo concedeu liminar contra o Carrefour, após o Sindicato dos Comerciários de Osasco e Região denunciar a prática de controle da ida dos empregados ao banheiro em lojas do grupo nas cidades de Barueri, Carapicuíba, Embu, Itapevi, Jandira, Osasco e Taboão da Serra. Para a juíza Ivana Meller Santana, da 5ª Vara do Trabalho de Osasco, após a apuração das denúncias ficou constatada a existência de condições consideradas degradantes para os trabalhadores.

### ***Boicote: é preciso atacar o centro do poder***

Em setembro deste ano, o Grupo Carrefour somava 699 lojas instaladas no Brasil, incluindo varejo, atacado, postos de gasolina e drogarias. Em meados de fevereiro último, o grupo francês anunciou a aquisição de 30 lojas do atacadista Makro por R\$ 1,95 bilhão, que serão convertidas

para a marca Atacadão, adquirida pelo Grupo Carrefour em 2007. Junto com a aquisição de fevereiro estão 14 postos de combustíveis operados pela holandesa Makro, que serão incorporados à rede de postos da gigante francesa. De acordo com o próprio presidente do conselho de administração e CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, o mercado brasileiro é o segundo maior para o grupo depois da França.

Sem qualquer compromisso com a vida das pessoas, o Carrefour se guia pela perversa lógica de aumento dos lucros e redução dos custos, como revela o alardeado plano de transformação global “Carrefour 2022”, que inclui a demissão de 2,4 mil profissionais na sede do grupo, na França. Além das marcas Carrefour e Atacadão, o grupo francês atua no Brasil através do Banco Carrefour e da Carrefour Property, que opera shopping centers e administra a locação de espaços em lojas instaladas em imóveis próprios do grupo.

Diante dos protestos que se espalharam pelo Brasil e da repercussão negativa internacional do recente episódio de Porto Alegre, o Grupo Carrefour tem concentrado seus esforços na proteção de sua imagem, enquanto lida com a queda do valor de suas ações no mercado financeiro. Na segunda-feira [23], a empresa perdeu R\$ 2,16 bi em valor de mercado, com as ações do Carrefour Brasil caindo mais de 5% na Bolsa de Valores de São Paulo [BOVESPA] e as ações do grupo na Bolsa de Valores de Paris despencando 2,2% na mesma data. A desvalorização das ações no mercado financeiro e a redução das vendas talvez sejam as únicas mensagens capazes de preocupar efetivamente os acionistas e dirigentes do Carrefour. Daí a importância do boicote e da continuação e intensificação dos protestos nas redes sociais e nas lojas do grupo em todo o mundo.

### ***Lucros elevados e conflitos de interesse***

Outra discussão que pede urgência no Brasil está relacionada ao mercado de segurança privada. Um levantamento feito pelo *The Intercept Brasil*, publicado em julho de 2018, apontou que empresas de segurança, legais e clandestinas, “são controladas, em alta proporção, por quem deveria contribuir, em suas funções públicas, para um ambiente mais seguro”. Somente no Rio de Janeiro eram, em 2018, “pelo menos 162 empresas de segurança, de um total de 638, registradas em nome de 188 policiais militares, policiais civis, federais, agentes penitenciários, bombeiros e inclusive integrantes das Forças Armadas”, aponta a reportagem. “Algumas, num aparente esforço de ocultação, estão no nome de familiares próximos, como a mãe ou a esposa. É razoável imaginar que haja outras empresas ligadas a agentes da lei, registradas em nome de laranjas, e que não foram identificadas pela reportagem. A lei permite que eles participem de empresas desse modelo, desde que como acionistas, não administradores. Há ainda,

consultorias tocadas por agentes de segurança, como o ex-secretário de segurança pública do Rio José Mariano Beltrame”. Vale lembrar que o Grupo Vector, responsável pela segurança da loja do Carrefour onde João Alberto foi assassinado no último dia 19, tem entre seus sócios dois policiais militares e um policial civil de São Paulo. Além disso, um dos envolvidos diretos na morte de João Alberto é o policial militar temporário Giovani Gaspar da Silva, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O outro é Magno Braz Borges e ambos trabalhavam para o Grupo Vector e estavam a serviço do Grupo Carrefour na ocasião do crime, o que torna as duas empresas corresponsáveis por seus atos.

Voltando à reportagem do *The Intercept Brasil*, entre 2002 e 2015 o faturamento nominal do setor de segurança privada no Brasil “passou de R\$ 7 bilhões para R\$ 50 bilhões, segundo dados da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores”. Esse crescimento apressado do faturamento das empresas de segurança privada vem acompanhado da intensificação do conflito de interesses para os agentes públicos envolvidos com as atividades do setor.

### ***O racismo nosso de cada dia***

Em seu livro *Racismo Estrutural*, publicado em 2019 pela Pólen Livros, o filósofo e professor Sílvio Almeida nos apresenta três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, explica Almeida, o racismo é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. “Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” a ser combatido no campo jurídico. “Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo”, analisa o filósofo.

Sílvio Almeida considera que a concepção institucional significou um importante avanço teórico no campo das relações raciais, uma vez que o racismo passou a ser “tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. Nessa perspectiva, a desigualdade racial é uma característica da sociedade “não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos”.

Por fim, ao tratar da concepção estrutural, Almeida nos lembra que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”. E ele é direto ao afirmar que as instituições são

racistas porque a sociedade é racista. Recorto aqui mais um trecho do livro de Sílvio Almeida, cuja leitura considero fundamental. “Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade”.

Nos últimos dias, um grupo de 34 juízes e juízas de Pernambuco protagonizou uma das expressões mais claras de racismo presente no judiciário brasileiro. Em nota, o grupo se manifesta contrário à realização de uma série de atividades promovidas pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco [AMEPE], através de sua Diretoria de Direitos Humanos, com o objetivo de informar, provocar reflexão e contribuir para a promoção de uma postura antirracista, visando discutir e combater o racismo. No manifesto, o grupo afirma que “a infiltração ideológica das ‘causas sociais’ nas pautas levantadas pela AMEPE vem causando indignação e desconforto em um número expressivo de associados”. A expectativa do grupo em torno de um órgão de classe “repousa na simples ideia de defesa incondicional dos interesses dos juízes” e “nenhum recurso material ou imaterial da nossa associação deve ser despendido para atender interesses outros que não o bem estar dos seus associados e a proteção das tão aviltadas prerrogativas da nossa função”, afirma o documento. Uma das iniciativas da Diretoria de Direitos Humanos da AMEPE, repudiada pelos signatários do manifesto, foi a produção da cartilha *Racismo nas Palavras*. Vale ressaltar que a AMEPE possui, atualmente, mais de 500 associados e associadas e a nota divulgada pelos 34 membros que a subscrevem não representa o pensamento do conjunto do quadro social da entidade. Da mesma forma, embora sejam notórias a elitização e o corporativismo do judiciário brasileiro, há um importante conjunto de juízes e juízas disposto a fazer o contraponto aos que, como membros do Judiciário, se julgam no “topo da carreira pública” com uma “missão diferenciada”, para usar aqui expressões do próprio manifesto do grupo de Pernambuco. Remando rio acima estão Fernanda Orsomarzo, Gabriela Lenz de Lacerda, Valdete Souto Severo, Luís Carlos Valois e tantas outras e outros, em bom número presentes na Associação Juízes para Democracia.

Enquanto Bolsonaro se declara daltônico [sic] e diz que “existem homens bons e homens maus”, sendo “nossas escolhas e valores que fazem a diferença” o vice-presidente Hamilton Mourão, questionado sobre o assassinado de João Alberto, declarou a jornalistas no Palácio do Planalto que no país da casa grande e da senzala não existe racismo e que “essa é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil”. Se as declarações de Bolsonaro e Mourão não me causam qualquer estranhamento, a aparente surpresa de parte da imprensa com as declarações do general, tido por alguns como “moderado”, me embrulham o estômago. Afinal, onde está a surpresa? O

mesmo Mourão que diz não existir racismo no Brasil, exalta o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura instalada a partir daí, afirma que seu herói, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, “foi um militar de honra” e considera que o problema do Brasil está nos povos originários. Antes que alguém esqueça, em agosto de 2018, o então candidato a vice-presidente Hamilton Mourão declarou que o “caldinho cultural” do Brasil inclui a “indolência” dos povos indígenas e a “malandragem” dos negros africanos. Como se pode ver, Mourão é tão perverso e desprezível quanto Bolsonaro.

De volta a novembro de 2020, a mesma mídia que tenta apresentar Mourão como “o moderado”, se encarregou de criminalizar os protestos que tomaram conta do país após o assassinato de João Alberto nas dependências da loja do Carrefour na capital gaúcha. Algumas notícias e comentários de jornalistas sobre os atos, realizados principalmente nas capitais, rotularam as manifestações como “vandalismo” e deram destaque à “destruição do patrimônio” do Grupo Carrefour, como se fosse possível estabelecer qualquer paralelo entre a morte de Beto e a “morte” de uma vitrine ou a pichação da fachada de uma loja do Carrefour. Ao ler ou ver esses conteúdos lembrei-me, de pronto, do dramaturgo e poeta alemão Bertold Brecht: “A corrente impetuosa é chamada de violenta. Mas o leito do rio que a contém, ninguém chama de violento. A tempestade que faz dobrar as bétulas é tida como violenta. E a tempestade que faz dobrar os dorsos dos operários na rua?”

A Carne – composição de Marcelo Yuca, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti, imortalizada na voz de Elza Soares – denuncia que “a carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico; que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos”. Em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras e entre 2008 e 2018 o número de homicídios de pessoas negras no país aumentou 11,5%, enquanto entre pessoas não negras caiu 12,9%, segundo dados do Atlas da Violência 2020, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Quando olhamos para o perfil da população carcerária brasileira, que triplicou nos últimos 20 anos, encontramos que 2/3 dela é negra. Em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%, de acordo com dados da 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em outubro deste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Recorro mais uma vez ao professor Sílvio Almeida para lembrar que, “por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo”. Até quando seguiremos apenas nos indignando? Até quando seguiremos esperando uma nova barbárie, mais um sangue de preto ou preta derramado no asfalto ou no morro, no

estacionamento do supermercado ou no bairro rico da cidade, para protestarmos contra o racismo? E principalmente, quando iremos nos comprometer, pela prática cotidiana, com o enfrentamento do racismo nosso de cada dia?

## 2020: UM ANO PARA NÃO SER ESQUECIDO

31DEZ2020

Um ano marcado por uma pandemia que escancarou as consequências e fragilidades de nossa arrogância antropocêntrica e expos as ilusões e feridas de um modo de vida profundamente marcado pela exclusão, a indiferença e a ausência de empatia. Esse foi 2020, um ano que patenteou a capacidade da maioria de nossa espécie seguir indiferente às vidas que se perdem na estrada tortuosa e acidentada de um modelo civilizatório que a tudo reifica e nos rende à voraz ilusão de que o amanhã está à venda.

O Brasil das quase 200 mil mortes por Covid-19 e do antipresidente negacionista – que trata a pandemia como “gripezinha” e faz campanha escancarada de desestímulo à vacinação – é o mesmo em que crianças como Ághata Felix [8], Kauê Ribeiro [12], Kauã Vitor [11], João Pedro [14], Rebeca Beatriz [7] e Emilly Victoria [4] são assassinadas durante operações policiais em comunidades pobres e periféricas do Rio de Janeiro. Esses casos se somam a tantos outros, espalhados por todo o Brasil, em que a violência do braço armado do Estado faz, de forma seletiva, suas vítimas diretas, numa lógica de guerra contra um inimigo interno que tem cor, classe social e endereço previamente definidos.

Enquanto isso, Jair Bolsonaro [sem partido] segue insistindo na ampliação da exclusão de ilicitude prevista no artigo 23 do Código Penal brasileiro. O texto atual estabelece que excessos devem ser investigados e punidos e, no caso dos agentes de segurança pública, há que se apurar a necessidade da ação e se essa foi uma resposta proporcional à ameaça identificada.

Considerado um dos pontos mais polêmicos do Pacote Anticrime, apresentado no início de 2019 pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o trecho que tratava da excludente de ilicitude foi retirado da proposta original. O projeto de Moro previa que, ao julgar os excessos indicados no Código Penal, o juiz poderia reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso fosse decorrente de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

Em novembro de 2019, Bolsonaro apresentou um novo projeto ao Congresso Nacional, desta vez propondo a ampliação dos casos de exclusão de ilicitude para beneficiar militares das Forças Armadas e policiais envolvidos em operações de Garantia da Lei e da Ordem [GLO], quando seus integrantes possuem temporariamente o poder de polícia. A proposta pretende flexibilizar as hipóteses de legítima defesa em operações como a que ocorreu no Rio de Janeiro em 2018, quando o Exército assumiu o controle da Segurança Pública no estado. Para Mauricio Dieter, professor de Criminologia e Direito Penal da Universidade de São Paulo [USP], o projeto é uma aventura jurídica e uma bobagem autoritária. “É uma tentativa de criar uma licença para matar

em um país que já tem um índice altíssimo de mortes em decorrência de ações policiais”, declarou Dieter à BBC News Brasil, no final de novembro de 2019.

O assunto voltou à baila no último dia 15, durante discurso do antipresidente para uma grande quantidade de pessoas que se apinhavam em um dos galpões da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo [Ceagesp], em total despeito às normas de segurança sanitária, a começar pelo próprio capitão palaciano. Avisado, por um de seus assessores, de que naquela data a PM de São Paulo completava 189 anos, Bolsonaro aproveitou para anunciar que aguarda a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado, no início de fevereiro de 2021, para voltar a colocar em pauta a excludente de ilicitude.

A agenda de 2020 incluiu também o assassinato de Beto Freitas por seguranças do Grupo Carrefour em uma das lojas da rede de supermercados em Porto Alegre. O episódio fez eclodir uma onda de protestos contra crimes de racismo no Brasil que parecia apontar para um movimento mais duradouro e intenso de reação e discussão do racismo nosso de cada dia. Pouco mais de um mês depois, quase não se fala mais no caso e muitas pessoas que prometeram boicote ao Grupo Carrefour como forma de protesto contra sua violenta política de segurança interna, escolheu exatamente uma das lojas do grupo para suas compras de fim de ano.

Se houve alguma reação, ainda que por pouco tempo, ao assassinato de Beto Freitas, o que se viu na morte de Carlos Eduardo Pires de Magalhães foi uma indiferença terrificante. Era manhã de sexta-feira, 27 de novembro, quando o corpo de Cadu, um dos apelidos que ganhara nas ruas onde vivia, tombou entre as mesas de uma padaria localizada nas proximidades da praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, zona sul carioca. Em total indiferença à morte, estágio agravado da indiferença à vida, os presentes ao comércio naquele início de dia seguiram com o ritual do café da manhã enquanto, para não causar desconforto, o corpo sem vida deitado ao lado seguia separado por uma barricada de mesas e coberto por um saco plástico preto, mesma cor de sua pele. Foram mais de duas horas até a chegada do SAMU para remoção do corpo de um homem que, em vida e em meio à dureza do dia a dia, protagonizou histórias de gentileza e cuidado, como revelam os depoimentos colhidos por Júlia Barbon para reportagem publicada pela Folha de S. Paulo.

### ***Ali passava boi, passava boiada***

Por mais absurdo que possa parecer, os planos do ministro Ricardo Salles [Meio Ambiente], de aproveitar a pandemia para “passar a boiada” enquanto a atenção da imprensa estava voltada para os efeitos da Covid-19, não foram afetados pela ampla repercussão negativa da divulgação do vídeo da reunião de 22 de abril em que Salles anuncia suas intenções de passar reformas

“infralegais”, de “simplificação” e “desregulamentação” de leis ambientais. Entenda-se por reformas infralegais, no contexto da fala do ministro do Meio Ambiente [MMA], qualquer ato do Executivo que independe de aprovação do Congresso Nacional, a exemplo de decretos, portarias, instruções normativas e resoluções.

Na verdade, Salles vem tocando a boiada desde o início de sua gestão à frente do MMA, o que lhe rendeu uma ação de improbidade administrativa por parte de um grupo de procuradores do Ministério Público Federal [MPF], que requer também o seu afastamento do cargo. Para o procurador Júlio Araújo, um dos autores da ação, “o que se percebe é que existe uma desestruturação das políticas [ambientais], o que repercute nas violações [de direitos] e nas ilegalidades que são discutidas na ação judicial [de improbidade]”. As declarações do procurador foram dadas a André Shalders, da *BBC News Brasil*. Ricardo Salles tem sido, ao lado de Bolsonaro, um dos principais aliados dos interesses do agronegócio, de grileiros e de outros grupos que agem na contramão da agenda ambiental global e dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais.

Enquanto o mundo reagiu com espanto e preocupação às declarações de Ricardo Salles durante a reunião de 22 de abril, por aqui o ministro do Supremo Tribunal Federal [STF], Alexandre de Moraes, acolhendo parecer da Procuradoria-Geral da República [PGR], arquivou notícia-crime movida pelos senadores Randolfe Rodrigues [Rede/AP] e Fabiano Contarato [Rede/ES], pelo deputado federal Alessandro Molon [PSB/RJ] e pela deputada federal Joenia Wapichana [Rede/RR] contra o titular da pasta do Meio Ambiente, exatamente por suas declarações naquela mesma reunião.

Os efeitos de todo o desmonte da política ambiental brasileira estão escancarados, por exemplo, nos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [Inpe], órgão do próprio governo federal que vem lutando, através de seus servidores, para preservar a autonomia e credibilidade, duramente ameaçadas pelos constantes ataques do Palácio do Planalto. De acordo com os dados do Instituto, a área desmatada na Amazônia entre agosto de 2019 e julho de 2020 foi de 11.088 km<sup>2</sup>, representando um aumento de 9,5% em relação ao período anterior [ago2018 a jul2019]. Durante mais de um ano o Inpe esteve sob o comando interino do coronel da Aeronáutica Darcton Policarpo Damião, responsável por uma série de reformas institucionais que transformaram a contagem regressiva para os 60 anos de criação do órgão, a serem completados no mês de agosto de 2021, numa grande interrogação sobre o porvir. O militar assumiu o cargo em substituição ao físico Ricardo Galvão, exonerado após enfrentar publicamente Jair Bolsonaro, que chegou a qualificar como mentirosos os dados do Inpe sobre aumento de queimadas na Amazônia. No final de 2019, Galvão foi escolhido pela revista *Nature*

como uma das dez personalidades da ciência naquele ano, enquanto Bolsonaro se consolidava como um dos principais vilões ambientais do planeta.

O compromisso do atual governo com o desmonte das políticas ambientais – que por sua vez dialoga à cerca baixa com os interesses de grupos econômicos e políticos que pouco se importam com o futuro do planeta, desde que sua fome insaciável de poder e riqueza material seja alimentada – se revela, também, na própria execução orçamentária. De janeiro a setembro de 2020, o Ministério do Meio Ambiente gastou apenas 0,4% do orçamento anual destinado à proteção da biodiversidade e combate às mudanças climáticas. Dos R\$ 26,5 milhões disponíveis, apenas R\$ 105 mil foram utilizados nos primeiros oito meses de 2020, segundo apurou Danilo Moliterno para o *Jornal do Campus*, produzido por estudantes do curso de Jornalismo da USP. Além disso, o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, entregue ao Congresso Nacional no final de agosto de 2020, reduz o orçamento total do Ministério do Meio Ambiente dos atuais R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,9 bilhões. Com uma agravante: as despesas discricionárias, ou seja, aquelas que não são obrigatórias, passarão de R\$ 448,2 milhões para R\$ 534 milhões.

Outra marca da gestão de Salles à frente do MMA tem sido a censura e a perseguição a servidores públicos, a exemplo da exoneração, no final de abril de 2020, do então coordenador-geral da fiscalização ambiental e do coordenador de operações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama]. As demissões de Renê Luiz de Oliveira e Hugo Ferreira Netto Loss ocorreram logo depois que fiscais do órgão realizaram operações bem-sucedidas contra garimpos ilegais em terras indígenas no Pará.

Este foi também um ano em que assistimos o negacionismo ascender como projeto de poder e como estratégia de legitimação das crenças e concepções de mundo de líderes e grupos políticos de extrema direita em várias partes do planeta. Negar a história, a ciência e a própria política não são, como muitos tendem a acreditar, atitudes de algum sujeito estavariado ou ignorante, mas ações deliberadas e coordenadas, com objetivos muito bem definidos, que vão além de negar que existiu holocausto ou afirmar que não tivemos golpe civil-militar e ditadura no Brasil, como costuma declarar o próprio capitão-presidente, que é capaz de desdenhar de vítimas de tortura durante o regime autoritário instalado no Brasil em 1964, como o fez recentemente em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. Como escreveu Carla Jiménez, no último dia 29, “decrépito torturador de almas, Bolsonaro não cabe no cargo que ocupa, nem cabe no Brasil”. Contudo, como nos lembra a própria jornalista do *El País*, “Bolsonaro não é o mal puro, mas a síntese da maldade coletiva de um Brasil perverso, deformado”. Até quando vamos fazer de conta que está tudo bem, que não representa qualquer problema, o presidente da República fazer apologia à tortura e ter como ídolo declarado o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra,

um dos personagens centrais e mais cruel da mesma ditadura que Bolsonaro finge acreditar que não existiu?

Horas antes de Jair Bolsonaro tomar posse como presidente naquela tarde de terça-feira, 1º de janeiro de 2019, Filipe G. Martins, blogueiro amigo do clã Bolsonaro e que poucos dias depois viraria assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, escreveu em sua conta no Twitter: “A Nova Ordem está aqui. Tudo é nosso! Deus vult!”. A propósito, “Deus vult” [Deus quer] é um grito de guerra medieval associado à Primeira Cruzada [1096 – 1099], convocada pelo papa Urbano II durante o Concílio de Clermont, em 1095.

Segundo o professor de história medieval da Universidade Federal Fluminense, Paulo Pachá, em artigo publicado no *Pacific Standard*, “no Brasil de Bolsonaro, o novo governo e grupos de extrema direita estão propagando uma versão ficcional da Idade Média europeia, insistindo que o período foi uniformemente branco, patriarcal e cristão”. Desde a posse e mesmo antes da eleição, Bolsonaro tem evocado uma suposta tradição judaico-cristã como principal pilar da cultura brasileira e, como escreveu Pachá, “afirmar os laços identitários do Brasil com a Idade Média europeia é também afirmar um conjunto de projetos políticos conservadores antigos e muito específicos”.

Se as motivações para rejeitar as descobertas da ciência no tempo de Galileu Galilei residiam no conflito entre suas teorias [especialmente a teoria heliocêntrica herdada de Copérnico] e as interpretações literais dos textos bíblicos feitas pela igreja católica, hoje o que vemos é, sobretudo, um movimento negacionista motivado, em grande parte, por um pensamento político de extrema direita, embora o fundamentalismo religioso esteja cada vez mais alinhado com essa perspectiva ideológica. Basta observarmos os discursos de negação da crise climática ou dos riscos e efeitos da pandemia da Covid-19, por exemplo. O que embasa os argumentos das pessoas que negam a importância da vacina, senão a mera retórica política e argumentos confusos de teorias da conspiração?

Contudo, é bom lembrar que negacionistas profissionais são habilidosos na construção de argumentos, ainda que falsos, além de eloquentes e persuasivos em seus discursos. Quando o engenheiro agrônomo Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Territorial e uma espécie de conselheiro de Bolsonaro e Salles em questões ambientais, levanta o argumento de que unidades de conservação, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária e florestas preservadas em imóveis rurais inviabilizam o desenvolvimento nacional, ele o faz recorrendo a uma retórica e uma mistura de informações e indicadores que, embora falsos ou distorcidos em sua interpretação e análise, causam impactos e impressionam quem não tem conhecimentos

específicos sobre a temática. Para o guru de Bolsonaro e Salles, a agenda ambiental defendida por organismos internacionais, governos e organizações da sociedade civil de várias partes do mundo integra um plano de países desenvolvidos para expandir suas economias agrícolas e inibir o potencial competitivo do Brasil no setor. Um vídeo produzido pelo *Observatório do Clima* faz uma boa análise dessa retórica e do jogo de informações distorcidas apresentadas por Miranda.

### ***Um perigoso clã no Alvorada***

Ao longo desses dois anos no cargo de presidente da República, Bolsonaro já deu provas suficientes de que vale tudo para proteger os seus – aí incluídos os amigos milicianos – e a si mesmo. Em julho de 2019, ao voltar a falar sobre a intenção de emplacar o filho Eduardo como embaixador do Brasil em Washington [EUA], o antipresidente negou se tratar de nepotismo e assumiu que pretendia, sim, beneficiar seu filho. “Se eu puder dar um filé mignon ao meu filho eu dou”, declarou Bolsonaro em uma de suas transmissões semanais pelas redes sociais na internet. O deputado federal Eduardo Bolsonaro [PSL/SP] tem sido pivô de uma série de declarações polêmicas e até desastrosas no campo das relações internacionais envolvendo, especialmente, a China e alguns países da América Latina. Sua nomeação para o cargo de embaixador – que não se confirmou graças às reações políticas, diplomáticas e da própria opinião pública – teria agravado ainda mais a situação do Brasil no cenário internacional, hoje bastante fragilizada pelas posições do próprio antipresidente e do seu ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Mais do que um cargo em Washington para o terceiro integrante do clã, Bolsonaro pretendia blindá-lo com os benefícios da imunidade diplomática e ampliar as possibilidades de atuação do mesmo na articulação de pautas de ultraconservadoras em outros países, sob as bênçãos de Steve Banon, ex-estrategista de Donald Trump e simpatizante de líderes de extrema direita em várias partes do mundo, a exemplo do próprio Bolsonaro, de Viktor Orbán [Hungria], Matteo Salvini [Itália], Geert Wilders [Holanda] e Marine Le Pen [França]. Banon foi preso em agosto último, acusado de desviar dinheiro de uma campanha de apoio à construção de um muro entre os Estados Unidos e o México. Liberado após o pagamento de uma fiança de US\$ 5 milhões, o editor do site *Breitbart News* viu sua influência ideológica e política abalada e perdeu o apoio de importantes financiadores como Rebekah Mercer, uma das principais apoiadoras da controversa plataforma de mídia social conservadora Parler e cuja família ajudou a fundar a agora extinta empresa de análise de dados *Cambridge Analytica*, que teve papel decisivo na eleição de Donald Trump em 2016. Embora temporariamente recolhido, Banon não pode ser considerado um personagem fora do jogo.

Voltemos ao clã Bolsonaro. O segundo e mais próximo filho do presidente, vereador Carlos Bolsonaro [Republicanos/RJ], é apontado como um dos líderes de um esquema criminoso de produção e propagação de notícias falsas a partir de uma estrutura bancada com dinheiro público, que ficou conhecida como “gabinete do ódio”. Na mira dos ataques desse gabinete estão jornalistas, políticos [inclusive ex-aliados do governo Bolsonaro], artistas, intelectuais, ministros do Supremo Tribunal Federal [STF] e outras pessoas consideradas inimigas do clã Bolsonaro e da ala mais radical do governo. Em artigo publicado no *The New York Times*, no início de agosto de 2020, a jornalista Patrícia Campos Mello escreveu que “a retórica e as ações cada vez mais agressivas do presidente, seus filhos e aliados funcionam como um sinal verde para que milícias bolsonaristas partam das palavras para as vias de fato”.

Com a investigação da Polícia Federal [PF] em inquérito conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, chegando cada vez mais perto da ligação entre Carlos Bolsonaro, assessores do Planalto e youtubers bolsonaristas suspeitos de estimular os ataques antidemocráticos contra ministros do STF, Bolsonaro tem um problema nada fake para começar 2021. Embora ainda não tenha sido concluído, o relatório da PF aponta que “a propaganda de conteúdo extremista no campo digital culmina, de fato, em ações subsequentes: as manifestações reais contra o Estado Democrático de Direito, criando um ciclo que se realimenta, com a difusão das manifestações pelos canais de internet dos produtores, que, por sua vez, são alardeados e replicados em perfis pessoais de redes sociais de agentes do Estado, gerando mais visualizações [difusores]”. Carlos Bolsonaro é citado 43 vezes no inquérito dos atos antidemocráticos, segundo apuração do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Além disso, à medida que as atividades no Congresso sejam retomadas, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito [CPMI] das Fake News voltará a funcionar, embora agora ameaçada pelos parlamentares do chamado Centrão, que passaram de adversários, antes atacados pelo gabinete do ódio, a aliados. Bolsonaro não medirá esforços para proteger o filho Carlos e a si mesmo nessa encrenca e os fisiologistas do Centrão não cobrarão barato essa conta, que já começa a ser paga com nosso dinheiro.

Já o senador Flávio Bolsonaro [Republicanos/RJ] está cada dia mais enrolado no caso das “rachadinhas” no seu gabinete na Assembleia Legislativa fluminense, quando ainda era deputado estadual. Denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro [MP/RJ] por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, o primeiro filho de seu Jair aparece no inquérito como chefe do esquema que tinha como operador o amigo miliciano e então assessor Fabrício Queiroz. Matéria publicada com exclusividade pelo site *The Intercept Brasil*, assinada por Sérgio Ramalho, revela que “Flávio Bolsonaro financiou e lucrou com a construção ilegal de prédios

erguidos pela milícia usando dinheiro público”. Segundo a reportagem, “o investimento para as edificações levantadas por três construtoras foi feito com dinheiro de ‘rachadinha’, coletado no antigo gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio, como afirmam promotores e investigadores sob a condição de anonimato”. A relação da família Bolsonaro com milicianos, inclusive aqueles envolvidos nos assassinatos da vereadora Marielle Franco [Psol/RJ] e do motorista Anderson Gomes, está escancarada no pronunciamento do deputado federal Marcelo Freixo [Psol/RJ], realizado no dia 11 de fevereiro de 2020 no plenário da Câmara dos Deputados, e no artigo publicado no meu blog em outubro do mesmo ano. A propósito do crime político que ceifou sua vida, já são mais de mil dias sem resposta para a pergunta: quem mandou matar Marielle e por quê?

No início de setembro de 2020, acatando pedido da defesa de Flávio Bolsonaro, a juíza Cristina Serra Feijó, da 33ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, proibiu a TV Globo de divulgar informações e documentos sigilosos extraídos da investigação criminal no escândalo da “rachadinha”, que envolve o senador. Quando parecia que mais nada poderia acontecer, eis que surge no enredo a Agência Brasileira de Inteligência [ABIN], protagonizando uma das mais vergonhosas cenas do serviço de inteligência do Estado brasileiro desde o período da ditadura. Tão vergonhosa quanto Augusto Heleno, um dos generais de pijama que circulam pelo Palácio do Planalto e responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional [GSI], ao qual a ABIN está subordinada.

Reportagem da revista *Época*, publicada na edição de 11 de dezembro de 2020, apontam que a Agência teria produzido, a partir de investigações junto à Receita Federal do Brasil [RFB], pelo menos dois documentos com o objetivo de “defender FB [Flávio Bolsonaro] no caso Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro]”. É essa a finalidade indicada em um dos documentos a que a revista teve acesso, que sugerem a substituição de servidores da RFB e apresenta orientações a serem seguidas pela defesa do senador para acessar documentos e informações que, na avaliação dos autores dos relatórios, ajudarão a livrar a cara do filho do presidente.

Enquanto o GSI e a ABIN, comanda pelo amigo do clã Bolsonaro, Alexandre Ramagem [aquele que o antipresidente queria emplacar no comando da PF], negam a produção dos relatórios, a própria defesa de Flávio confirma sua existência e origem. Caso os documentos não tenham mesmo sido produzidos pela Agência, o que precisa ser amplamente esclarecido, fica uma segunda possibilidade, tão delicada quanto a primeira: a existência de uma ABIN paralela, sonho antigo dos Bolsonaro, ventilado ainda na fase de transição de governo, no final de 2018, por Carlos Bolsonaro. Vale lembrar que a ABIN é órgão de inteligência civil do Estado brasileiro e seu

uso para atender interesses particulares, além de caracterizar crime de responsabilidade, que sujeita o presidente a processo de impeachment, é também crime comum e ato de improbidade administrativa, segundo o ex-juiz federal e governador do Maranhão, Flávio Dino [PCdoB].

E eis que chegamos ao quarto filho da linhagem masculina de seu Jair. Após uma estreia nada glamorosa na política como vogal do *Aliança pelo Brasil*, partido familiar que nem chegou a nascer, Jair Renan Bolsonaro tem agora os holofotes voltados para si, após receber de presente a cobertura em fotos e vídeos do evento de inauguração de sua empresa, realizado em outubro de 2020, no camarote 311 do estádio Mané Garrincha, em Brasília. A *Bolsonaro Jr Eventos e Mídia*, aberta com capital de R\$ 105 mil e tendo Jair Renan como único sócio, recebeu o generoso mimo da *Astronauta Filmes*, produtora que, segundo a repórter Constança Rezende, em matéria publicada no dia 9 de dezembro pela *Folha de S. Paulo*, faturou pelo menos R\$ 1,4 milhão do governo federal, somente em 2020.

Os últimos fatos, que incluem novos elementos que podem levar à abertura de um processo de impeachment, colocam Bolsonaro na tarefa primordial de eleger os próximos presidentes da Câmara e do Senado nas eleições que as duas casas legislativas realizam no início de fevereiro próximo. O antipresidente fará de tudo para salvar a si mesmo e aos filhos, o que inclui estreitar a relação com o chamado Centrão, ainda que o preço a ser pago por isso seja muito alto. Ao mesmo tempo, Bolsonaro tende a ficar cada vez mais refém do bloco fundamentalista no Congresso, especialmente em virtude do crescimento do Republicanos nas eleições municipais de 2020. O braço político da Igreja Universal do Reino de Deus [IURD], liderada pelo bispo Edir Macedo, elegeu 2.572 vereadores no último pleito municipal, o que representa 58% a mais em relação a 2016, quando o número já havia sido 35% maior do que em 2012. Em relação ao executivo, a agremiação, que nos dois pleitos anteriores ainda usava a sigla PRB, saltou de 106 prefeitos em 2016 para 211 em 2020, incluindo cidades como Campinas [SP], Sorocaba [SP] e Vitória [ES].

É importante destacar que o número de vereadores eleitos que integram o quadro de líderes ou fiéis da IURD representa pouco mais de 10% do total de eleitos, segundo o próprio presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira. Contudo, todos eles têm em comum, em maior ou menor grau, a afinidade com um ideário conservador nos costumes e liberal na economia. Também vale lembrar que desde março de 2020 dois filhos de Jair Bolsonaro, Flávio e Carlos, integram as fileiras do Republicanos que, mesmo com o crescimento numérico de eleitos em vários municípios, viu seus candidatos Celso Russomanno [SP] e Marcelo Crivella [RJ] saírem derrotados nas eleições de novembro último, embora os dois tenham contado com o apoio

direto de Jair Bolsonaro. É esperar para ver o que 2021 reserva para os Bolsonaro e seu histórico de crimes e atentados contra a democracia e a vida.

### ***O calendário gregoriano não nos salvará***

A pandemia e, de modo mais específico, a forma como muitos de nossa espécie estão lidando com ela, deixaram à mostra as feridas, maldades e ilusões deste modelo civilizatório em que estamos atolados. Ailton Krenak, em seu livro “A vida não é útil”, lançado pela Companhia das Letras em agosto último, nos diz que “isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável” e estamos “vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e hábitos”. Portanto, alerta Krenak, não adianta tentar reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, esperando que surja daí algo melhor do que hoje está posto.

Assim, não esperemos que 2021 nos traga, milagrosamente, o fim da pandemia e a cura para todos os nossos males do corpo, da mente e do espírito – hoje enxergados de forma separada – e para todas as mazelas sociais que são próprias do modelo perverso e genocida a que estamos submetidos. Da mesma forma, não esperemos que o Estado, esse bem arquitetado instrumento de dominação a serviço dos interesses últimos dos grandes grupos econômicos e das grandes corporações, venha nos salvar. Em tempos de crise – e o capitalismo é parte central dela, senão, a própria crise – o papel do Estado é preservar os interesses dos seus donatários, pouco importando a vida dos que já não servem mais a seus interesses, se tornaram “excessivamente” onerosos ou lhes parecem inconvenientes e um empecilho à retomada da ordem e do progresso.

Em janeiro de 2017, escrevi em artigo publicado no meu blog – e também disponível no meu livro *Janelas, uma coletânea de ideias e opiniões* – sobre a urgência de “iniciarmos uma longa jornada de devolução, no que ainda for possível, do que roubamos da mãe Terra, de seus sistemas vivos e de nossa própria humanidade, a começar pela sacralidade da Terra e da vida, o que passa, necessariamente, pelo reencontro com nossa ancestralidade”. Esse me parece ser um bom ponto de retomada, embora não deva ser o único.

Tenho hoje cada vez menos certezas sobre o presente e sobre o futuro. No entanto, estou convencido de que a partilha, a comunhão, a solidariedade e a desobediência civil, praticadas de forma coletiva e integradas entre si, a partir da tessitura de redes de solidariedade e afeto, poderão ser o único caminho possível para os mais pobres, para os excluídos e invisibilizados pela míope e hipócrita sociedade de consumo. Em meio à pandemia, as favelas e as periferias

nos ensinaram, de forma muito concreta, sobre o poder da solidariedade. Segundo Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do *Data Favela*, proporcionalmente, os pobres doaram mais do que as classes A e B, os 25% mais ricos do Brasil. E, pasmem, 1/3 desses mais ricos requisitaram o auxílio emergencial, com 69% deles sendo beneficiados. “Somente um comportamento extremamente individualista da classe mais abastada – comportamento que se acentuou nos últimos tempos – explica tal atitude”, destaca Meirelles em entrevista para João Vitor Santos, publicada no site do *Instituto Humanitas Unisinos*. Por tudo que aqui foi escrito e por muitas outras razões, lembremos de 2020. E, principalmente, lembremos do que veio antes e nos empurrou até a beira do precipício em que nos encontramos. Quem sabe, assim possamos recuperar a noção de comunidade, nos comprometermos eticamente com o cuidado e nos reconectarmos à grande teia da vida, da qual fomos apartados pela arrogância antropocêntrica que tem pautado nossa jornada por aqui.

## **SOBRE O AUTOR**

*Um militante em defesa da vida humana e não humana. Um aprendente e um pensador conectado com os saberes e fazeres das gentes simples dos sertões. Um apaixonado pela vida e pela arte do bom viver a partir da comunhão, da partilha e do cuidado como compromisso ético.*

Educador, gestor social e escritor, Joelmir Pinho é herdeiro dos movimentos populares, de onde trás o gosto pela participação e pela construção coletiva. É graduado em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri [UFCA] e mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social na Universidade Federal da Bahia [UFBA].

Dentre vários outros fazeres, desde 2011 coordena a Semana Freiriana do Cariri, evento nacional de iniciativa da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA], que em 2021 terá sua sétima edição. Foi professor substituto do curso de Administração Pública da UFCA nos anos de 2018 e 2019 e atualmente está diretor geral da EPUCA, além de atuar como consultor independente nas áreas de políticas públicas, gestão social e processo legislativo. A área de designer, antes um *hobby*, acabou se transformando também em opção de trabalho.

**Portifólio:** <https://pt.calameo.com/books/006616131a091f7b9da70>

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7827009749249501>



[joelmirpinho.com](http://joelmirpinho.com) | [apoia.se/insurreicoes](http://apoia.se/insurreicoes)